

DIRETORA

Maria Manuela Tavares Ribeiro | mtribeiro7@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

SUBDIRETORA

Isabel Maria Freitas Valente | valente.isa@gmail.com
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

COORDENAÇÃO

Isabel Maria Freitas Valente | valente.isa@gmail.com
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da
Universidade de Coimbra - CEIS20 - UC

SECRETÁRIA

Ana Maria Ribeiro | ana.ribeiro@epa.edu.pt
Centro de Informação Europe Direct Aveiro

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Moreira | adriano.moreira@acad-ciencias.pt
Academia das Ciências

Alexandra Aragão | aaragao@ci.uc.pt
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Alexis Vahlas | vahlas@unistra.fr
Sciences Po de Strasbourg

António Costa Pinto | acpinto@ics.ul.pt
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ariane Landuyt | ariane.landuyt@gmail.com
Università Degli Studi di Siena

Carlos Eduardo Pacheco do Amaral | carlos.ep.amaral@uac.pt
Universidade dos Açores

Catarina Frade | cfrade@fe.uc.pt
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Danielle Perrot | danielle.perrot@martinique.univ-ag.fr
Université des Antilles

Fernanda Rollo | fernandarollo@netcabo.pt
IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa

François Taulelle | francois.taulelle@univ-jfc.fr
Université de Toulouse

Georges Contogeorgis | gdc14247@gmail.com
Panteion University, Athens

Guilliana Laschi | giuliana.laschi@unibo.it
Università di Bologna

Ioan Horga | ihorga@uoradea.ro
Universitatea din Oradea

Isabel Maria Freitas Valente | valente.isa@gmail.com
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx da
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

João Rui Pita | jrpita@ci.uc.pt
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra –
CEIS20-UC

Jorge de Almeida Castro | jac@aeva.eu
AEVA, Universidade Lusíada

Luís Lobo-Fernandes | luislobo@eeg.uminho.pt
Universidade do Minho

Manuel Lopes Porto | mporto@fd.uc.pt
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Maria Gemma Rubi-Casals | mariagemma.rubi@uab.cat
Universitat Autònoma de Barcelona

Maria Manuela Tavares Ribeiro | mtribeiro7@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Matthieu Trouvé | matthieutrouve@hotmail.com
Science Po Bordeaux

Maurice Vaisse | mvaisse@club-internet.fr
Univeristé Science Po, Paris

Paul Allières | paul.allies@univ-montpl1.fr
Université Montpellier 1

Raphaëla Averkorn | averkorn@geschichte.uni-siegen.de
Fakultät I/Historisches Seminar, Universität Siegen

Raquel Freire | rfreire@fe.uc.pt
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Stefan Bielinski | stebiel@hotmail.com
Uniwersytetu Pedagogiczny, Krakowie

Thibault Courcelle | thibault.courcelle@univ-jfc.fr
Université de Toulouse

Yuriy Pochta | yuriy_us@hotmail.com
Universidade Russa da Amizade dos Povos

CONSELHO COORDENADOR

Dulce Lopes | dulcel@fd.uc.pt
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Rooney Pinto | rooneypinto@gmail.com
CEIS20 da Universidade de Coimbra

Sara Margarida Moreno Pires | sarapires@ua.pt
Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território,
Universidade de Aveiro

DEBATER
A EUROPA

22

jan/jul 2020

SEGURANÇA E LIBERDADE NO PRESENTE
E NO FUTURO DA EUROPA

*SECURITY AND FREEDOM IN THE PRESENT
AND THE FUTURE OF EUROPE*

Coord. Isabel Maria Freitas Valente

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN Digital

1647-6336

DOI

https://doi.org/10.14195/1647-6336_22

[HTTPS://IMPACTUM-JOURNALS.UC.PT/DEBATEREUROPA](https://impactum-journals.uc.pt/debaterEUROPA)

[HTTP://DEBATEREUROPA.EUROPE-DIRECT-AVEIRO.AEVA.EU/](http://debaterEUROPA.EUROPE-DIRECT-AVEIRO.AEVA.EU/)

ABRIL, 2020

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – CEIS20-UC

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT DE AVEIRO

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva
responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Sumário

<i>Editorial</i>	7
Isabel Maria Freitas Valente	
<i>Menos insegurança hoje, mais liberdade amanhã. O passado ensina</i>	9
<i>Less insecurity today, more freedom tomorrow. The past teaches</i>	
Sérgio Alves	
Isabel Maria Freitas Valente	
<i>Rethinking Security in the Twenty-First Century</i>	23
Ana Cordeiro Azevedo	
<i>Episódios de uma Europa securitária –Portos marítimos, refugiados e territórios de espera no Mediterrâneo</i>	37
<i>Episodes of a security Europe -Mediterranean seaports, refugees and waiting territories</i>	
João Luís Fernandes	
<i>Os diálogos para a Paz e Segurança: uma perspetiva das relações União Europeia, África e PALOP</i>	55
<i>The dialogues for Peace and Security: a perspective of the European Union, Africa and PALOP relations</i>	
Julião Soares Sousa	
<i>Para onde caminha a Argélia?</i>	79
<i>Where is Algeria headed?</i>	
Carlos Alves Lopes	
 Recensão	
Ribeiro, Maria Manuela Tavares, Recensão do livro de Isabel Baltazar, <i>Repensar Portugal e a Ideia de Europa</i> . Pensamento Contemporâneo, Lisboa, Theya Editores, 2019, 246 p. ISBN 978-989-8916-70-9.	87

(Página deixada propositadamente em branco)

Editorial

Fundada com base na reconciliação interna, a “União Europeia é um conjunto institucional criado, como bem sabemos, por uma decisão política” (Maria Manuela Tavares Ribeiro) que precisa (re)inventar-se quotidianamente em todas as suas dimensões.

Assim, importa reflectir sobre a Europa da segurança e da liberdade. Tema que, nunca desde a Segunda Guerra mundial, se afigurou tão necessário a Europa

Actualmente, uma das definições mais influentes sobre segurança é a da Comissão Independente de Segurança Humana das Nações Unidas, consagrada num relatório intitulado “Human Security Now: Protecting and Empowering People”, segundo o qual:

“Segurança Humana significa proteger as liberdades fundamentais – liberdades que são a essência da vida. Significa proteger as pessoas de ameaças críticas, generalizadas e graves. Significa usar os processos que fortaleçam as aspirações das pessoas. Significa a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, económicos, culturais e militares que, juntos, possam dar às pessoas os elementos básicos de sobrevivência e dignidade. Segurança Humana conecta diferentes tipos de liberdades – freedom from want, freedom from fear e liberdade para agir em próprio benefício”. (UNITED NATIONS (2003). *Human Security Now: Protecting and Empowering People* By the Commission on Human Security. New York: Commission on Human Security)

Segurança Humana vai, assim, mais além da visão militar e estatocêntrica que preconiza a segurança centrada no Estado e nas fronteiras estatais, orientando-se antes para a salvaguarda dos indivíduos, defesa e primazia dos Direitos Humanos como chaves fundamentais para a segurança global, não obstante assumir-se a necessária interdependência entre as duas dimensões de segurança para uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais.

O presente número da Revista *Debater a Europa* reflecte os pressupostos anteriormente enunciados.

Uma palavra de particular apreço e agradecimento aos autores que, numa perspectiva interdisciplinar, partilham o seu saber e a sua competência, e nos propiciam uma reflexão profunda sobre um tema tão relevante e de inquestionável oportunidade.

A Coordenadora

(Página deixada propositadamente em branco)

Menos insegurança hoje, mais liberdade amanhã. O passado ensina

Less insecurity today, more freedom tomorrow. The past teaches

Sérgio Alves

<https://orcid.org/0000-0002-9263-3539>

Isabel Maria Freitas Valente

<https://orcid.org/0000-0003-2403-5147>

Resumo

Este ensaio está dividido em duas partes intimamente interligadas. A primeira delas – “A burocracia da destruição” – refere-se ao mais contundente episódio de aniquilação sistemática do “inimigo”, a partir da negação dos seus direitos e da subestimação de seus atributos humanos. Na outra parte – “*Homo homini lupus*” – procura-se mostrar que a índole das pessoas e a trajetória histórica dos povos podem convergir em uma resultante que possibilita acontecer aquilo que os homens normais não imaginam que aconteça, cujo exemplo maior – embora não único – é o holocausto, o qual foi promovido pelo movimento totalitário nacional-socialista e sistematizado por um grupo burocrático-ideológico fanatizado. A breve consideração final, à guisa de conclusão, diz respeito à crença no aprendizado da geração atual com as que lhes antecederam no conturbado século XX. A maior estabilidade sociopolítica, nomeadamente na Europa de hoje, contribui para uma melhor convivência entre pessoas, maior confiança entre países e mais liberdade para todos.

Palavras-chave: Burocracia, Europa, Genocídio, Nazismo, *homo homini lupus*.

Abstract

This essay is divided into closely interconnected two parts. The first of these – the bureaucracy of destruction – refers to the most striking episode of systematic annihilation of the “enemy” from the denial of their rights and the underestimation of its human attributes. In the other it seeks to show that the nature of the human being- *homo homini lupus* – and the historical trajectory of the peoples, under certain circumstances, can converge on a result that makes it possible to happen what normal men don’t imagine happening, whose highest example – although not uni-

que – is the holocaust, which was promoted by the national-socialist totalitarian movement, but systematized by a fanatical bureaucratic-ideological group. The brief final consideration, to the conclusion guise, concerns belief in the learning of the current generation with those preceding them in the troubled twentieth century. Greater socio-political stability, particularly in today's Europe, contributes to better coexistence between people, greater trust between countries and more freedom for all.

Keywords: Bureaucracy, Europe, Genocide, Nazism, *homo lupus homini*.

Introdução

Nos arredores de Berlim, na Villa Wannsee, em 20 de janeiro de 1942, reuniram-se sob a coordenação do diretor do Gabinete Central para Segurança do Terceiro *Reich*, importantes hierarcas das burocracias partidária e paramilitar, junto com colegas da estrutura governamental do regime nacional-socialista. A agenda desse encontro teve por principal item de pauta a transformação da paranoia antisemita em um método racional de assassinatos, isto é, a sistematização de procedimentos para a “solução final” da questão judaica. Dentre as principais autoridades presentes, segundo ata da reunião, lá estavam (McNab, 2010, p. 145): o secretário do ministério do interior; o secretário do ministério da justiça; os representantes do ministério dos territórios no leste; o representante da chancelaria do Estado do *Fuhrer*; o representante da secretaria do Partido; e representantes da polícia secreta (*Gestapo*). Em que pese se tratar de um órgão por demais sensível aos interesses do regime, a *Gestapo* tinha o seu quadro de pessoal formado em sua maioria por indivíduos não pertencentes à burocracia paramilitar da tropa de elite da *SS* (*Schutzstaffel*), exceto para algumas funções e nos principais cargos de chefia. Ela contava, em 1937, “com apenas sete mil empregados, incluindo o pessoal administrativo, para a vigilância de cerca de sessenta milhões de habitantes” (Aly, 2009, p. 28). Dois anos depois, quando a guerra inicia, “o seu quadro de pessoal contava com três mil membros da *SS* de um total de vinte mil homens; os demais eram profissionais da polícia da República de Weimar”. Algumas áreas especializadas, como “a que lida com crimes comuns (furto, assalto, homicídio e outros delitos) não tiveram as suas unidades organizacionais chefiadas por ‘camisas negras’ da *SS*” (Evans, 2014, p. 99 e 123). No entanto, complementa Arendt (2012, p. 743, n. 100), “perto do final da guerra 75% dos agentes da polícia secreta (*Gestapo*) eram homens da *SS*”.

Aquele fatídico encontro, em Wannsee, resultou na formalização de dispositivos para regulamentar o papel dos setores envolvidos na “solução final” e organizar unidades paramilitares especiais da *SS* para perpetrarem o que viria a ser a maior das atrocidades cometidas contra a humanidade – o holocausto. Foi também realizada uma reestruturação administrativa da burocracia paramilitar, a qual passou a incorporar órgãos de planeja-

mento e execução das ações que diziam respeito à eliminação sistemática de quem fosse considerado racialmente inferior ou representasse uma ameaça ao nazismo. O segundo homem na hierarquia da *SS*, era o responsável por supervisionar a “solução final”, ou seja, coordenar, em todos os territórios sob controle do Terceiro *Reich*, as prisões, deportações, expropriações, transporte, aprisionamento e o assassinato em massa nos campos de concentração.

A burocracia da destruição

Em meio à mortandade na guerra, tinha-se uma burocracia paramilitar voltada para uma repressão letal contra os povos tidos como não-arianos e a quem resistisse ao regime. Todos os mecanismos de vigilância e punição do sistema policial-paramilitar da *SS* procuravam garantir um controle totalizante capaz de alcançar cada um e todos os cidadãos do *Reich* hitlerista, inclusive os habitantes dos países subjugados. Para o alcance desse infausto objetivo foram constituídas unidades especializadas em operar a tecnologia de aniquilamento massivo que viria a ser adotada nas “fábricas de mortes” instaladas nos campos de concentração. Na verdade, a ideia desses campos não é do totalitarismo nazista, tampouco do regime totalitário bolchevista, informa Arendt (2012, p. 584): “eles surgiram pela primeira vez durante a guerra dos Bôeres, no começo do século XX, e continuaram a ser usados na África do Sul e na Índia para os elementos indesejáveis”.

Em plena guerra e com frentes de batalha em todos os pontos cardeais, foi elaborado um planejamento tático-operacional para viabilizar o deslocamento de judeus grupos minoritários étnicos e religiosos, opositores político-ideológicos e prisioneiros de guerra para trabalho escravo, quando não para a morte nos *KL* (*Konzentrationslager* – sistemas de campos de concentração) – uma ampla e complexa estrutura física para o encarceramento em inúmeras instalações construídas por todo o continente europeu sob o jugo nazista (Wachsmann, 2015). Daquele encontro em Wannsee até o final da guerra, todo esse gigantesco sistema foi dirigido por unidades paramilitares da *SS* cultuadoras do nacional-socialista e absolutamente fiéis ao *Fuhrer*. Os “camisas negras” esbravejavam ódio contra as “raças indignas” e acreditavam no mito da superioridade racial germânica-ariana.

Só ao fim da era nazista, pôde-se avaliar com alguma exatidão a macabra contabilidade do genocídio. O número de trucidados nos *KL*, somados com às matanças coletivas organizadas e cometidas pelos sicários da *SS* fora dos campos de concentração, corresponde a cerca de seis milhões de seres humanos. No relato de Toland (1978b, p. 994): “aproximadamente quatro milhões foram chacinados em campos de extermínio e dois milhões em unidades de operações móveis”. As maiores mortandades da população judia em termos absolutos e por nacionalidade, foram: “judeus poloneses – três milhões de

assassinados; russos – um milhão e cem mil vítimas fatais; e húngaros judeus – quinhentos e noventa e seis mil mortos” (McNab, 2010, p. 150). Se considerados os três maiores percentuais, por país, de pessoas mortas pertencentes à comunidade israelita tem-se, conforme McNab (2010, p. 150): “a Alemanha com 93% da sua população judia exterminada; a Polônia com 91% da sua minoria judaica executada; e a Grécia com a perda de 87% da sua população de judeus”.

As vítimas da fúria do nazismo, desde o transporte para os *KL*, eram classificadas e visualmente identificadas pelos paramilitares da *SS* em diversas categorias: por razões étnico-raciais – os judeus eram obrigados a portar em suas vestes uma estrela amarela, e os ciganos um triângulo marrom; por motivos político-ideológicas – os comunistas e os social-democratas, ambos usavam um triângulo vermelho; por confissão religiosa – as testemunhas de Jeová traziam em suas roupas um triângulo de cor roxa; por não se ajustarem aos padrões nazistas de conduta social – os homossexuais tinham um triângulo rosa e as prostitutas portavam um triângulo negro; e os condenados por delitos criminais comuns ostentavam um triângulo verde. Sobre isso, expressa-se Arendt (2012, p. 597-8): “as categorias que lhes eram imputadas eram o último vestígio autêntico de sua pessoa jurídica. [...] Como se as categorias a que pertenciam [...] representassem uma identidade jurídica derradeira e, portanto, fundamental. [...] A morte de sua pessoa jurídica é a condição primordial para que seja inteiramente dominado”.

Quando os nazistas começaram a efetivar a “solução final”, os campos haviam mudado bastante. Tinham-se passado pouco menos de dez anos da utilização dos primeiros campos de prisioneiros. Dachau, o primeiro deles, era uma antiga fábrica, há poucos quilômetros de Munique; e Breitenau, perto de Kassel, havia sido um mosteiro. Ambas as edificações foram adaptadas, em 1933-34, para funcionarem como presídios. No entanto, esclarece Arendt (2012, p. 597-8), “o tipo realmente totalitário de campo de concentração, com sua vasta maioria de internos completamente inocentes, não foi estabelecido antes de 1938”. Até o final da guerra o sistema concentracionário chegou a ser integrado por uma rede de “vinte e sete campos principais e cerca de mil e cem campos-satélites, durante a vigência do Terceiro *Reich*” (Wachsmann, 2015, p. 15). Muito embora existissem “campos de prisioneiros em praticamente todos os países ocupados, a maior parte dos grandes campos concentração foram instalados na Europa oriental, principalmente na Polônia” (McNab, 2010, p. 144). Cabia especificamente a uma lúgubre unidade da burocracia paramilitar da *SS*, constituída por “soldados ideológicos” com elevado grau de fanatismo, administrar esse complexo de aprisionamento em que se perpetravam o assassinio massivo dos “inimigos” do regime.

Para compreender o alcance da barbárie nazista durante cerca de quatro anos, é necessário ter-se em perspectiva a suprema maldade burocratizada, com um contínuo e rotineiro transporte de centenas de milhares de prisioneiros e expatriados por toda a

Europa, em direção aos campos de morte. Os recursos requeridos para executar essa macabra logística, trazia dificuldades adicionais para uma guerra cada dia mais incerta para o exército alemão, além de gerar transtornos para a administração civil dos países ocupados. Toda essa operação infame era algo absolutamente ilógico e irracional para uma pessoa comum. Mas era exatamente o inverso, sob a perspectiva radical do movimento totalitário nazista, o qual se fortalecia com a eliminação das “raças inferiores” inimigas e, em consequência, avançava em relação aos seus objetivos de liberação de territórios para serem colonizados por uma mítica comunidade racial germânico-ariana.

No âmbito dos paramilitares da *SS*, havia um agrupamento que correspondia aos esquadrões letais *SS-EG (Einsatzgruppen)*, constituídos por indivíduos recrutados entre os integrantes da burocracia da *SS*, bem como possuía outros membros selecionados nos *órgãos* do sistema policial-repressor do regime, com a finalidade de vigiar deslocamentos populacionais forçados e eliminar aqueles tidos como racialmente impuros ou politicamente oponentes à ideologia e às pretensões do *Reich* hitlerista. A doutrinação dos componentes dessas unidades móveis para a prática da maior das violências, envolvia um mecanismo gradual de dessensibilização dos seus membros. Esta brutalização consistia em “um processo de socialização em que os novatos assistiam os experientes veteranos a cometerem ações hediondas e evoluía para a própria participação dos neófitos nesses atos, tornando-os mais preparados para cometer atrocidades” (Kets de Vries, 2010, p. 219). Para além disso, havia uma recorrente negação de atributos humanos aos prisioneiros, uma desumanização dos grupos-alvo condenados à morte no sistema de campos sob controle operacional da burocracia paramilitar da *SS*, porém contando com o apoio de setores burocráticos estatais. A ideia de Arendt (1999) sobre a “banalização do mal” caminha, portanto, em paralelo com a ideia de uma burocratização da crueldade.

As unidades móveis de intervenção e ação tática da *SS-EG* tinham por missão eliminar, sem prévio julgamento, indivíduos ou grupos que representassem ameaça ao Estado do *Fuhrer*, nos países invadidos e sob o julgo nazista. Essas unidades exterminadoras eram enviadas à retaguarda das frentes de batalha no Leste para promoverem chacinas nos países conquistados. Não raro, contavam com a colaboração de habitantes e de autoridades locais que também eram extremados anticomunistas ou antisemitas radicais. Ocorreram ações desses contingentes especiais na Hungria, Polônia e na Ucrânia, que teve em sua capital (Kiev) o massacre de aproximadamente cento e cinquenta mil judeus. E também em Minsk, na Bielorrússia, onde cerca de cem mil pessoas foram assassinadas. Registros documentados em filmes e vindos a público depois da guerra mostram esses crimes sendo perpetrados, principalmente na frente de batalha da Europa oriental. Alguns dos sobreviventes dessas e de outras carnificinas conseguiram se unir aos guerrilheiros da resistência regional para lutarem contra a ocupação nazista.

“Homens normais não sabem que tudo é possível”

Desde o primeiro ano do regime nacional-socialista haviam sido publicados em jornais europeus reportagens e artigos denunciando a truculência dos nazistas na Alemanha, como os redigidos pelo político alemão H. Beimler, eleito para o *Reichtag*, em 1932, o que não evitou ter sido encarcerado em Dachau. Escapou no ano seguinte para abrigar-se na URSS e de lá escreveu seus libelos contra o nazismo e divulgou relatos de testemunhas presenciais sobre campos de prisioneiros condenados à morte por motivação racial, religiosa ou política (Wachsmann, 2015). Poucos anos depois, foi escrito um livro pelo diplomata e membro da resistência polonesa J. Karski, mas só foi editado no último ano da guerra. Essa publicação denunciava a existência de um plano de aniquilamento metódico, organizado e operado por integrantes da burocracia paramilitar da SS, em obediência ao núcleo central do regime (Karski, 2015). Mesmo que tivesse sido publicado anos antes, provavelmente não seria levado a sério ou considerado um exagero, pois, segundo Arendt (2012, p. 580), “a normalidade do mundo normal é a mais eficaz proteção contra a denúncia dos crimes em série dos regimes totalitários. ‘Os homens normais não sabem que tudo é possível’ e, diante do monstruoso, recusam-se a crer em seus próprios olhos e ouvidos”. Para Arendt (2012, p. 562) “o fim do primeiro estágio advém com a liquidação da resistência aberta e secreta sob qualquer forma organizada ocorrida por volta de 1935, na Alemanha”. A segunda etapa, depois de eliminados os “reais inimigos”, continua Arendt (2012, p. 563), seria a de caça aos “inimigos objetivos” e instalação do terror sistematizado com “o extermínio dos judeus e a criação das fabricas de mortes em massa [as quais] não teriam sido possíveis sem a guerra”. Se esta houvesse tomado o rumo da vitória dos nazistas, haveria um terceiro momento para um novo ‘inimigo objetivo’ – “a liquidação do povo polonês” (Arendt, 2012, pp. 566) – e assim, sucessivamente, enquanto persistisse o movimento totalitário racial hitlerista.

Um atormentado sobrevivente dos “sucumbidos de Auschwitz”, Primo Levi, empenhou-se na dolorosa tarefa de narrar em suas memórias (Levi, 2013) a selvajaria sem limite no maior e mais letal dos campos de concentração. Por sua vez, Imre Kertész viveu parte da adolescência naquele campo e escreveu sobre a opressão, os tempos sombrios e a ausência de destino dos que se achavam aprisionados e testemunhavam a barbárie humana da destruição física e psíquica nos campos (Kertész, 2004). As ocorrências nas “fabricas de mortos” levaram o filósofo G. Agamben a conjecturar sobre o verdadeiro significado do holocausto a partir dos depoimentos e vivências dos que escaparam daquele morticínio. Todavia, ele infere que o testemunho de maior valia pode estar mais no que não pôde ser falado. Para Agamben (2008) cada um daqueles a quem caberia preencher verdadeiramente tais lacunas e dizer o que não pôde ser dito, haviam perdido a sua condição de homens, reduzidos que foram a “cadáveres ambulantes”.

Ao que acrescenta Arendt (2014, pp. 600-1, 603): “o passo decisivo para o preparo de ‘cadáveres vivos’ é matar a pessoa moral do homem. [...]. Morta a pessoa moral, a única coisa que ainda impede que os homens se transformem em ‘mortos-vivos’ é a identidade única do indivíduo. [...]. Depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida. [...]. Porque destruir a individualidade é destruir a capacidade do homem de iniciar algo novo com seus próprios recursos”. Naquele local inimaginável à mente sã do homem comum, havia até forças-tarefas especiais formadas por encarcerados, a prestar serviços, em regime escravo, aos “camisas negras”. Esses contingentes de prisioneiros, em geral recém-chegados, exerciam diversos tipos de trabalho nos campos e provavelmente foram as pessoas que tiveram a sua humanidade mais afrontadas. Isso porque testemunhavam impotentes reiteradas vezes por dia, semanas e meses, o antes e o depois do extermínio em larga escala, enquanto esperavam a sua própria morte a qualquer instante, pois eram eles provas vivas dos inomináveis crimes contra a humanidade ali praticados. Executavam trabalhos dantescos, como o de transportar para incineradores os restos mortais dos presos que haviam sido levados às câmaras de gás (cianeto) camufladas em enormes banheiros coletivos, além de outros trabalhos macabros relacionados com os campos de concentração. Os “burocratas da morte” implicavam moralmente esses “colaboradores” nos crimes praticados de maneira rotineira, impessoal e padronizada. O drama ético desses prisioneiros escravos, para Arendt (2012, p. 600), estava associado a “um desesperado dilema de mandarem os seus amigos para a morte ou ajudarem a matar outros homens que lhes eram estranhos – forçando-os, num caso ou no outro, a agirem como assassinos”.

O potencial agressivo de um indivíduo aflora se o seu juízo moral estiver embotado por viver um movimento ideológico-racial que rejeita o convívio em sociedade com indivíduos diferentes no aspecto físico, na maneira de pensar ou no modo de agir. Tomada por uma ideologia totalitária, mesmo uma pessoa mentalmente sã, pode agir como militante “sem alma” e destituída de consciência crítica sobre sua conduta antiética. Afinal, os membros fanáticos de um movimento totalitário, como ressalta Arendt (2012, p. 436), “são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir”. Os devotos do *Fuhrer* em sua “comunidade racial” agiam como peças de uma engrenagem inumana, especialmente os membros da burocracia paramilitar. Tais “burocratas da morte” eram infatigáveis entusiastas do nacional-socialismo e propagavam a prática social perversa do “nós ou eles”, em que “eles” são racialmente inimigos mortais e seres subumanos condenados ao extermínio.

Quando importantes autoridades nazistas da burocracia estatal (civil e militar), bem como da burocracia político-ideológica (partidária e paramilitar) foram submetidas a julgamento como criminosos de guerra no Tribunal de Nuremberg (1945-1946), muitos deles negavam ter havido chacinas sistemáticas de grupos considerados opositores e de

minorias étnicas ou religiosas; outros diziam desconhecer a existência da prática contínua e metódica dos trucidamentos massivos nos sistema de campos de concentração e de nada saber sobre as cruéis operações de “reassentamento” (circunlóquio para expatriação); ainda outros, na tentativa de abdicar de sua responsabilidade, tentaram abonar os seus crimes, ao alegar estarem seguindo ordens estritas dos seus superiores hierárquicos; outros mais, afirmavam que suas atividades não eram relacionadas a tais eventuais crimes (Roland, 2013). Tais alegações de autoridades do Estado do *Fuhrer*, a negar qualquer tipo de envolvimento com aqueles crimes genocidas – intensificados na segunda metade da guerra – não encontram amparo nas principais pesquisas sobre o papel institucional e a responsabilidade dos dirigentes do Terceiro *Reich*.

Estudando os regimes totalitários nazista e comunista, Voegelin (2008) e Milosz (2010), respectivamente, discutem a responsabilidade dos indivíduos ante um governo opressor, apesar de estarem sob um sistema de domínio com inúmeros mecanismos de manipulação, intimidação e opressão. Mesmo em circunstâncias tão adversas, consideram que os cidadãos ainda possuem algum espaço para avaliar, escolher e evitar (ou não) um agir imoral ou antiético. Sob essa perspectiva, é um subterfúgio valer-se da ideia abstrata de “culpa coletiva”, que dilui a responsabilidade pessoal; ou apresentar uma interpretação causalista do comportamento criminoso, aceitando a representação segundo a qual o meio envolvente produziria o crime, logo quem o pratica seria também uma vítima e, por consequência, deveria ter atenuada a sua parcela de culpa; ou atribuir à “escravidão mental” a que estava submetido, o que também abrandava a culpa individual; ou, ainda, recorrer ao “dever de obediência à autoridade”, como se na relação entre governante e governados o dever da obediência do subordinado ao superior hierárquico tivesse um escopo indefinido e uma área de aceitação ilimitada. Essas tecnicidades e esses modos explicativos são utilizados ora para relevar uma conduta injustificável, ora para defender-se psicologicamente de um agravo à consciência, ora para eximir-se de uma dolorosa autocritica, ora ainda para escapar da responsabilização pela gravidade do ato praticado.

Homo homini lupus

No início dos anos sessenta ocorreu, em Israel, o julgamento por crimes de guerra e contra a humanidade de A. Eichmann, oficial da SS e chefe de setor da Gestapo, de patamar hierárquico intermediário na burocracia paramilitar, responsável pelo planejamento e logística da deportação de judeus. Naquele júri, que também teve um *ethos* político-moral, veio à tona detalhes de como funcionava dentro do *Reich* hitlerista uma estrutura estatal paralela para tratar especificamente da “questão judaica”. Era formada por diversos órgãos com suas respectivas áreas de competência, normas de procedimento, rotinas operacionais e protocolos específicos. Tinha-se, portanto, uma organização projetada

com a lógica de um sistema de “fábricas de cadáveres” administrada metodicamente por um estamento paramilitar apto a operar de maneira ordenada, impessoal e objetiva este complexo de extermínio massivo. Sem tais agentes, processos e estrutura não se poderia tornar concreta a trama sinistra da “solução final” – perífrase da maior atrocidade genocidas praticada contra um povo, na história recente. As informações e testemunhos que afluíram do longo (dois anos) julgamento de A. Eichmann, levou Arendt (1999) a cunhar a expressão “banalização do mal”, a qual conduz o olhar para a funesta confluência de capacidade administrativa burocrática, disposição criminal humana e alheamento a preceitos ético-morais.

Esse cenário de suprema maldade tem provocado dolorosas ponderações de pessoas inconformadas com tamanha falta de grandeza d’alma, assim como tem desafiado a inteligência de intelectuais a explicar o como e o porquê isso tem acontecido na história com atemorizante frequência. É perturbador não se conhecer exatamente o que leva à barbárie de assassinatos massivos terem ocorrido em tantas ocasiões e lugares e ainda permaneça como um daqueles insondáveis mistérios humanos. Observando-se o convívio social ao longo dos tempos, é aterrador se observar a disponibilidade agressiva dos homens e os seus graves deslizes ético-morais.

Para ilustrar a propensão à violência do homem normal, Toland (1978b, p. 926) comenta que “experiências realizadas por S. Milgram, na Universidade de Yale, revelaram que uma obediência cega à autoridade não se limita à Alemanha nazista”. Naquela investigação sociopsicológica desenvolvida no início dos anos sessenta, foi verificado que uma autoridade instituída podia promover a obediência mesmo em se tratando de uma atuação que ponha alguém em risco. O resultado mostrou que, para a maioria, era mais fácil acatar uma ordem, ainda que resultasse em sofrimento de outrem, do que protestar ou se recusar a obedecê-la. Nesse experimento, Milgram (1983) disse a centenas de voluntários “professores” que iriam participar de uma pesquisa sobre ensino-aprendizagem por meio de estímulos negativos. Os “alunos-cobaias” (grupo de pesquisadores) deveriam ser penalizados com “choques elétricos” crescentes em conformidade com a sequência de respostas erradas. Cerca de dois terços dos “professores” não interromperam o incremento da voltagem dos “choques” até a “intensidade máxima”, a qual traria grave risco aos “alunos”. Estes não eram vistos pelos “professores”, mas os seus “gritos de aflição” simulados eram ouvidos. Só um terço dos voluntários se negaram a obedecer à ordem de provocar dor nos “alunos-cobaias”; os demais apresentaram uma obediência sem restrições e abdicaram da responsabilidade por essa escolha, ou transferiram às “autoridades superiores” a culpa por assim agir.

No início da década seguinte, um grupo de investigadores na área de psicologia, da Universidade de Stanford, desenvolveu uma experiência com estudantes universitários escolhidos por meio de uma criteriosa seleção. Dentre esses, foram sorteados os que deveriam desempenhar o papel de “prisoneiros” e os que seriam os “guardas carcerários”

em uma instalação que simulava um presídio. Ambos os grupos usavam vestimentas correspondentes aos seus papéis, mas apenas os “presos” eram identificados por números. Esse experimento coordenado pelo professor P. Zimbardo, tinha uma duração prevista de duas semanas, mas após seis dias os pesquisadores decidiram interrompê-lo. A despeito do compromisso assinado para que todos adotassem comportamentos em conformidade como um roteiro procedimental conhecido *a priori*, ocorreram condutas desviantes traduzidas na brutalidade cometida por alguns “guardas”, os quais não tinham antecedentes de violência e possuíam bom nível de escolaridade. Esse “efeito Lúcifer”, como denominou Zimbardo (2008) para tal transformação de indivíduos bons em seres “diabólicos”, surpreendeu os pesquisadores que não haviam previsto tais resultados. Aquela inesperada adoção de procedimentos cruéis pelos “guardas” não vinha acompanhada de alguma expressão de sentimento de mal-estar por manter outrem subjugado. Foi observado desequilíbrio emocional, excessiva dependência e submissão de determinados “presos” em relação a alguns “agentes penitenciários”. A despeito das limitações dessa pesquisa, os seus resultados são sugestivos quanto à potencialidade destrutiva do homem comum.

A história, enquanto disciplina, cumpre um papel inestimável ao nos trazer registros documentais que mostram com inquietante clareza como o ser humano tem sido e o que foram capazes de fazer. Muitas vezes indicam que houve compartilhamento de valores e crenças que interditaram a solidariedade, incitaram condutas egoísticas e desalojaram a consciência crítica. Mas ainda, os tempos idos continuam a desafiar, tal como hoje, a quem se debruça sobre o entendimento da condição humana e do principal motivo para serem perpetradas ações (individuais e coletivas) que de forma recorrente promovem males ao próximo serem diferentes na aparência física, na maneira de vestir, na fé religiosa, na origem étnico-racial, na ideologia cultivada ou no modo de falar e agir.

No curso do tempo, a relação entre dominantes e dominados tem sido duas faces da realidade inter-humana. Ao seu modo de ver, Enriquez (1990) assegura que sempre está presente no indivíduo a necessidade de uma autoridade a ser seguida e obedecida. De mais a mais, acrescenta-se a disposição da espécie humana à agressividade, a qual levou Freud (2014) a proclamar que o homem não perdeu, nem controla por completo, os seus impulsos mais primitivos, a despeito do processo civilizatório. Sobre essa crucial e sensível questão, Kets de Vries (2010, p. 204) considera que o domínio de alguém sobre outrem pode ser uma fonte de prazer e argumenta que, do ponto de vista etológico, “a agressão é necessária para a sobrevivência da espécie [e] um determinado nível de agressividade pode ser inerente à raça humana [porém] há um tipo de agressão ‘maligna’ cujas características mais evidentes são a corrosão interpessoal e a obtenção de satisfação narcisística através da intimidação e humilhação dos outros”.

Por sua vez, a tese hobbesiana do “todos contra todos”, assinala que os homens possuem uma inata e ilimitada disposição para a violência, sendo o próprio homem o lobo do homem. Em linha com essa ideia do *homo homini lupus*, o criador da psicanálise chega

a provocar quem apresenta uma visão magnânima do caráter humano: “quem, a partir de todas as experiências da vida e da história, terá coragem de contestar essa máxima?” (Freud, 2014, p. 124). Tendo em vista os sistemas totalitários, Arendt (2012, p. 608) declara que “essas experiências não conseguem mudar o homem, mas apenas destruí-lo, criando uma sociedade na qual a banalidade niilística do *homo homini lupus* é consistentemente realizada. [...] Até agora, a crença totalitária de que tudo é possível parece ter provado apenas que tudo pode ser destruído”. Referindo-se especificamente ao ocorrido nos campos de concentração, Arendt (2012), p. 602) considera que “esse horror dá azo às generalizações niilistas que afirmam, com certa plausibilidade, que todos os homens são essencialmente animais. A experiência dos campos de concentração demonstra realmente que os seres humanos podem transformar-se em espécimes do animal humano, e que a “natureza” do homem só é “humana” na medida em que dá ao homem a oportunidade de tornar-se algo eminentemente não natural, isto é, um homem”.

Muito embora trilhando um diferente caminho do médico vienense e focado em outras circunstâncias, M. Weber também demonstrou incisivas preocupações quanto ao destino da humanidade e não escondeu um sentimento crítico e resignado quanto ao futuro do homem preso na “jaula de aço” forjada por um capitalismo aético em combinação com um burocratismo insensível, os quais estorvam a autonomia individual e coletiva. Disse ele: “ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão [...] ou se não surgirão profetas inteiramente novos, ou vigoroso renascimento de velhos pensamentos e ideias” (Weber, 1996, p. 131).

Ambos os pensadores, Freud e Weber, além de oriundos de países vizinhos e com consideráveis semelhanças culturais (Áustria e Alemanha), eram argutos intérpretes do “espírito do tempo” e do complexo cenário sócio-político europeu no primeiro quartil do século passado. Mesmo externando avaliações desalentadoras a propósito da mente humana e sobre os indivíduos em sociedade, eles jamais poderiam imaginar que cerca de vinte anos após a primeira conflagração mundial, da qual foram contemporâneos, iria eclodir o mais sangrento dos conflitos bélicos (a segunda guerra mundial) e, em seu bojo, o mais horrendo dos holocaustos, além das inúmeras mortes causadas pelo uso de armamentos de assombroso poderio destrutivo, inclusive duas bombas atômicas.

Mudam os personagens, as situações, épocas e lugares, entretanto não cessam as práticas da eliminação física do “inimigo”. As causas alegadas são múltiplas, mas delas pode-se ressaltar: a intolerância religiosa, o ódio étnico-racial, o extremismo político-ideológico, a desterritorialização de povos nativos, para colonização econômica, além da combinação de alguns desses pretextos, entre tantos outros possíveis. A violência produzida pelo fanatismo religioso, desde sempre, tem produzido guerras “santas” que tem causado sofrimento e morte de milhões de indivíduos na maioria dos continentes. Os conflitos gerados pelo ódio étnico-racial podem ser exemplificados pelo morticínio ocorrido em Ruanda (1994), quando 80% da minoria étnica tutsis, em torno de oitocentos mil

pessoas, foram trucidadas por hutus. Pouco mais de duas décadas antes, havia ocorrido um massacre inverso em Burundi (1972), quando quase duzentos mil desta etnia foram mortos por aquela outra. No martírio da Ucrânia (1931-33) pelo menos cinco milhões morreram vítimas da fome (*Holodomor*), após o regime totalitário soviético conduzido por J. Stálin ter determinado o confisco da produção agropecuária ucraniana, é um contundente exemplo de genocídio causado pelo terror de origem político-ideológica. Na China, a longa guerra civil (1927-36) e a revolução comunista (1946-49) provocaram um número incerto de mortes, mas certamente superior a cinco milhões de vítimas fatais. E no Camboja, durante o regime do *Khmer* Vermelho (1975-79), foram massacrados perto de dois milhões de cambojanos, juntamente com minorias vietnamita e muçulmana. A desterritorialização e o extermínio de povos nativos acompanharam as colonizações das Américas, da Austrália e da África. Tem-se ainda conflitos devido a incontáveis causas (específicas ou difusas) que geram violências com menor risco de causar dano físico contra grupos minoritários vulneráveis, mas que podem ter efeitos moralmente devastadores.

À guisa de conclusão

Desafortunadamente, a história contemporânea tem afiançado a predisposição belicosa que acompanha a humanidade desde as sanguinárias batalhas de confrontos pessoais e diretos, em tempos longínquos, às devastadoras guerras regionais na atualidade, com o uso de tecnologias bélicas tão sofisticadas quanto destrutivas. Na misteriosa e sombria trajetória humana, mesmo após a comoção causada pelos holocaustos de judeus (*Shoah*) e de ucranianos (*Holodomor*), ainda persistem chacinas em ampla escala de homens, mulheres e crianças.

No atual século tem-se verificado com lamentável frequência a recusa de governos – por vezes sem justificativa objetiva – em abrigar emigrantes ou refugiados em grande quantidade e procedentes de países conflagrados, ou em grave crise econômica, situados no oriente médio, no norte da África, na Ásia, na América central, no leste europeu e em diversos outros locais. Ao fim e ao cabo, resta a uma parte deles ficarem pelo caminho de maneira improvisada ou em precários campos de acolhimento provisórios.

De todo modo, o passado ensina. As gerações aprendem com as que lhes antecederam. Ainda existem hoje algumas ocorrências com uma certa semelhança a acontecimentos aqui apontados. Mas as sociedades parecem estar menos instáveis e mais seguras, nomeadamente na Europa integrada. Sendo assim, o que impede acreditar que o futuro trará melhor convivenciabilidade entre pessoas, maior confiança entre países e mais liberdade com segurança para todos?

Bibliografia

- ALY, Gotz – O Estado popular de Hitler. Alfragide, Portugal: Texto Editores, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio – O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2008.
- ARENDT, Hannah – Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah – Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ENRIQUEZ, Eugène – Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- EVANS, Richard – O Terceiro Reich no poder. São Paulo: Ed. Planeta, 2014. FREUD, Sigmund – O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L & PM, 2014.
- KARSKI, J. – Estado secreto: memórias de um herói da resistência polonesa durante a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2005.
- KERTÉSZ, Imre – Kadish para uma criança que não vai nascer. Lisboa: Ed. Presença, 2004. KETS De VRIES, M. F. R. – Reflexões sobre caráter e liderança. Porto Alegre: Bookman, 2010 LEVI, Primo – É isto um homem. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- MCNAB, Chris – Datos clave – El tercer reich. Madrid: LIBSA, 2010. MILGRAM, Stanley – Obediência à autoridade. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. MIŁOSZ, Czesław – A mente cativa. Manaus: Novo Mundo, 2010.
- ROLAND, Paul – Os julgamentos de Nuremberg. São Paulo: Ed. Makron Books, 2013.
- TOLAND, John – Adolf Hitler. Volumes I (a) e II (b). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.
- VOEGELIN, Eric – Hitler e os alemães. São Paulo: É Realizações, 2008.
- WACHSMANN, Nikolaus – KL – a história dos campos de concentração nazis. Alfragide: Ed. Dom Quixote, 2015.
- WEBER, Max – A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1996.
- ZIMBARDO, Phillip – The Lucifer effect: understanding how good people turn evil. London: Randon House, 2008.

(Página deixada propositadamente em branco)

Rethinking Security in the Twenty-First Century

Ana Cordeiro de Azevedo

<https://orcid.org/0000-0003-2832-0666>

Abstract

Europe and the world had to face new security paradigms in recent decades, largely due to the social, political and economic changes resulting from globalization, but above all, due to the speed those changes are taking place, which makes it difficult for policies or legislation to keep pace, but above all, for mentalities to adjust.

We propose a reflection on some of the themes susceptible of presenting relevant Security risks in the 21st century, such as the conjunction of factors like demographics / climatic changes / migrations, or the impact of (tele)communications on democratic decision-making processes and on the health and well-being of the population.

Keywords: Security, Globalization, Demographics, Climate Change, Migrations, Elections, Pandemics

Resumo

A Europa e o mundo viram-se forçados a enfrentar um novo paradigma de Segurança nas últimas décadas, em grande parte por força das alterações sociais, políticas e económicas decorrentes da globalização, mas sobretudo, pela velocidade com que estas mudanças se registam, que dificultam a evolução das políticas ou da legislação, mas sobretudo, o ajuste das mentalidades.

Propomos uma reflexão sobre alguns dos temas susceptíveis de produzir riscos para a Segurança no século XXI, nomeadamente a conjugação de fatores como alterações demográficas / climáticas / migrações, ou o impacto das (tele)comunicações nos processos de decisão democrática e na saúde e bem-estar da população.

Palavras-chave: Segurança, Globalização, Demografia, Alterações Climáticas, Migrações, Eleições, Pandemias

“Security and Freedom in the Present and Future of Europe” is the motto for the present edition of *Debater a Europa*. Under this umbrella theme, we would like to discuss some of the subjects that, in our view, frame Security concerns in the first half of the 21st century.

Baby Boomers¹ or even the early Generation X², lived most of their lives in a pre-globalization era, where the World was still relatively predictable, despite the fast technological, demographic and political changes, already experienced. Although conflict was (alas) ever-present in the post 2nd World War (WW2) scenario, at least there was the reassurance the World remained, somehow, foreseeable under a handful of assumptions [in an oversimplified way, one presumed...]:

- The World was controlled by 2 political and economic models / 2 superpowers (the western block under the control of the USA and the eastern led by the USSR),
- War was a subject for States and definitely not for private citizens or corporations (otherwise those should be categorised as mercenaries or even worst, terrorists),
- Nuclear power was a deterrent to another global conflict and remained under the firm control of strong States,
- Fossil fuels were the primary energy sources, being crude oil at the centre of concerns for a stable economy; so, the stability of OPEC³ countries and that of the Suez Canal were a benchmark to foresee the shifts on energy prices and their impact on global economy,
- And probably the biggest of those collective fallacious assumptions: Until the first int of a problem with the ozone layer hole⁴ in 1974 (only taken seriously after NASA confirmation, more than a decade later), our Planet’s essential resources, unless destroyed by an atomic bomb or a rogue space meteor, were not a concern for the next foreseeable generations.

That was obviously an anecdotal and oversimplified vision, but with a more or less complex structuring, the World tended to be, almost generally, accepted at face value and therefore, State and Corporate Security models and strategies were designed around

¹ Demographic cohort born between 1946-1964

² Post Baby Boomers, born up to the early 1980’s (depending on authors, up to 1976 or even 1984)

³ The *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (OPEC) was created at the Baghdad Conference of 1960, by Iran, Iraq, Kuwait, Saudi Arabia and Venezuela, later joined by other Members States. For history and details on the organization, see https://www.opec.org/opec_web/en/

⁴ In 1970 Paul Crutzen presented a study pointing to the long lasting effect of Earth gases in the stratosphere. Later, in 1974, Frank Sherwood Rowland and his associate Mario J. Molina, related the phenomena with the ‘ozone hole’. The 3 scientists received 1995 Nobel Prize for their research. See Blakemore in “The Ozone Hole Was Super Scary, So What Happened to It?”

principles that weren't worth questioning. But those of us entering the 2020's cannot afford the luxury of those familiar patterns and comforting reassurance.

Along with different actors and forms of conflict, that resist established Security (and Defence) paradigms of the second half of the previous century, globalization, economic and cultural changes, population growth and unbalance amongst regions, migrations, climate changes and the menace to the sufficiency of fundamental resources (as a result of population increase and climate changes), are amongst the most significant subjects at the centre of International Relations and Security since the turn of this century, but particular, in the past decade.

1. Addressing Security in the 21st Century

Pezarat Correia (2018, 89) mentions the impact of globalization to a relevance shift from National Defence to National Security, where national Sovereignty and Independence values are being superseded by new interests and rights. He concludes "This is all part of a new and comprehensive concept of human security that attaches less importance to the polemological component of security and much more to the social, economic, cultural and environmental aspects."⁵

It's this broader concept of Security that we would like to address hereunder, one that considers factors beyond the polemological component (that is, related with conflict and war).

The concerns we propose sharing, were chosen due to their global relevance and obviously for its significance to Europe in the foreseeable future.

2. Demographics, Climate Changes and Migrations' Impact on Security

United Nations (UN) data⁶ indicates that, by mid-2019, world population had already surpassed 7,7 billion, and medium life expectancy at birth grew to around 72,6 years for the global population, from an estimate of around 3,03 billion people, with a medium life expectancy at birth around 52,5 years in 1960!

Despite the population growth rate being already in decrease from a peak annual average of 2.1% per year in the 1965-70 period, to the current 1.1% average, the 10 billion mark will probably be reached around 2055, very likely in the lifetime of most readers.

⁵ Present author translation from Portuguese

⁶ UN Data information is accessible from <https://population.un.org/wpp/>; See Bibliography for UN 2019 reference publications

But a population increase implies the need for more natural resources and the support of technology for such an accelerated production growth, can only go so far. Therefore, the planet is under a heavy toll to keep up with resources demand. But more significant, the demand increase is not in a direct connection with population growth, once more urbanized and ‘evolved’ people increase their consumption parameters, both in terms of quantity, but also in relation to the diversity and complexity of goods and services required.

Although detailed demographic studies are still revealing new features and consequences of the population growth, we already know that⁷:

- Population growth is mostly concentrated on developing countries and amongst those, in the poorest ones. Also, and directly related, fertility rates are not only decreasing in developed countries, but population is living longer and consequently, depending on the workforce of others for more years, whilst presenting increased healthcare and geriatric assistance needs. Thus, developed countries are evermore dependent on migrants to preserve the stability of its workforce.
- Already more than half of the population lives in urban concentrations and that tendency is apparently still increasing, particularly in poorest countries: “Urbanization is one of the leading global trends of the 21st century that has a significant impact on health. Over 55% of the world’s population live in urban areas, a proportion that is expected to increase to 68% by 2050. As most future urban growth will take place in developing cities, the world today has a unique opportunity to guide urbanization...”⁸.
- Such urban migrations⁹ have a double detrimental impact on farmland, either with human settlements and infrastructures occupying fertile agricultural areas, or large population numbers abandoning the primary sector, which in term entails the disappearance of traditional subsistence economies, once most of these people is no longer able to directly provide for an essential part of their food requirements.
- Untended fields and poor-quality urbanism, to which we can add the climate change effect, as we are already watching on our daily news, increase the dimension

⁷ See bibliography for UN multiple data sources

⁸ WHO data, on <https://www.who.int/health-topics/urban-health>

⁹ Those problems, along with climate changes’ effect, migrations, water scarcity etc..., have already been considered about 20 years ago, on the CIA report *Long-Term Global Demographic Trends* from July 2001 (pag 59): “In the past 40 years, prime agricultural land in the Beijing-TianjinTangshan area has decreased by 55 percent because of urban sprawl and industrial conversion.” or “Urbanization—particularly squatter settlements—in Turkey and India and in Latin America and other developing regions, for example, often occurs on land highly vulnerable to earthquakes, flooding, and mud slides.”

and consequences of floods, landslides or wild fires¹⁰. The cycle perpetuates with more people requiring assistance, more migrants, and more abandoned fields.

- Too, the further people are from those basic resources, the longer they must travel to them. That implies more processing and transportation needs, translated into more energy demand and more pollution, and unfortunately, a further climate impact.
- One relevant effect of this urbanization trend must be considered: people will require goods and services previously inaccessible or simply not relevant to them. Besides the obvious necessity of transportation associated to daily commutes, people with access to electricity will purchase the refrigerator or the TV, being away for a good part of their day, will need to eat out of their homes or resort to processed foods more often, etc. That will add one more layer to that nonlinear progression between population growth and supplies demand.

But if we had to those facts, the knowledge already available on human impact on climate, the management of resources becomes even more complex, with a direct impact on Humans' and consequently, a Security issue.

On this subject, we should carefully consider the IPCC report on climate change and land, where it refers¹¹ right at the beginning:

‘A.1 Land provides the principal basis for human livelihoods and well-being including the supply of food, freshwater and multiple other ecosystem services, as well as biodiversity. Human use directly affects more than 70% (likely 69–76%) of the global, ice-free land surface ... Land also plays an important role in the climate system...

A.1.1 People currently use one quarter to one third of land's potential net primary production for food...

A.1.2 ... Land ecosystems and biodiversity are vulnerable to ongoing climate change, and weather and climate extremes, to different extents. Sustainable land management can contribute to reducing the negative impacts of multiple stressors, including climate change, on ecosystems and societies ...

A.1.3 Data available since 1961 show that global population growth and changes in per capita consumption of food, feed, fibre, timber and energy have caused unprecedented rates of land and freshwater use ... agriculture currently accounting for ca. 70% of global fresh-water use ... Expansion of areas under agriculture and forestry, including commercial

¹⁰ Vide in 2019/2020, the uncontrolled wildfires in California, Amazon, Australia, or the record floods in Venice

¹¹ United Nations – Intergovernmental Panel on Climate Change, Special Report on Climate Change and Land, August 2019, pag 5

production, and enhanced agriculture and forestry productivity have supported consumption and food availability for a growing population ... With large regional variation, these changes have contributed to increasing net GHG emissions ..., loss of natural ecosystems ... and declining biodiversity ...

A.1.4 ... Currently, 25–30% of total food produced is lost or wasted ... These factors are associated with additional GHG emissions ... Changes in consumption patterns have contributed to about two billion adults now being overweight or obese ... An estimated 821 million people are still undernourished...

A.1.5 About a quarter of the Earth's ice-free land area is subject to human-induced degradation ... Soil erosion from agricultural fields is estimated to be currently 10 to 20 times (no tillage) to more than 100 times (conventional tillage) higher than the soil formation rate ... Climate change exacerbates land degradation, particularly in lowlying coastal areas, river deltas, drylands and in permafrost areas ... In 2015, about 500 (380–620) million people lived within areas which experienced desertification between the 1980s and 2000s. ... Other dryland regions have also experienced desertification. People living in already degraded or desertified areas are increasingly negatively affected by climate ...

If we started by seeing references to demographics, climate changes and migrations as separate phenomena, more recent data and studies¹², at least since the dawn of this century, are connecting those phenomena.

Summing up, empirical observation supported by scientific analysis, leads to the conclusion that human population hasn't yet reached its peak, and already more than half of it is living in urban agglomerates, being that this tendency will continue to increase.

Population is increasing mostly in developing countries, whilst developed countries are shrinking and getting older, which entails a struggle to balance their workforce requirements with those of an older and more dependent population.

Production will be pushed to further levels and in turn result in more pollution, because of the direct needs of population growth, farming constraints arising from climate change, and the contagious effect of increasing consumption patterns.

Huge urban concentrations (often on inadequate terrains) and less tendered fields, point towards the shrinkage of subsistence economies, but even worst, are more prone to amplify the effect of natural disasters, particularly floods and wildfires.

Population growth in poorer countries, climate change and Demographics, unbalance, are contributing factors for the different migration forms – urban and transnational. Those uncontrolled Migration waves are a serious Security concern for Europe, North America

¹² On 'Environmental Migration' and/or definition of Environment Migrants and Environment Displaced Persons see, for instance, IOM – UN Migration https://migrationdataportal.org/themes/environmental_migration or World Migration Report 2020 chapter 9

or Australia, once those migrants are, more often than not, unprotected, subject to violence and exploitation, prone to poor living conditions and ultimately, more exposed to disease and crime.

3. Globalization's Impact on Security

We will not theorize herein on the globalization concept¹³, proposing instead a reflexion on its subtle influences on our everyday perception of collective Security. For this purpose we would like to start by recalling a phrase from Friedman's Introduction to his work, *The World is Flat*: "...those who get caught up in measuring globalization purely by trade statistics – or as a purely economic phenomenon instead of one that affects everything from individual empowerment to culture to how hierarchical institutions operate – are missing the impact of those changes."

One of the most obvious characteristics of globalization is that science and technology are evolving at an extremely rapid pace and presenting new dilemmas every day. Not unexpectedly, the security and defence paradigms, and furthermore the social, political, economic and legal models have a hard time keeping up with the constant changes brought by globalization.

Also, globalization presents itself with realities Humans still haven't grasped fully, like dematerialisation processes, artificial intelligence or Human decisions being superseded by computer programs. We are genetically wired to understand and process previous experiences, not to dwell on hidden influences (well, maybe artists and scientists don't follow that pattern, but they are the exception that confirms the rule...). In many instances, physical was superseded by a virtual / dematerialised reality which, as will be discussed ahead, challenges a society still structured under geographical boundaries and material concepts.

We will exemplify those insidious effects with a couple of the recent public events, all with implications larger than the primary target and ultimately, with effects on international Security:

✓ 2016 US Presidential Elections and the Brexit Referendum

One lives on the faith that democracies have fair and square elections, and that our elected Leaders reflect an unbiased choice of the People. Well, after the 2016 US

¹³ Nevertheless, it should be stressed that herein globalization will be considered in its broad sense, therefore including the more diversified forms of global trade and cooperation, including scientific, communications, travelling, cultural interchange, etc.

Presidential Elections, our faith is shaken, and the election of future World Leaders will most likely be tainted with the doubt of foreign manipulation!

As well researched and documented by Professor Kathleen Jamieson¹⁴, Russian Internet Trolls¹⁵ attacked mainly in two fronts: divulging Candidate Clinton's e-mails from a personal account whilst she was the Secretary of State, to stress her lack of care by not duly protecting sensible information, and divulging fabricated news on social media, discrediting the Democratic Presidential candidacy.

As per the 'Joint Statement from the Department of Homeland Security and Office of the Director of National Intelligence on Election Security', October 7, 2016:

"The U.S. Intelligence Community (USIC) is confident that the Russian Government directed the recent compromises of e-mails from US persons and institutions, including from US political organizations. The recent disclosures of alleged hacked e-mails on sites like DCLeaks.com and WikiLeaks and by the Guccifer 2.0 online persona are consistent with the methods and motivations of Russian-directed efforts. These thefts and disclosures are intended to interfere with the US election process..."

But the full scale of the interferences and its consequences, became apparent on the indictment of 13 Russian citizens and 3 corporations, for alleged interference in the US presidential elections of 2016. As Stated on the indictment document:

"...Defendant ... ("ORGANIZATION") is a Russian organization engaged in operations to interfere with elections and political processes. Defendants...worked in various capacities to carry out Defendant ORGANIZATION's interference operations targeting the United States. From in or around 2014 to the present, Defendants knowingly and intentionally conspired with each other ... for the purpose of interfering with the US political and electoral processes, including the presidential election of 2016."

But when public opinion thought the election's manipulation scandal had reached its limit, there came the Cambridge Analytica / Facebook case¹⁶. As stated in a brilliantly simple way by Julia Wong to The Guardian¹⁷, "...Facebook had allowed someone to extract vast amounts of private information about vast numbers of people from its system,

¹⁴ Cyberwar: How Russian Hackers and Trolls Helped Elect a President: What We Don't, Can't, and Do Know

¹⁵ In internet slang, a troll is a person that looks for discord by posting inflammatory messages to on-line communities, in order to provoke discussions, either to obtain a gain, or for his/her amusement

¹⁶ For details, see Timothy Lee's "Facebook's Cambridge Analytica scandal, explained [Updated]"

¹⁷ "The Cambridge Analytica scandal changed the world – but it didn't change Facebook", 18 March 2019

and that entity had passed the data along to someone else, who had used it for political ends.... what happened with Cambridge Analytica was not a matter of Facebook's systems being infiltrated, but of Facebook's systems working as designed: data was amassed, data was extracted, and data was exploited.”

This time the scandal involved more than one country and political event – besides the US 2016 Ted Cruz's Presidential candidacy, the UK Brexit referendum was also at the centre of the storm. Besides and even more disturbing, we realise that not only our collective political decisions are being manipulated through illegal actions, but perfectly legal institutions and actions can be used for massive manipulative purposes.

We cannot stop worrying about our Security, once we see the political democratic foundations being threatened!

✓ **Globalization and Health**

Globalization has been a blessing for international health standards. Medical advances are available not only faster, but also to a greater scope of researchers and users, and telemedicine¹⁸ helps saving or giving better life quality to countless persons.

But not all the impacts of globalization on Health are good, and some are even pernicious, as illustrated here:

An article from World Health Organization¹⁹ stated – “...One reason for the increased political awareness of health stems from a negative consequence of globalization: the unprecedented speed with which infectious diseases can now spread around the globe. “The globalization process has brought the world to understand that an infectious disease in one country may represent a very real health threat for the rest. This is a very powerful message and a great incentive to help mobilize partnerships for public health,” says WHO's Heymann. AIDS, malaria, dengue, yellow fever, West Nile virus, Ebola, mad cow disease – to name but a few – are painful reminders that the 21st century's global village poses serious threats to public health...” Are WHO concerns justified? Apparently, very much so.

According to the online portal STATISTA²⁰: “Worldwide, the tourism industry has experienced steady growth almost every year. International tourist arrivals increased from 528 million in 2005 to 1.19 billion in 2015. Figures were forecasted to exceed 1.8 billion by 2030.”

¹⁸ Telemedicine, also known as telehealth or e-health, allows health professionals to evaluate, diagnose and treat patients in remote locations using telecommunications technology.

¹⁹ “Globalization – how healthy?”, WHO Bulletin 2001, 79 (9)

²⁰ “Global travel and tourism industry – Statistics & Facts”, Statista Research Department, August 21, 2018

Those figures are probably very underestimated, as just the Chinese New Year implies more than the double of that, according to one of China's top travel organizations²¹: "In 2018, it was estimated that Chinese travellers made around 3 billion trips during the 40-day Spring Festival period." Despite the right number of yearly travellers, it is huge! With billion(s) travelling each year, it is extremely difficult to control the spread of diseases worldwide, in a record time lapse.

The Wuhan corona virus is a very recent reminder to what point a local health problem is susceptible of escalating to a global Security concern, furthermore since the infection coincides with the celebrations of the Chinese New Year in 2020.

But the extent globalization is susceptible of negatively influencing health, goes beyond the present travelling facilitating physical contact between people from faraway places. E-communication and social media are amongst the most relevant platforms for the spreading of health myths and factoids, some innocuous others, a Security menace.

Amongst the most well-known negative impacts, is the refusal of vaccination for children, due to several cognitive biases²², easily spread in social media. Curiously, this is more prone to happen in richer countries and higher social classes, where overconfident people believe their high quality of life is a health protection outweighing the non-vaccination risks.

According to Belluck and Hassan for The New York Times²³, by the year 2000, measles was declared eradicated in the United States, but by May 29, 2019, 26 states had already registered 971 individual measles cases since the beginning of that year!

It seems those phenomena need addressing at the same level as factoids and fake news, which means, media should be used at a comparable level, to spread scientific information.

Conclusions

From the examples above, we conclude that the present global security concerns, and probably those following the next generations, are departing fast from those security paradigms of the past. The same advantages brought by science and globalization that permitted human population to thrive, are presenting their nefarious effects, that need be addressed in order to preserve world security.

²¹ "The Chinese New Year Travel Rush – the World's Largest Annual Human Migration", China Highlights

²² WATTS, Sarah, "Cognitive Biases That Explain Why People Still Don't Vaccinate", Forbes, February 19, 2019

²³ BELLUCK, Pam, HASSAN, Adeel, "Measles Outbreak Questions and Answers: Everything You Want to Know", The New York Times, February 20, 2019 updated on May 29, 2019

Bibliography

- ALLEN, John, HAMNETT, Chris, eds. – *A Shrinking World? Global Unevenness and Inequality*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- BECK, Ulrich – *O que é a Globalização? Equívocos do Globalismo, Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BELLUCK, Pam, HASSAN, Adeel – “Measles Outbreak Questions and Answers: Everything You Want to Know”, *The New York Times*, February 20, 2019 updated on May 29, 2019. <https://www.nytimes.com/2019/02/20/us/measles-outbreak.html>
- BLAKEMORE, Erin – “The Ozone Hole Was Super Scary, So What Happened to It?”, *The Age of Humans – Living in the Anthropocene*, SMITHSONIANMAG.COM, January 13, 2016. <https://www.smithsonianmag.com/science-nature/ozone-hole-was-super-scary-what-happened-it-180957775/#.XhXQnlMBM68.email>
- CORREIA, Pedro de Pazarat – *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*- Lisboa: Edições 70, 2018.
- FRIEDMAN, Thomas L. – *The World is Flat, The Globalizes World in the Twenty-First Century*. London: Penguin Books, 2006.
- JAMIESON, Kathleen Hall – *Cyberwar: How Russian Hackers and Trolls Helped Elect a President: What We Don’t, Can’t, and Do Know*. Oxford: Oxford university Press, 2018.
- LEE, Timothy B. – “Facebook’s Cambridge Analytica scandal, explained [Updated]”, *ARS Technica*, 20 March 2018. <https://arstechnica.com/tech-policy/2018/03/facebooks-cambridge-analytica-scandal-explained/>
- MAYER, Jane – “How Russia Helped Swing the Election for Trump”, *The New Yorker – Annals of Politics*, October 1, 2018 Issue. <https://www.newyorker.com/magazine/2018/10/01/how-russia-helped-to-swing-the-election-for-trump>
- STIGLITZ, Joseph E. – *Globalization and its Discontents*. New York: W. W. Norton & Company, 2002.
- WONG, Julia Carrie, “The Cambridge Analytica scandal changed the world – but it didn’t change Facebook”, *The Guardian*, 18 March 2019, <https://www.theguardian.com/technology/2019/mar/17/the-cambridge-analytica-scandal-changed-the-world-but-it-didnt-change-facebook>
- WATTS, Sarah – “Cognitive Biases That Explain Why People Still Don’t Vaccinate”, *Forbes*, February 19, 2019, <https://www.forbes.com/sites/sarahwatts/2019/02/21/5-cognitive-biases-that-explain-why-people-still-dont-vaccinate/#cf1159644149>

Data Sources

- “The Chinese New Year Travel Rush – the World’s Largest Annual Human Migration”, *China Highlights*. <https://www.chinahighlights.com/travelguide/special-report/chinese-new-year/transportation.htm>

CIA Central Intelligence Agency US

Long-Term Global Demographic Trends – Reshaping the Geopolitical Landscape – July 2001.
https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/Demo_Trends_For_Web.pdf

DHS Department of Homeland Security and ODNI Office of the Director of National Intelligence

Joint Statement from the Department of Homeland Security and Office of the Director of National Intelligence on Election Security, October 7, 2016. <http://www.p2016.org/chrneday/dhs100716pr.html>

OPEC Organization of the Petroleum Exporting Countries

https://www.opec.org/opec_web/en/

STATISTA

“Global travel and tourism industry – Statistics & Facts”, Statista Research Department, August 21, 2018. <https://www.statista.com/topics/962/global-tourism/>

THE UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE DISTRICT OF COLUMBIA

Indictment Case 1:18-cr-00032-DLF (alias Robert Mueller’s February 2018 indictment of 13 Russians alleged intrusion on US elections). <https://www.justice.gov/file/1035477/download>

UNITED NATIONS

UN DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS

World Population Prospects 2019: Highlights June 2019 – Ten Key Findings. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_10KeyFindings.pdf

World Population Prospects 2019, Highlights, ST/ESA/SER.A/423. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf

World Population Prospects 2019, Volume I – Comprehensive Charts, ST/ESA/SER.A/426. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Volume-I_Comprehensive-Tables.pdf

World Population Prospects 2019, Volume II – Demographic Profiles, ST/ESA/SER.A/427. https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Volume-II-Demographic-Profiles.pdf

UN INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE

Special Report on Climate Change and Land, August 2019. <https://www.ipcc.ch/srccl/>

IOM INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION

World Migration Report 2020. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf. <https://www.iom.int/migration>. https://migrationdataportal.org/themes/environmental_migration

WORLD HEALTH ORGANISATION

World Health Topic. <https://www.who.int/health-topics/urban-health>

“Globalization – how healthy?”, Bulletin of the World Health Organization, 2001, 79 (9). https://www.who.int/docstore/bulletin/pdf/2001/issue9/new_features.pdf

Note: all Electronic Documents were available on January 2020

(Página deixada propositadamente em branco)

Episódios de uma Europa securitária – Portos marítimos, refugiados e territórios de espera no Mediterrâneo

***Episodes of a security Europe – Mediterranean seaports,
refugees and waiting territories***

João Luís J. Fernandes

<https://orcid.org/0000-0002-9419-631X>

Resumo

O Mediterrâneo é um território importante no quadro das tensões vividas pela Europa no que ao fluxo de migrantes diz respeito. Os conflitos vividos neste espaço marítimo revelam a dimensão securitária mais restritiva da União Europeia, daqui resultando episódios de boicote e de espera como aquele que ocorreu com o navio *Open Arms*, em 2019.

Palavras-Chave: Migrações, Mediterrâneo, Territórios de Espera, Segurança

Abstract

The Mediterranean Sea is an important passageway for migrants wishing to reach Europe. However, this maritime space is also a territory of conflict, reflecting a closed European Union. The problem affecting the *Open Arms* boat in 2019, which was prevented from approaching certain European ports, is an example of such security policies.

Key-Words: Migrations, Mediterranean Sea, Waiting Territories, Security

Nota introdutória

Diz-nos Gonçalo M. Tavares (2018) que o Sr. Walser construiu uma casa, desenhada com traços simples e decorada sem excessos, protegida por uma floresta fechada e longe de outros espaços habitados.

Ainda que despojada de luxos e assegurada por uma distância que garantia a privacidade em relação ao bairro mais próximo, esta casa foi também pensada para acolher amigos e vizinhos. Aquele espaço privado seria um território de hospitalidade.

Na perspectiva da Geografia, a casa que se vislumbra nas palavras do escritor atravessa múltiplas escalas espaciais e remete-nos para alguns dos debates mais oportunos no tempo presente. Em primeiro lugar, a temática dos limites e da demarcação entre o interior e o exterior. Em segundo, após a definição de uma linha separadora, a relação de maior abertura ou encerramento entre os territórios domésticos, associados às sensações de conforto, previsibilidade e confiança, e os espaços exógenos, com os quais devemos estabelecer pontes mais duradouras de contacto ou, pelo contrário, erguer muros de indiferença ou de medo.

A relação possível entre os dois lados de uma barreira é também atravessada pela coexistência dinâmica e integrada entre o que aparenta ser estável – uma área ou superfície que se pretende proteger e cujo acesso se tenta regular, e os fluxos que se movimentam, sejam estes de pessoas, mercadorias, informação ou outras formas de capital.

Esta interação tem suscitado posições extremas, que João Ferrão (2003) sintetiza nos conceitos de “localismo globofóbico” e de “globalização uniformizadora”. Neste último caso, os fluxos atravessam fronteiras porosas e abertas e contribuirão para um mundo mais homogêneo. Nesta dinâmica geográfica sem atritos, as trocas sobrepõem-se à preservação das identidades, num processo condicionado por relações assimétricas de poder. No primeiro, o local ergue barreiras e preserva-se, levanta muros e filtros protetores e valoriza o endógeno. Por contraste com o que virá de fora, contaminado pela viagem e pelas influências que não se controlam, esta deriva identitária assenta numa vaga ideia de autenticidade e originalidade, quantas vezes excluindo o que não se conhece bem, mas ao qual se atribui uma etiqueta estereotipada.

Porque constituem as pontas extremas de um processo dinâmico, instável e contaminado pelas leituras ideológicas, ambos os caminhos colocam riscos. Opondo-se, problematizam uma das questões da atualidade- o balanço entre os espaços geográficos que se abrem e aqueles que se encerram. Muito para além da natureza das fronteiras, mais abertas e difusas, ou mais estanques e fechadas, estão em causa princípios e estratégias de maior ou menor ligação aos outros.

Encontramos aqui diferenças de conceção da natureza das filiações identitárias, tal como se discute em Amin Maalouf (1999) ou Amartya Sen (2007). Não existindo uma matriz única que expresse o que Ferrão (2003) refere como localismo globofóbico, no geral esta tendência assenta numa conceção de identidade monodimensional e numa filiação justificada por um número restrito de fatores, como o território, a língua, a ancestralidade ou a religião. A estas identidades geradoras de oposição e de violência – que Maalouf (1999) caracteriza como *identidades assassinas*, Sen (2007) contrapõe as identi-

dades compósitas, que sobrepõem diversos fatores dinâmicos de filiação que se invocam em diferentes momentos da vida económica, social, cultural e política.

Esta oposição entre identidades monodimensionais e multidimensionais remete-nos para Mark Granovetter (1973), que confronta os laços fortes (*strong ties*, no original) e os laços fracos (*weak ties*). Para este autor, o encerramento identitário em confinamentos de laços fortes, isto é, em comunidades unidas pela semelhança, será menos inovador e mais hierarquizado que os laços fracos que se estabelecem entre atores que interagem pela diferença e pela complementaridade.

Apesar disso, no primeiro caso destaca-se a confiança que deriva da familiaridade e da proximidade. No segundo, releva-se a instabilidade que resulta do desconhecido e do carácter difuso das interações. Numa época na qual se discute o encerramento em relação à abertura, a rejeição em relação ao acolhimento, as políticas securitárias em relação à hospitalidade, estes debates ganham relevo e esta conceção que Granovetter levantou em 1973 assume uma nova atualidade.

Na casa do Sr. Walser, a fronteira está protegida por uma floresta densa e uma natureza agreste que lhe garante a privacidade. Não se pretende fazer uma associação direta entre a ideia de casa aqui referida por Gonçalo M. Tavares e a União Europeia. Contudo, neste projeto de cooperação institucional, as mobilidades internas, a procura de uma identidade comum, em todos estes aspetos se reconhece a ideia de construção de uma *casa comum* que possa trazer escala e densidade à Europa nas relações com outros territórios, tal como se expressou no evento “Europa- uma casa comum?”, realizado na Universidade de Coimbra em 2017 (com coordenação científica de Maria Manuela Tavares Ribeiro). A propósito da Europa enquanto ‘espaço partilhado’, pode ler-se que “O conceito de Casa Comum Europeia ganha particular acuidade no campo da política nacional, das relações internacionais, das estratégias geopolíticas e da cultura” (conferir em: https://agenda.uc.pt/wp-content/uploads/2018/02/Cartaz_Uma-casa-comum.jpg).

No caso da União Europeia, as demarcações estão bem definidas e passam pelos limites estatais, numa elasticidade espacial que tem variado de acordo com as dinâmicas de alargamento mas também, antecipando os efeitos do Brexit, pelas dissidências que se possam refletir no mapa desta entidade político-institucional e geográfica de dimensão global. Nesta perspetiva, os limites da casa-União Europeia serão mais precisos que a muito indefinida fronteira da Europa que, sobretudo a leste, não tem um marco divisório bem identificado. Nalgumas perspetivas, o continente europeu é visto como o extremo de uma vasta massa continental- a Eurásia, facto que tem marcado e condiciona alguns dos principais desafios da sua geopolítica (Friedman, 2014).

Contudo, e regressemos à ideia de fronteira, esta é mais que uma linha bem desenhada numa qualquer cartografia bidimensional. Se existem fronteiras que definem identidades (Staszak, 2017) e parecem criar dinâmicas de endogamia e reforço dos laços fortes (Granovetter, 1973), na verdade, os limites são áreas complexas e, no geral, permeáveis, ainda

que em muitas circunstâncias essas demarcações se manifestem por barreiras e muros materiais dos quais se espera uma filtragem rigorosa dos fluxos (Jones, 2012).

Limites marítimos e segurança- um domínio na geopolítica das migrações

As dinâmicas de mobilidade e o desenvolvimento tecnológico alteraram o mapa dos limites. A expansão da rede de suporte dos fluxos de pessoas e mercadorias através de nós como os portos e os aeroportos internacionais, diversificou e tornou mais complexa a geografia das fronteiras na União Europeia, ao mesmo tempo que colocou novos desafios em termos de regulação e segurança.

Enquanto espaço geográfico, a União Europeia tem limites terrestres e marítimos. Não se discutirá aqui o rendilhado espacial das regiões ultraperiféricas e dos territórios ultramarinos, que a projetam para geografias exteriores à Europa. No entanto, também estas afirmam a importância do mar, quer enquanto fronteira, quer enquanto espaço de relações com o exterior.

Neste ponto de vista, na problematização da Geografia da União Europeia, e da relação desta com outros *players* geográficos, devem incluir-se realidades espaciais como o Báltico (por exemplo, um canal de relações relevantes entre a Alemanha e a Rússia no setor energético, como se comprova pelo traçado dos gasodutos *Nord Stream 1* e 2), o Mar do Norte ou o Atlântico (no qual assenta uma das bases de afirmação geopolítica da Europa).

A dimensão marítima dos limites da União Europeia traduz-se em cartografias múltiplas que passam por diferentes conceções, graus de soberania e de responsabilidade. As águas territoriais, as zonas económicas exclusivas, as plataformas continentais, as SRR- ‘Search and Rescue Regions’, todas projetam a Europa (e países como Portugal) para um domínio geográfico no geral, como nos refere Henrique Souto (2010), desenquadrado da perceção geográfica dominante, muito marcada e limitada ao suporte físico continental.

Neste ponto de vista, o mar não é um simples limite nem um mero espaço de passagem, é um palco de acontecimentos, disputas, relações de poder e um território de interação de múltiplos atores, estatais e não estatais. Conjugando realidades fixas com as dinâmicas dos fluxos, articulando o movimento e os nós que lhe dão suporte (como as infraestruturas portuárias), os territórios marítimos são espaços de tensão entre, por um lado, o controlo e, por outro, as tentativas de resistência e fuga a essa regulação. Este facto está bem patente no domínio das migrações.

O mar é um território de mobilidades. Há uma longa história na relação entre os espaços marítimos, os portos e as migrações. Períodos temporais como o século XIX e as primeiras décadas do século XX e espaços como Ellis Island (em Nova Iorque) deixam-nos prova da inscrição geográfica desta relação entre mar e migrações. Esta interação

tem sido particularmente importante no caso das deslocações precárias de refugiados (ou candidatos ao estatuto de refugiado).

Em muitos momentos da História, o mar e os portos marítimos têm sido um meio de saída e procura de destinos mais seguros. Maria Sigonier (2011) mostra-nos esta mesma realidade a propósito da deslocação de republicanos derrotados pelo franquismo na guerra civil espanhola. O Atlântico foi, nesta ocasião, um trajeto de segurança em direção a vários países da América do Sul, entre os quais a Argentina, o Uruguai e, sobretudo, o Chile, onde se radicaram cerca de 1200 evadidos ao regime de Franco. Como nos refere Sigonier (2011), dessa vaga de deslocações precárias no espaço marítimo, foi simbólica a viagem do navio *Winnipeg*, de 3 de agosto a 4 de setembro de 1939, entre França e o porto chileno de Valparaíso.

Sem que se pretenda incorrer num registo descritivo a respeito do mar enquanto fator de libertação, refira-se outro exemplo. Em dezembro de 1950, a partir do porto de Hungnam, durante a Guerra da Coreia, a marinha dos EUA transportou 14 mil coreanos que escapavam ao avanço do exército chinês. Em diferentes navios, entre os quais o *SS Meredith Victory*, a população deslocada viajou de modo precário, num território móvel que, apesar da elevada densidade, serviu de ponte para os mais seguros portos de Busan e da ilha de Geoje, na Coreia do Sul. Como refere Sandler (2003, p.126), “The evacuation from Hungnam was an achievement easily comparable to the Dunkirk operation or the mass exodus of approximately one million Eastern Germans from the advancing Red Army in early 1945”.

A ligação dos refugiados com o mar é um campo empírico fértil em exemplos que, em múltiplas circunstâncias e geografias, ocorreram em contextos espaço-temporais de mobilidades nem sempre seguras. Assim aconteceu com os denominados *boat people* a partir da Indochina, ou os *balseros* na década de (19)90, com origem em Cuba e deslocações em direção ao sul dos Estados Unidos da América. No primeiro caso, a guerra que afetou a região na década de (19)70 provocou um êxodo de cerca de 3 milhões de deslocados que saíram do Vietname, do Laos e do Camboja. Atravessando o Mar do Sul da China e entrando no Pacífico, fizeram viagens precárias (muitas vezes com a intermediação de organizações criminosas) em direção a países de proximidade como a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, o Japão ou a Coreia do Sul (UNHCR, 2000).

No caso dos *balseros* cubanos, as deslocações entre Cuba e a Florida eram também efetuadas por embarcações precárias. Neste percurso marítimo de cerca de 90 milhas, aconteceram naufrágios mas também resgates nos quais se salvaram vidas. Foi este o caso de Elián González, em 1999, que se tornou um símbolo da oposição política ao regime de Cuba (Bernal, 2003).

As migrações continuarão a marcar o futuro. As desigualdades de poder económico e político, as assimetrias demográficas, os conflitos territoriais, as derivas identitárias, o retrocesso das democracias, os poderes difusos e informais e as alterações climáticas

continuarão a promover fluxos migratórios involuntários e precários, grande parte deles potencialmente realizados por via marítima. Não se sabe se estas deslocações ocorrerão por barco ou por via aérea, no entanto, segundo Podesta (2019), prevê-se até 2100 o desaparecimento de 48 ilhas do Pacífico em resultado da crise ambiental e da subida do nível médio das águas do mar.

Contudo, o mar não é uma superfície plana, mas um território de rugosidades com fronteiras e limites cujo efeito de atrito depende dos fluxos em causa e de quem se movimenta.

O Mediterrâneo, atrás intencionalmente omitido quando se elencavam os limites da União Europeia (para agora lhe darmos um tratamento especial), é demonstrativo das contradições do sistema global no que às mobilidades espaciais diz respeito. Este é um espaço geográfico de contacto e circulação, um território de turismo balnear e de cruzeiros turísticos que unem uma rede portuária aberta, sobretudo na sua faixa norte. Contudo, o Mediterrâneo é também uma fronteira de condicionamento das migrações, uma demarcação continental e um espaço geográfico de acontecimentos nos quais se revela uma União Europeia securitária.

Mediterrâneo e migrações- territórios de espera e insegurança numa Europa securitária

O mar Mediterrâneo separa duas regiões com contrastes evidentes em termos de desenvolvimento humano, matriz cultural e organização institucional (Lacoste, 2006). Este espaço geográfico é, na perspetiva da União Europeia, um território central em termos de estabilidade e segurança, em domínios como a energia, as alterações climáticas, a gestão dos recursos naturais, o turismo e as migrações.

Como se refere em Lacoste (2001 e 2006), para além da proximidade geográfica entre países colonizadores e espaços colonizados, este é também um território de tradicional movimentação de múltiplos interesses e potências e um palco de conflitos por procuração (*proxy wars*) dos quais, na atualidade, a Líbia é um exemplo.

Os fluxos de migrantes que, após o verão de 2015, realizaram (ou tentaram realizar) a travessia do Mediterrâneo, sobretudo nos seus setores central e oriental, colocaram este território no foco das atenções da geopolítica das migrações e da demografia política (Rodrigues, 2017). Neste contexto, mais que um espaço geográfico de ligação entre dois continentes, um percecionado como mais repulsivo e outro como atrativo, o Mediterrâneo acabou por constituir uma barreira de segurança e proteção por parte de uma União Europeia sem condições internas para uma resposta consistente e unificada perante os fluxos migratórios que resultaram de um longo processo de instabilidade derivada das Primaveras Árabes e da guerra que despoletou em território sírio.

De acordo com a ESI- European Stability Initiative (2017), no período que intermedia o início das revoltas no Magrebe (em 2010, na Tunísia), a eclosão da guerra na Síria (em 2011) e 2016, terão ocorrido cerca de 2 milhões e 50 mil atravessamentos ilegais nas fronteiras da União Europeia. Desse total, 65% seguiu a rota do Mediterrâneo Oriental, em direção à Grécia. 32% percorreu o trajeto do Mediterrâneo Central, que converge para a Itália. Desses mais de 2 milhões, 51% deslocaram-se em 2015, ano de especial pressão sobre o litoral grego, correspondendo a 885 mil entradas clandestinas. Na Itália, esse valor atingiu os 154 mil migrantes.

Contudo, estas mobilidades não ocorreram num espaço de circulação fluída. Pelo contrário, estes dados devem ser lidos no contexto dos desaparecimentos e dos naufrágios que ocorreram nessas tentativas de travessia do Mediterrâneo. Segundo a Organização Internacional das Migrações, entre 1 de janeiro de 2000 e 31 de julho de 2017, terão sido vítimas 33761 migrantes, em especial nos anos de 2015 e 2016, quando ocorreram 25% do total de mortes (Fargues, 2017).

Não se discutirá aqui a exatidão destes registos oficiais nem a probabilidade de, por defeito, esconderem uma catástrofe humanitária mais profunda. Ainda assim, fica-nos a ideia do Mediterrâneo como um espaço geográfico de obstáculos e um território de viagens incertas.

Tal como aconteceu com o resgate de Elián González em 1999 após um naufrágio ocorrido entre Cuba e a Florida, também no Mediterrâneo a imagem de uma criança agitou as consciências, ainda que, nesta ocasião, com um desfecho trágico. No dia 2 de setembro de 2015, na praia turca de Borum, a fotógrafa Nilüfer Demir regista as imagens do corpo de Aylan Kurdi, de 3 anos, falecido num naufrágio no qual também pereceram outros migrantes sírios. A partir desta linha de costa frequentada por turistas dos *resorts* locais, seguiam embarcações frágeis para a ilha grega de Kos. Como, a propósito desta fotografia, referem Adler-Nissen *et al* (2020, p.94): “It is often claimed that images have the capacity to invoke emotions, and that emotions in turn are significant for how international politics is conducted”.

Ainda assim, apesar do peso das emoções na opinião pública e nos poderes governamentais. Apesar do efeito direto da tragédia da família Kurdi nas políticas de acolhimento da Alemanha, que abriu a suas fronteiras à entrada de uma vaga de migrantes que já circulava no território europeu, entre a Áustria e a Hungria. Na verdade, em termos estruturais, a política migratória da União Europeia não sofreu mudanças significativas. O Mediterrâneo, em particular, continuou a ser um território tenso de confronto entre uma Europa que se foi encerramento e os fluxos de migrantes que, por interposição de *players* não estatais, informais e criminosos, tentam romper essa barreira de controlo.

A regulação policial tem sido promovida pela Frontex, a agência responsável pela vigilância dos limites da União Europeia, no âmbito da qual se colocaram no terreno mis-

sões como a operação *Sophia*. Contudo, o Mediterrâneo é um espaço geográfico atravessado por múltiplos territórios, que se vão cruzando de forma mais ou menos conflituosa. Para além da Frontex, registem-se as ações da marinha líbia, mas também as frágeis embarcações que saem das costas do norte de África e da Turquia em direção à Itália e à Grécia, num percurso quase sempre promovido e controlado por redes organizadas de tráfico de pessoas (Fernandes, 2019).

Contudo, mais que um percurso fluído em direção à Europa, nesta fronteira marítima securitária, muitas das vezes o ritmo é caracterizado pela imobilidade. O geógrafo Alain Musset (2015) associou a experiência de viagem dos migrantes nas frágeis embarcações, que procuram chegar a algum porto ou praia europeus, ao contexto espaço-temporal que denominou por território de espera. Para este autor (Musset, 2015, p. 306), “Los fenómenos de movilidad y desplazamiento se afirman como características principales de nuestras sociedades contemporáneas. Sin embargo, lejos de ser fluidos, homogéneos o lineales, estos desplazamientos están marcados por tiempos y momentos, más o menos largos, de espera. Su origen puede ser por razones técnicas, administrativas o políticas, y a menudo tales momentos encuentran una traducción espacial: hay territorios que acogen a estas sociedades en situación de espera”.

Embarcar numa viagem incerta para a Europa será, neste sentido, a experiência de um território de espera, no qual, a um espaço confinado correspondem tempos prolongados e indefinidos, facto que potencia o risco e aumenta as vulnerabilidades de quem se desloca.

Nesta experiência migratória que é, afinal, marcada pela imobilidade, essas territorialidades de espera começam por ser vividos antes do embarque no Mediterrâneo. Na costa líbia, são muitos os campos de contenção de migrantes precários que, sob controlo de milícias locais, ali permanecem como capital em potência, aguardando algum resgate ou sendo vítimas de múltiplas formas de exploração da vida humana. Para além disso, esses territórios de espera também existem após a chegada ao continente europeu. Em espaços geográficos como a Ilha de Lesbos, na Grécia, criaram-se territórios confinados e demarcados nos quais se prolonga a experiência da espera por parte dos migrantes que conseguem atravessar, com éxito, a barreira do Mediterrâneo (Fernandes, 2019).

Estes territórios de espera e de contenção são resultado da convergência de vários fatores. Por um lado, fazem parte da estratégia de redes organizadas que tiram partido dessa paragem forçada. Por outro, traduzem as barreiras securitárias que impedem a passagem para a Europa e os ritmos lentos dos processos formais de avaliação e reconhecimento dos direitos de acolhimento e hospitalidade destas populações que se movimentam. Em ambos os casos, assistimos a um processo contrário à compressão do espaço-tempo definida por David Harvey (1991). A velocidade dos fluxos e a redução dos obstáculos ao movimento estão na base de uma *time-space compression* na qual, em menos tempo, se tem acesso a mais espaço. O mais recente processo de globalização tecnológica assenta

nesse princípio. Nos territórios de espera, a dinâmica é inversa. Encolhe-se o espaço e prolonga-se o tempo, de modo indefinido. Nesse sentido, a gestão migratória no Mediterrâneo é um sinal de antiglobalização e, no caso da União Europeia, um instrumento securitário com efeitos na segurança dos migrantes.

Migrações e navios em espera no Mediterrâneo – o caso do *Open Arms*, em agosto de 2019

Por princípio, os portos serão territórios de trocas, compressão do espaço-tempo, encolhimento das distâncias, aumento das relações e das interdependências. Em diferentes escalas geográficas, enquanto nós de fluxos em movimento, as infraestruturas portuárias serão pontos de difusão de inovações e encontro da diferença. Por isso, são vértices relevantes na geografia global do poder, como nos demonstra a recente estratégia chinesa de projeção à escala global, em parte assente no controlo de infraestruturas portuárias (Baños, 2018; Brakman *et al*, 2019).

Como atrás se referiu, em tempos de deslocações precárias em massa, antes mesmo da criação e consolidação jurídica do estatuto de refugiado, muitas cidades portuárias foram lugares cosmopolitas de permanências, esperas, trânsito e passagem, como aconteceu no caso de Lisboa durante a II Guerra Mundial (Pimentel, 2006).

Contudo, os nós portuários podem também ser portas fechadas e instrumentos de uma geopolítica das migrações repressiva e securitária. Servem estas reflexões para enquadrar alguns dos momentos que têm marcado a política migratória europeia, em particular a resistência que alguns portos do Mediterrâneo demonstraram em receber certos navios que faziam o transporte de migrantes.

Referiu-se atrás que o mar Mediterrâneo é um território de múltiplos atores, estatais e não estatais, formais e informais. Desta constelação de *players* fazem parte algumas Organizações Não Governamentais (ONG's) que, em diferentes circunstâncias, se têm envolvido em operações de resgate de migrantes que tentam completar o trajeto entre o norte de África e algum ponto da linha de costa da Europa meridional.

Em agosto de 2019, o impedimento de acesso do *Open Arms*¹, navio de uma ONG espanhola, aos portos do Mediterrâneo mais próximos da sua posição, exemplifica a polí-

¹ As citações e os dados empíricos e factuais referentes a este estudo de caso foram recolhidos a partir da consulta de múltiplas fontes online (<https://www.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-criminology/centreborder-criminologies/blog/2017/03/border-deaths>; <https://www.smh.com.au/world/aid-group-accused-of-helping-people-smugglers-suspect-farright-hackers-20170807-gxql2a.html>; <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/refugee-crisis-closing-borders-people-smugglers-human-trafficking-mediterranean-deaths-record-a7391736.html>; <https://www.smh.com.au/world/next-time-you-will-be-targeted-libyan-coastguard-threaten-migrant-rescue-ship-20170809-gxs5ma.html>; <https://www.>

tica mais restritiva de alguns países da União Europeia perante o fluxo de refugiados e de migrantes clandestinos, mas é também a demonstração da ausência de uma estratégia comum perante um desafio societal que se irá prolongar no tempo. O *Open Arms*, quando entrou em águas territoriais italianas, transportava 147 migrantes.

Esta embarcação encontrava-se ao serviço da ONG *Proactiva Open Arms*, criada em outubro de 2015, em Badalona (na Catalunha), a partir de uma empresa – a *Pro-Activa Serveis Aquàtics*, que trabalha na área do salvamento marítimo. No próprio mês da sua criação, esta ONG realizou o seu primeiro resgate, a partir da ilha grega de Lesbos, a sua base permanente, que lhe dava acesso ao corredor central do Mediterrâneo e às águas internacionais na proximidade da Líbia. Implicada em missões de busca e salvamento, esta organização utilizou três embarcações, entre as quais o *Open Arms*, um navio de 37 metros doado por um grupo empresarial privado do setor marítimo.

No início, a atividade desta ONG limitou-se ao apoio na chegada dos migrantes a Lesbos. Na etapa seguinte, estabelecendo uma rede de colaboração com pescadores locais, guarda-costeiros gregos e a Frontex, a *Proactiva Open Arms* acabou por envolver-se no resgate de deslocados em trânsito no alto mar. Em resultado dessas intervenções, em 2016, a então jovem organização recebeu o *H.E.R.O.- Award for Outstanding Team Contribution to a Maritime SAR Operation*, pela *International Maritime Rescue Federation's* (IMRF), sediada no Reino Unido e, no mesmo ano, o *European Citizen's Prize*, atribuído pelo Parlamento Europeu. Estas distinções atestam a relevância da temática dos refugiados no contexto internacional, em especial na Europa.

Ainda assim, apesar das distinções e do reconhecimento deste trabalho de salvamento, muitas destas missões colidiram com as políticas de encerramento que se foram implantando nalguns países europeus. Assim aconteceu em agosto de 2019 quando os portos de Itália e de Malta, os mais próximos da embarcação, se recusaram a receber o *Open Arms*, transportando então cerca de centena e meia de migrantes. No caso italiano, ainda que algumas decisões emitidas pelos tribunais tentassem contrariar a decisão do Ministério do Interior liderado por Matteo Salvini, a proibição persistiu e o navio foi instado a desembarcar em Espanha, país de origem desta organização.

Ainda que alguns países europeus, incluindo Portugal e Espanha, tenham acedido a receber o *Open Arms*, esta decisão implicaria uma viagem longa (para Cadiz, Valência ou Algeciras, portos que se disponibilizaram a receber o grupo, essa deslocação levaria

[bbc.com/news/world-europe-40948222](https://www.bbc.com/news/world-europe-40948222); <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-libya-ngo/spanish-migrant-rescue-ship-threatened-by-libyan-coastguard-witness-idUSKCN1AV20Q>; <https://www.bbc.com/news/world-europe-40957089>; <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-libya-ngo/spanish-migrant-rescue-ship-threatened-by-libyan-coastguard-witness-idUSKCN1AV20Q>; <https://www.elperiodico.com/es/internacional/20170620/proactiva-open-arms-estrena-embarcacion-que-se-suma-al-golfo-azul-en-los-rescates-en-el-mediterraneo-6117549>), consultadas em setembro de 2019.

cerca de uma semana), muito para além do tempo de percurso em direção ao porto mais próximo (Lampedusa).

Ao longo da espera, que durou cerca de 3 semanas, 40 migrantes foram autorizados a desembarcar, por se encontrarem doentes ou por serem menores. Ainda assim, na embarcação, a lotação continuou alta e a densidade humana elevada, o espaço é confinado e o tempo foi-se prolongando, numa espera indefinida que foi aumentando a tensão e os sinais de insegurança. A falta de água e de alimentos frescos; o número insuficiente de casas-de-banho; no convés de apenas 180m², a disputa (territorial) pela sombra; os enjoos em migrantes pouco habituados ao mar; o cansaço da própria tripulação, tudo contribuiu para a degradação física e psicológica neste território de espera incerta.

O stress pós-traumático, sobretudo na população feminina; o medo de regresso à Líbia; a ausência do contacto com a família; a violência mais explícita nos passageiros masculinos mas também a coexistência, neste território de contenção, de mais de 10 nacionalidade, tudo contribuiu para o aumento dos fatores de risco, facto que justificou a intervenção, em pleno Mediterrâneo, de mediadores culturais que procuraram a redução desse potencial de conflito.

Ainda assim, a ansiedade justificada pela degradação das condições físicas de sobrevivência, mas também pela incerteza, levou a casos de greve de fome e ao abandono compulsivo de alguns passageiros que se lançaram ao mar para logo de seguida, com imagens mediáticas que foram entretanto divulgadas como forma de pressão, serem resgatadas e devolvidas ao *Open Arms*.

O mediatismo deste enclausuramento securitário foi ampliado pela visita de uma celebridade mundial, o ator Richard Gere que, através das redes sociais, no convés de um *Open Arms* estabilizado 27 milhas ao largo de Lampedusa, denunciou a precariedade vivida na embarcação e apelou à solução do problema.

Não se evocarão aqui pormenores jurídicos. No entanto, este contexto espaço-temporal de espera compulsiva conformará aquilo que Agamben (2005) refere como território de exceção, isto é, um território de violação de regras e normas. O Direito Internacional Marítimo prevê, nestas circunstâncias, o desembarque dos passageiros no porto seguro mais próximo. O princípio internacional do *Non-refoulement* impede também a devolução dos migrantes precários ao lugar de origem, desde que não estejam asseguradas as condições de não perseguição, exploração e violência.

O papel das Organizações Não Governamentais nestas operações de salvamento é questionado, invocando-se que poderá servir de incentivo às travessias ilegais e cumprir um serviço de interesse para os passadores informais e criminosos que, desta forma, teriam quem concluísse o trajeto dos migrantes clandestinos em direção a um porto europeu.

Nesta linha de denúncia estão agentes como a associação anti-imigração *Defend Europe*, mas também *players* como as autoridades líbias, que acusam a *Proactiva Open Arms* de atuar no interior das suas águas territoriais.

Para os críticos, o problema está na georreferenciação – navios como o *Open Arms* recolheriam os migrantes em pontos combinados com as redes do tráfico de pessoas, na proximidade das costas africanas, a partir dos quais se transportariam os migrantes para Itália, Malta ou mesmo Espanha.

Na verdade, este episódio do *Open Arms* deve também ser entendido no quadro de um Mediterrâneo que, em sentido lato, é um território instável em função de múltiplos fatores: a difusa separação de responsabilidades entre a Frontex e as autoridades marítimas nacionais; a caótica indefinição política e institucional da Líbia, na qual se sobrepõem poderes reconhecidos e não reconhecidos, com navios oficiais de guardas costeiros mas também embarcações de *smugglers*, milícias ou de pescadores que se envolvem nestas mobilidades.

Na perspetiva da *Proactiva Open Arms*, estes salvamentos, com financiamento privado, ocorrem nas águas internacionais e apenas acrescentam eficácia ao sistema de recolha e salvamento que não é totalmente conseguido pela União Europeia e pelas polícias costeiras nacionais. No ponto de vista desta ONG, os migrantes recolhidos fora dos perímetros de soberania nacional não deverão ser considerados clandestinos- de acordo com essa argumentação, a superfície marítima internacional seria um espaço de livre acesso pelo que nenhum migrante aqui poderia ser considerado ilegal.

Não se discutem aqui as argumentações de ordem jurídica, nem se fará a ponderação das realidades múltiplas e, por vezes, contraditórias, veiculadas pelas diferentes partes. A questão humanitária sobrepõe-se à paralaxe interpretativa revelada pelos diversos atores deste complexo xadrez. Nesta perspetiva, se na perceção geográfica a massa continental se sobrepõe à marítima, também no domínio dos direitos humanos parece haver, ainda segundo a *Proactiva Open Arms*, uma maior atenção para as violações que ocorrem em terra e menos para as que acontecem no mar (a superfície dominante no globo terrestre), onde permanece e circula uma geografia humana de trabalhadores, refugiados, migrantes económicos e deslocados ambientais, num número que tenderá a aumentar.

Reflexões Finais

Este episódio do *Open Arms* não é caso único mas é exemplo de uma política securitária que tem várias dimensões, neste caso materializando-se num território de espera e vidas suspensas. Durante cerca de três semanas fechados numa embarcação, estes migrantes concentraram-se no que Rogério Haesbaert (2004) denominou como aglomerado de exclusão, um território precário de tensão e destino incerto. Pelos acontecimentos, pela crescente insegurança, este espaço geográfico configura aquilo que Maria Tumarkin (2005) adjectiva como *traumascape*, um lugar tofóbico no qual se vivem experiências e se inscrevem momentos traumáticos.

Este episódio traz matérias de análise em domínios como a *Demografia Política*, a *Geopolítica das Migrações* e o *Domocídio*, isto é, a trajetória de populações frágeis que se desterritorializaram e perderam as referências da casa de acolhimento e segurança (Porteous & Smith, 2001; Haesbaert, 2004).

Para além da difusa fronteira entre os espaços geográficos de organização areal, como os Estados, e as territorialidades mais flexíveis de alguns atores, como as Organizações Não Governamentais, este episódio é demonstrativo de como um espaço como o Mediterrâneo é um território de múltiplas vivências com uma crescente importância geopolítica. As águas mediterrâneas, onde circulam cruzeiros turísticos que atravessam sem dificuldade as fronteiras de soberania nacional, são também um território murado de tensão securitária que envolve atores formais e informais.

Este episódio é ainda reflexo de uma Europa desunida perante um dos desafios sociais da atualidade e do futuro. Como se previa, o efeito estrutural da fotografia de Aylan Kurdi ficou aquém do esperado. A sobrevalorização dos interesses nacionais e as manifestações de um egoísmo territorial (Davezies, 2015) que sobrepõe os interesses domésticos a um projeto comum de integração e solidariedade partilhada, são disso prova.

A penalização dos países de chegada dos migrantes clandestinos e as dificuldades de redistribuição das responsabilidades de acolhimento pelo resto da União Europeia, criaram obstáculos ao consenso e promoveram atitudes de dissidência conservadora em países como a Itália e o grupo de Visegrado (Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria).

Por estas e por outras razões, no interior da União Europeia, em países como a Alemanha, Suécia ou Áustria, assistiu-se ao crescimento eleitoral dos partidos de extrema direita. Nestes casos, como nos sugere Andreas Steinmayr (2018), os refugiados não criaram novas fraturas, apenas trouxeram à superfície divisões já existentes e estruturais, como aquela que continua a dividir as Alemanhas ocidental e oriental, uma representação da Guerra Fria que o tempo não conseguiu dissimular.

As políticas securitárias que tiveram expressão no *Open Arms* seguem outros princípios: o do aumento da distância entre os europeus e os migrantes que tentavam o atravessamento do Mediterrâneo a partir de países como a Somália ou a Síria.

Analisando a afirmação da extrema direita nas eleições austríacas de setembro de 2015 (quando a crise dos refugiados estava no seu auge), Steinmayr (2018) demonstrou que essas atitudes conservadoras e securitárias ocorreram sobretudo em regiões nas quais o contacto com esses deslocados ou foi breve e superficial, ou não existiu, ou foi sobretudo intermediado pelos meios de comunicação social.

Sendo a Áustria, na época, um território de passagem, a extrema direita avançou menos nas regiões onde o contacto da população local com os refugiados foi mais prolongado e direto. Com essa experiência mais personalizada, diminuíram os medos em muito estimulados por fatores externos, como os discursos exógenos mais radicais. Como refere

Steinmayr (2018, p.30), “(...) the presence of, and likely contact with, refugees dampen the macro trend of growing support for the far-right Freedom Party: (...) that anxiety in the population declined after refugees arrived”.

Significa isso que o levantamento de muros de separação pode contribuir para o aumento dos preconceitos e das imagens negativas e estereotipadas sobre aqueles que não se conhecem. Como acrescenta Steinmayr (2018, p.31), “Thus, exposure under circumstances that do not allow for contact under favorable conditions can also increase negative attitudes towards refugees expressed as voting for a party with strong anti-immigrant and anti-refugee sentiments. In addition to the two forms of micro-level exposure, macro-level exposure to the refugee crisis that comes in the form of salience of the refugee situation in traditional and social media, as well as political rhetoric might also affect voting decisions. Macro-level exposure does not require physical proximity to refugees”.

Andreas Steinmayr (2018) vem confirmar algo já referido por Jean-François Staszak (2017)- os limites não são neutros. Tal como a demarcação geográfica entre continentes veio legitimar o reconhecimento (e a separação) de diferentes grupos étnicos, também os muros entre comunidades de acolhimento e populações em busca de asilo veio reforçar os preconceitos, apenas atenuados após experiências inter e multiculturais de contacto direto.

Neste jogo dinâmico de emoções, os reforços e as representações do medo são um instrumento político. No entanto, como refere Mia Couto (2019), sendo o medo necessário para a sustentação dos instrumentos securitários, são mais os sentimentos de insegurança que os fatores que os justificam. Estes medos criam linhas divisórias porque simplicam a imagem do *self* e do *other* e reforçam estereótipos negativos. Referindo-se à “fabricação do medo e da desconfiança” (Couto, 2019, p.91), o escritor acrescenta: “O que nos une hoje em todos os países, em todos os continentes, é sobretudo o medo. Um mesmo sentimento de desamparo e insegurança nos aproxima em todas as geografias. Não existem nem grandes nem pequenas potências que estejam a salvo do medo. Vivemos o mesmo receio perante o desconhecido, a mesma angústia perante o outro transformado num inimigo. Todos nós em todas as geografias deste planeta nos confrontamos com a tentativa organizada de desumanizar o Outro, o que tem outra religião, outra raça, outra história” (Couto, 2019, p.90).

Esta perceção é confirmada pelas ciências da segurança. Também Manuela Ivone Cunha (2019) se refere à perceção do medo como a resultante multidimensional de uma conjugação de fatores objetivos e, sobretudo, subjetivos. Os primeiros serão mais facilmente identificáveis, mas os segundos deixam um rasto mais duradouro.

Terminamos regressando ao ponto de partida – a Gonçalo M. Tavares (2004), para quem o movimento influencia mais do que aquilo que está fixo. Não sabemos se será assim, pois quantificar com a precisão de uma balança é sempre difícil. Contudo, as mobi-

lidades e, em particular, as mobilidades espaciais e as migrações, constituem um desafio do presente e do futuro, na Europa e no mundo. Apesar dos sinais contraditórios, no caso da União Europeia, a *Casa Comum* de acolhimento e hospitalidade que nos sugere o Sr. Walser (Tavares, 2018) tem-se materializado num território securitário de fronteiras bem demarcadas. Esta é uma conceção muito distante dos limites graduais, transitórios e indefinidos que nos mostram as ilustrações metafóricas de M. C. Escher (Bruno, 1991), para quem o dia e a noite, o subir e o descer, o dentro e o fora, o estar fixo e em movimento, não são mais que polarizações extremas de realidades que, em muitas circunstâncias, se misturam, confundem e interrelacionam. A conceção geopolítica da Europa e do mundo, em particular no domínio das migrações, não pode descurar estas representações metafóricas da realidade.

Bibliografia

- ADLER-NISSEN, Rebecca; KATRINE, Emilie Andersen; HANSEN, Lene – Images, emotions, and international politics: the death of Alan Kurdi. *Review of International Studies*. 46: 1, 2020, pp. 75–95.
- AGAMBEN, G. – *State of Exception*, 1st ed., Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- BAÑOS, Pedro – *El dominio mundial. Elementos del poder y claves geopolíticas*, 1.^a ed., Madrid: Ariel, 2018.
- BERNAL, Aurora – Medios de comunicación y propaganda. El caso de Elián González. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 9, 2003, pp. 189-202.
- BRAKMAN, Steven; FRANKOPAN, Peter; GARRETSEN, Harry; VAN MARREWIJK, Charles – The New Silk Roads: an introduction to China’s Belt and Road Initiative. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. Volume 12, Issue 1, 2019, pp. 3–16.
- CUNHA, Manuela Ivone – *Criminalidade e segurança*, 1^a ed., Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
- COUTO, Mia – *O universo num grão de areia*, 1^a ed., Lisboa: Caminho, 2019.
- DAVEZIES, Laurent – *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*, 1.^a ed., Paris: La Republique des Idees/Seuil, 2015.
- ERNST, Bruno – *O espelho mágico de M. C. Escher*, 1^a ed., Colónia: Tashen, 1991.
- ESI – EUROPEAN STABILITY INITIATIVE – *The refugee crisis through statistics. A compilation for politicians, journalists and other concerned citizens*, 1st ed., Berlin: ESI, 2017.
- FARGUES, Philippe – *Four Decades of Cross-Mediterranean Undocumented Migration to Europe A Review of the Evidence*, 1st. ed. Geneva: IOM, 2017.
- FERNANDES, João Luís J. – *Refugiados, Territórios de Espera e Insegurança. A Europa, o Mediterrâneo e as Deslocações Precárias na Crise de 2015*. Lisboa: IDN-Curso de Defesa Nacional (trabalho Final), 2019.

- FERRÃO, João – Território, última fronteira da cidadania?. *Cadernos de Geografia*, n.º especial, 2003, pp.9-12.
- FRIEDMAN, George – *Focos de tensão. Os choques geopolíticos que ameaçam o futuro da Europa*, 1.ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- GRANOVETTER, Mark – The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology* 78, no. 6, 1973, pp. 1360-1380.
- HAESBAERT, Rogério – *O Mito da Desterritorialização*, 1.ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David – *The Condition of Postmodernity*, 6th ed., Cambridge: Blackwell, 1991.
- JONES, Reece – *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*, 1st. ed., London: Zed Books, 2012.
- LACOSTE, Yves – La Méditerranée. *Hérodote*, 103, 2001, pp. 3-39.
- LACOSTE, Yves – *Géopolitique de la Méditerranée*, 1.ª ed., Paris: Armand Colin, 2006.
- MAALOUF, Amin – *Identidades Assassinas*, 1.ª ed., Lisboa: Difel, 1999.
- MUSSET, Alain – De los Lugares de Espera a los Territorios de la Espera. ¿Una Nueva Dimensión de la Geografía Social?. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61(2), 2015, pp. 305-324.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*, 1ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.
- PODESTA, John. – *The climate crisis, migration, and refugees*, 1.ª ed., Washington, D.C.: Brookings, 2019.
- PORTEOUS, J. Douglas; SMITH, Sandra E. – *Domicide. The Global Destruction of Home*, 1st. Ed., Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2001.
- RODRIGUES, Teresa- Segurança e Demografia. In A. Rebelo de Sousa (coord.), *Contextos de Segurança. Análises e Perspectivas*. Lisboa: OSCOT, 2017, pp.157-174.
- SANDLER, Stanley – *The Korean War: No Victors, No Vanquished*, 1st ed.. London: UCL Press, 2003.
- SEN, Amartya – *Identidade e violência*, 1.ª ed., Lisboa: Tinta da China, 2007.
- SIGONIER, Maria – *Reconstrucción identitaria en el exilio politico: los refugiados de la Guerra civil Española en Chile*, Santiago de Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2011.
- SOUTO, Henrique – *A propósito da pequenez e da grandeza de Portugal (reflexões sobre a realidade geográfica nacional)*. Lisboa: Academia da Marinha, 2010.
- STASZAK, Jean-François (dir.) – *Frontières en tous genres. Cloisonnement spatial et constructions identitaires*, 1.ª ed., Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.
- STEINMAYR, Andreas – *Contact matters: Exposure to refugees and voting for the far-right*, 1st ed., Munich: Working Paper, 2018.
- TAVARES, Gonçalo M. – *Biblioteca*, 1.ª ed., Lisboa: Campo das Letras, 2004.
- TAVARES, Gonçalo M. – *O senhor Walser e a floresta*, 1ª ed., Lisboa: Relógio d'Água, 2018.

- TUMARKIN, Maria – *Traumascapes: The Power and Fate of Places Transformed by Tragedy*, 1st ed., Melbourne: University Publishing, 2005.
- UNHCR – *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*, 1st ed., Oxford: Oxford University Press, 2000.

(Página deixada propositadamente em branco)

Os diálogos para a Paz e Segurança: uma perspetiva das relações União Europeia, África e PALOP

***The dialogues for Peace and Security: a perspective
of the European Union, Africa and PALOP relations***

Julião Soares Sousa

<https://orcid.org/0000-0002-8122-9741>

Resumo

Nas últimas décadas as questões de segurança e da paz dos Estados e/ou de organizações regionais como blocos tendencialmente homogêneos tem trazido à tona debates sobre temas relacionados com a interdependência nas relações internacionais que nem sempre geram equidade e equilíbrio. Este tem sido também o caso das relações entre a União Europeia (UE) e a África. Este artigo pretende analisar a evolução do diálogo UE – África e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em matéria de paz e segurança. Outrossim, escarpelizar as implicações destas relações numa altura em que se assiste a uma competição pela África e à emergência de um mundo multipolar.

Palavras-Chave: UE, África, PALOP, diálogos, Paz, Segurança

Abstract

In the last decades, the issues of security and peace of the States and / or regional organizations as blocs that tend to be homogeneous have brought up debates on issues related to interdependence in international relations that do not always generate equity and balance. This has also been the case of the relationships between the European Union (EU) and Africa. This article aims to analyze the evolution of the EU-Africa dialogue and with the African Portuguese Speaking Countries (PALOP) in matters of security and peace. Furthermore, to scalpel the implications of these relationships at a time we are witnessing a competition for Africa and to the emergence of a multipolar world.

Keywords: EU, Africa, PALOP, dialogues, Peace, Security

Introdução

A chamada desconexão da África do colonialismo europeu ocidental e as tentativas para ultrapassar obstáculos que, na perspetiva de Foé, continuam insuperáveis¹ parecem estar a estigmatizar as relações entre a UE e a África, *lacto sensu*, e com os PALOP, *stricto sensu*. Numa altura em que decorre em Addis-Abeba, a 32.^a Cimeira da União Africana, sob o lema “Ano dos refugiados, retornados e deslocados internos: soluções duráveis para o deslocamento forçado em África”, no continente africano vozes críticas se adensam contra as relações com a UE, vistas como desiguais. Essas críticas são oriundas não tanto do seio da elite política africana, mas do sector intelectual que cada vez mais se queixa que a UE fomenta uma cooperação que só olha para os seus próprios interesses, impondo a sua agenda aos demais. Isto significa que os intelectuais apontam claramente para algumas dificuldades objetivas que Foé elenca no seu artigo². É que, segundo este autor, o diálogo entre a África e a Europa ficou marcado pela História e pela mentalidade, tal como sugeriram alguns alvitristas do século XIX, como Vitor Hugo³. E isso, apesar de haver uma nítida consciência, quer na Europa quer em África, de que a resolução dos problemas deste continente (a África) também significava resolver os próprios problemas daquele (a Europa) numa lógica, evidentemente, fransfanoniana de solidariedade biológica ou de interconexão. Para alguns autores não parece ter havido mudança ou distanciamento, do ponto de vista discursivo, com aquela velha mentalidade de subalternização (e não de verdadeira cooperação), capaz de atacar as causas que estão na origem dos problemas e não mitigar as consequências. Este artigo focar-se-á nas questões da paz e da segurança, áreas que centralizam hoje toda a cooperação entre os dois continentes e até com os PALOP. Todas as outras propostas de cooperação (migrações, empregabilidade, investimentos, entre outras) surgem como corolário das questões de paz e de segurança. Esta é mais uma prova de que a cooperação, qualquer que ela seja, envolve sempre interesses. Nessa medida estamos em sintonia com Nkolo Foé quando escreve que, do ponto de vista discursivo, não lhe parece ter havido qualquer mudança no pensamento europeu relativamente à África⁴.

José Filipe Pinto também defende a ideia de que hoje, como na era colonial, as relações entre a África e a Europa nunca foram de iguais⁵. Este autor ainda faz questão de

¹ Nkolo Foé, África em Diálogo, África em Autoquestionamento: Universalismo ou provincialismo? Acomodação de Atlanta ou Iniciativa Histórica?” *Educar em revista*[online], 2013, nº.47. ISSN 0104-4060 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000100011>.

² Idem, ibidem.

³ Idem, ibidem, p. 176.

⁴ Idem, ibidem, p. 180.

⁵ José Filipe Pinto, “As relações Europa-África: Perspetiva Diacrónica”, *Revista Lusófona de Estudos Africanos*, n. 2 (2009): Africanologia, pp. 38-46.

traçar os equívocos e a subalternidade que envolveu essa relação que vem, na sua perspectiva, da própria história do imaginário europeu. As relações pós-coloniais beneficiaram da queda do Muro de Berlim e da implosão do Bloco de Leste que fizeram com que, de acordo ainda com Filipe Pinto⁶, UE reassumisse um papel cimeiro nas parcerias com a África, desde os tempos do Tratado de Roma (1957) que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia (CEE), passando pelos seguintes Acordos ou Convenções: Yaoundé I e II (1963 e 1969, respetivamente); Lomé I (1975), que já foi um acordo com os países ACP, entretanto criados nos acordos de Georgetown⁷; Lomé II (1980); Lomé III (1984); Lomé IV (1989); Cotonou (2000). Vale a pena sublinhar que, até Lomé III, do rol dos países africanos de língua oficial portuguesa, apenas Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe integravam aquela Convenção desde 1975. Angola e Moçambique apenas entrariam na organização nove anos volvidos, isto é, em 1984.

O despertar da África rumo à integração continental e as relações com a UE

Nos últimos anos, a África tem estado a lograr progressos tangíveis em vários domínios, tendo a integração continental (criação dos Estados Unidos da África⁸) como meta. Isso é, pelo menos, o que ficou estabelecido na Cimeira de Abuja (Nigéria) em 1991 e na projetada Agenda 2063 que aponta claramente para a unificação política, liberdade de circulação e o estabelecimento de instituições continentais⁹ nos próximos quarenta e três (43) anos. Vale a pena lembrar que 2063 será o ano de celebração do centenário da criação da primeira organização à escala continental – a Organização de Unidade Africana (OUA) – predecessora da União Africana (UA). Todos os esforços estão a ser consumidos nessa direção, despoletados pelo lema: “African Solutions for African Problems”¹⁰.

Além da evolução na consolidação dos processos de integração regional, um dos passos gigantescos rumo à integração continental ocorreu recentemente (Março de 2018), quando 44 dos 55 países africanos rubricaram um Tratado de Livre Comércio Continental em Kigali (Ruanda)¹¹. O objetivo, a curto prazo, é o de abolir 90% das tarifas de produ-

⁶ Idem, ibidem, pp. 43-44.

⁷ Vide Raquel Faria, “As Convenções de Yaoundé e de Lomé como primeiros acordos de cooperação entre os continentes europeu e Africano” (2015), WP 133/2015, Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA).

⁸ Vide, Martin Welz, *Integrating Africa: Decolonization's, legacies, sovereignty and the Africa Union*, First published, Routledge, Taylor & Francis Group, Abingdon, 2013, pp 1 e 4.

⁹ Vide *Agenda 2063. The Africa we want*, Final Edition, African Union Commission, April 2015.

¹⁰ Nicoletta Pirozzi, “EU support to African Security Architecture. Funding and Training Components”. European Union Institute For Security Studies, Occasional Paper, February 2009/79, p. 10.

¹¹ “African Continental Free Trade Area. Questions & Answers”, African Union. United Nations Economic Commission for Africa. African Trade Policy Centre, Addis Ababa, s.d.

tos comercializados entre os países africanos. Inicialmente, de fora deste tratado tinham ficado dois gigantes económicos: a Nigéria e a África do Sul. O acordo deveria ser ratificado pelo menos por 22 países para entrar em vigor.

Em Julho de 2019 já eram 27 os países que homologaram o acordo, concretizando assim a Zona de Livre Comércio Continental (ZLEC). Entre eles figuram naturalmente todos os PALOP (Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe) que integram, igualmente, a CPLP, mais a Guiné Equatorial. Talvez estejamos ainda longe de visionar a relevância deste projeto continental que entrou em vigor em Maio de 2019, e na fase operacional aquando da 12.^a Cimeira Extraordinária da UA de Nya-meí (Níger). A ZLEC representa já um dos maiores mercados do mundo, englobando mil e trezentos milhões de pessoas e um PIB estimado em 3 bilhões de euros, o que é, efetivamente, algo de extraordinário. Espera-se que com a ZLEC se consiga, finalmente, operar uma radical transformação das estruturas económicas e industriais do continente africano e eliminar por completo a dependência secular da África relativamente ao exterior. De resto, o lema acima anunciado aponta objetivamente para a utilização dos recursos continentais ao serviço da elevação do nível de vida das populações africanas e da responsabilização da África relativamente ao seu futuro como anteviu Pirozzi¹². Este despertar da África já se evidencia pela aposta que alguns países ou organizações sub-regionais vêm fazendo, tendo em vista a sua industrialização. Por exemplo, em Agosto de 2019, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA) reuniu-se na sua 39.^a Cimeira Ordinária em Dar-Es-Salaam (Tanzânia) para discutir temas tão importantes como os constrangimentos, os desafios e as questões associadas ao financiamento destinado à implementação da estratégia e do roteiro para a industrialização da região. Todos os chefes de Estado participantes na cimeira tinham concluído que só com os processos de industrialização se poderia combater os elevados índices de desemprego que atingem sobretudo os mais jovens e gerar prosperidade económica. Nesse aspeto, parece inequívoco o consenso entre a nova nata dos dirigentes africanos relativamente a essa matéria. A ZLEC representa, assim, um primeiro passo, de acordo com alguns analistas, para a criação de um mercado único africano. A questão que se coloca agora é como transformar as relações África-UE nos próximos tempos, *vis-à-vis* esse grande desiderato de eliminar a dependência relativamente ao exterior que a África almeja. É preciso não olvidar que a UE é, nesta altura, o parceiro principal da África, apesar da ativa concorrência da China. Concomitantemente, tem-se questionado, como o faz Eduardo Saraiva, a utilidade das parcerias África-UE, defendendo-se uma mudança de paradigma, maior interdependência¹³, mais equidade e equilíbrio nesse diálogo na medida em que isso seja exequível nas

¹² Nicoletta Pirozzi, “EU support to African Security Architecture...”, p. 10.

¹³ Luís Eduardo Saraiva, *Segurança e Desenvolvimento União Europeia-África. O caso da Guiné-Bissau*. Imprensa nacional-Casa da Moeda. Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2014, p. 25.

relações internacionais. É que Hans J. Morgenthau's já nos ensinou que todas as nações têm com objetivo último a acumulação de poder e domínio. Ou, por outras palavras, que o poder relativo garantia a manutenção da posição dominante sobre outros Estados e só assim se sentia seguro¹⁴. Será essa a situação no que se refere ao pretendo diálogo UE-África? Por agora concentremo-nos no estado atual da relação. Neste particular, enfatize-se que as relações entre Estados, neste caso entre continentes envolvem sempre interesses. São esses interesses que ditam também as relações de poder. No caso concreto da UE e da África ambos precisam um do outro. Mas a questão é que nessa inter-relação conjectura-se que um deles parte sempre em desvantagem. E esse um é, indiscutivelmente, a África que tem o peso da História colonial com ela e o facto de, 60 anos volvidos das independências, não ter ainda atingido o necessário *take-off* em consequência desse legado colonial, mas também de fatores novos que têm atrofiado o seu desenvolvimento. O balanço que é possível fazer é que com tanta cooperação ao longo de décadas em domínios tão dispare (da agricultura à educação, passando pela ciência e tecnologia) a África continua a ver o desenvolvimento e a modernização como uma miragem. Mas a chamada cooperação ou os diálogos prosseguem porque os Estados e as nações, individualmente ou agrupados em uniões, têm os seus interesses a defender e a proteger. Nas últimas décadas a questão da paz e da segurança tem marcado a agenda das relações entre a UE e a África. De um lado, é aquele (a UE) que tem a pretensão de proteger a sua segurança e os seus interesses na região e do outro este (a África) que se quer desenvolver e modernizar. Mas, para isso, também precisa de apoios externos, pelos menos financeiros, e de garantir a paz e a segurança necessários ao *take-off*. Não é por acaso que a UA elegeu como lema do ano 2020, “silenciando as armas”. Como sugere Luís Eduardo Saraiva, o subdesenvolvimento traz com ele questões de insegurança associados ao tráfico de droga, migrações, tráfico de seres humanos e o terrorismo que é cada vez mais uma ameaça global. Saraiva serve-se mesmo da teoria de “Poder e interdependência” defendida por Robert Keohane e Joseph S. Nye¹⁵ para explicar como essa interdependência pode (e deve) servir de esteio aos países e organizações continentais e regionais. Diga-se em abono da verdade que é este espírito de interdependência que tem governado nas últimas décadas a cooperação entre a África e a UE em diversos domínios. Para isso, vários acordos têm permitido essa colaboração: Acordo de Cotonou e as parcerias estratégicas África-UE. A estas formas de colaboração e de diálogo haveria ainda que adicionar as estratégias regionais para o chamado Corno de África, Golfo da Guiné e Sahel e os diálogos bilaterais ou informais.

Desde a primeira cimeira realizada no Cairo, em 2000, que a África e a UE têm estreitado as suas parcerias. Antes disso (Acordos de Yaoundé, de Lomé e de Cotonou) as

¹⁴ Hans J. Morgenthau's, *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace. An analysis of Ramon Pacheco Pardo*, Routledge, London, 2017, p. 10.

¹⁵ Luís Eduardo Saraiva, *ob.cit*, p. 27.

relações entre os dois continentes (África e União Europeia) envolviam apenas a cooperação política e económica no âmbito dos países ACP. Portanto, foi no decurso da Cimeira do Cairo que se aprovou o Plano de Ação e uma Declaração¹⁶ que visava alavancar as relações bilaterais (UE-UA) e eleva-las para um patamar cimeiro, ultrapassando assim alguma lassidão com que estas relações se vinham desenvolvendo. A própria África, como conjunto ávido de sair dos níveis de subdesenvolvimento crónico almeja essa cooperação e esse diálogo. A criação da Conferência em Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSEDC) em 1999, do NEPAD, em 2001, e da UA, em 2002, teve como desiderato suplantar também a letargia que caracterizava esse mesmo subdesenvolvimento, abrindo caminho à cooperação com outros povos e instituições externas ao continente. No domínio da segurança, a UA almeja o estabelecimento de Política Comum de Defesa e Segurança Africana (PCDSA) e por isso mesmo criou a Arquitetura para a Segurança da África (APSA) com um Conselho de Segurança Africano (CSA) em 2003. Estas iniciativas surgem como um teste às capacidades do continente em responder aos desafios domésticos e globais com que se tem defrontado em termos de segurança. O objetivo será o de intervir em qualquer Estado-membro em caso de ameaças graves, crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade. Mas, como sublinha Pirozzi¹⁷, este desafio da APSA traz à colação outras complexidades que devem ser solucionadas. Falamos dos constrangimentos políticos, financeiros e socioeconómicos que os Estados-membros precisam de superar. No fundo, trata-se de gerar condições que viessem reforçar as estruturas de prevenção e gestão de conflitos, como afiança Bastos Ribeiro¹⁸. Não se deve perder de vista neste reforço o aprofundamento e o aprimoramento dos processos de democratização e integração, de abordagem aos conflitos e de situações de crise. Na parceria estratégica um dos aspetos que se defendia da parte europeia e que já foi de alguma forma sublinhado por Sherriff e Ferreira era justamente a prioridade atribuída à questão da paz e da segurança que aparecia como um dos objetivos primordiais de uma visão partilhada. No que concerne especificamente à parte africana, ainda de acordo com os supracitados autores, a questão económica e comercial e os relacionados com a dívida externa¹⁹ emergiam como outros fatores tidos em consideração.

Edgar Marcos de Bastos Ribeiro destaca a instabilidade que tem caracterizado a História da África, desde a década de 50, e o papel que a então Comunidade Europeia (hoje

¹⁶ Edgar Marcos de Bastos Ribeiro, “O papel da União Europeia e da União Africana na prevenção e gestão de conflitos em África”, Grupo de Estudos e Reflexão Estratégica. *Edições Culturais da Marinha, Lisboa, Cadernos Navais* n.º 35 – Outubro-Dezembro de 2010, p. 18.

¹⁷ Nicoletta Pirozzi, “EU support to African Security Architecture ...”, p. 11.

¹⁸ Edgar Marcos de Bastos Ribeiro, “O papel da União Europeia e da União Africana ...”, p. 13.

¹⁹ Andrew Sherriff with Patrícia Magalhães Ferreira, “Between the summits”, in *Beyond Development aid. EU-Africa Political Dialogue on Global Issues of common concern*, Europe-Africa policy Research Network, Portugal, 2010, p. 8.

transfigurada em UE) desempenhou e tem desempenhado na sua estabilização, sobretudo a partir dos anos 90²⁰. Vai mais longe acentuando que a perceção europeia era a de que havia uma ligação entre a instabilidade e à segurança global e que para colmatar essa situação deveria haver apoio externo²¹. Ou seja, partia-se da premissa de que a segurança da UE como bloco se subordinava (e muito) à segurança global, nomeadamente da África. à margem da cimeira União Europeia – África.

Sherriff e Ferreira enfatizam as mudanças operadas nos dois continentes, especialmente em África, a partir de 2000/2001, e que colocaram este continente no radar da UE em matéria de segurança com o ressurgimento do terrorismo, pirataria e tráfico de droga ou por razões económicas (fornecedor de petróleo e de outros produtos de primeira necessidade)²². A isso haveria que associar, como já se aventou algures, o facto de, a nível continental, estar a crescer, desde 2001, com a criação da NEPAD e da transformação da antiga organização continental (OUA) em UA em 2002, uma nova consciência da necessidade de se operar grandes reformas que animassem o desenvolvimento africano. Estas preocupações dos africanos com o seu progresso visam, igualmente, salvaguardar a segurança continental, que, por sua vez, não podia dissociar-se do interesse da comunidade internacional, *lacto sensu*, e da UE em particular. Como escreve Eduardo Saraiva a “insegurança africana tem reflexos diretos na Europa”²³. É justamente por isso que os radares da UE se orientaram para o seu vizinho do sul (a África). E aqui já não se trata apenas do interesse na segurança do Magreb, mas da própria África subsaariana. Estas duas realidades tomadas isoladamente ou em conjunto em caso de serem afetadas pela instabilidade, facilmente poderão “contagiar” a Europa, designadamente os países do outro lado do mediterrâneo. De resto, viu-se as preocupações que a “Primavera Árabe” provocou na Europa, bem como a guerra civil na Líbia e as ações terrorista do Al-Qaeda do Magreb. É nossa convicção, portanto, que a questão da fronteira leste da UE e da fronteira sul marcarão para sempre a agenda europeia. A instabilidade nos países do Médio Oriente (Síria, Iraque, Afeganistão, Mianmar, China, Índia e Paquistão) sobretudo no tocante a algumas ameaças identificadas por Saraiva como o tráfico humano e de ópio, as migrações resultantes de conflitos armados e as ameaças do terrorismo transnacional²⁴ continuarão a avivar essa agenda. São, por certo, as mesmas ameaças que o autor anteriormente referido também identificou para o caso do vizinho do sul (a África).

²⁰ Edgar Marcos de Bastos Ribeiro, “O papel da União Europeia e da União Africana na prevenção e gestão de conflitos em África”..., p. 5.

²¹ Idem, ibidem, p. 5.

²² Andrew Sherriff with Patrícia Magalhães Ferreira, “Between the summits”, ..., p. 8.

²³ Luís Eduardo Saraiva, *ob.cit*, p. 83.

²⁴ Idem, ibidem, p. 77.

Passando em revista autores que estudaram a fragilidade e colapso dos Estados como William Zartman, Michael Nicholson, Georg Sorensen e Robert Jackson, Sérgio António Ferreira Guimarães tenta explicar como os países chegam à situação de fragilidade através do “disfuncionamento” do Estado em consequência da corrupção, ausência de legitimidade, desemprego e desequilíbrio das instituições²⁵.

Portanto, há evidentes preocupações da UE, enquanto bloco, relativamente à sua segurança. Preocupações essas típicas de espaços geográficos que no fundo funcionam em consciência como enclaves nessa grande encruzilhada que se chama segurança global. É isso que gera a tal obsessão europeia por fenómenos como as migrações, o terrorismo e a insegurança que, recentemente, o guineense Carlos Lopes abordou, numa entrevista ao jornal *Público*²⁶. Nessa entrevista, Carlos Lopes instava a África a fazer o aproveitamento dessa obsessão europeia de modo a relançar o seu próprio desenvolvimento. O problema é que na nossa perspetiva a obsessão não é unidirecional. A África também se confronta atualmente com a sua própria obsessão pelo desenvolvimento. Anna Katharina Stahl²⁷ chama a atenção para essa mudança de atitude africana que não parecia ser o seu desiderato há algumas décadas atrás. Nesta medida trata-se de uma obsessão mútua. É que um precisa da estabilidade e dos recursos do outro e este outro precisa do apoio (não exclusivamente) daquele para o seu desenvolvimento. No epicentro de tudo, insistimos, está, indiscutivelmente, a mudança de mentalidade que se operou em África nas últimas décadas em que se denota uma aposta clara em suplantar o subdesenvolvimento crónico. Para isso é preciso segurança, mudar a forma de governar que atenda cada vez mais para a inclusão e resolução dos problemas dos povos. É esta obsessão que está por detrás das parcerias instituídas não só com a UE, mas também com outros atores da Comunidade Internacional como a China. A profusão destas parcerias é reveladora de que a África aderiu à era do multilateralismo que tem caracterizado as relações internacionais nos últimos anos.

A era das parcerias estratégicas e a exportação de modelos

Como já se disse, o novo ímpeto da África relativamente ao seu desenvolvimento adveio com a criação da UA em 2002. É de recordar ainda que, entre 1975 e 1992, a

²⁵ Sérgio António Ferreira Guimarães, *A cooperação Europeia com países Africanos politicamente frágeis no âmbito do Acordo de Cotonou*, IPAD, Editorial do Ministério da Educação, Lisboa, 2007, pp. 37-48.

²⁶ Carlos Lopes: “Os africanos têm de aproveitar a obsessão europeia com a migração”, entrevista conduzida por António Rodrigues, jornal *Público*, 8 de Agosto de 2019.

²⁷ Anna Katharina Stahl, *EU-China-Africa. Trilateral Relations in a multipolar World Hic Sunt Dracones, the European Union in International Affairs*, Palgrave Macmillan, 2018, pp. 3-4.

África vinha preparando o caminho para a integração continental. Para isso foram sendo criadas múltiplas organizações de integração sub-regional tais como: o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), entre outras. Mas, foi sem dúvida a obsessão pelo desenvolvimento que levou a África, em convergência com os interesses (se se quiser a obsessão) da UE pela sua segurança que fez com que surgisse e prosperasse a ideia das parcerias estratégicas entre as instituições dos dois continentes. Conforme assegura Stahl²⁸, estas parcerias deveriam extravasar o tradicional diálogo político com evidentes propósitos de trazer para cima da mesa outras áreas de cooperação como a paz e a segurança energia, as alterações climáticas, migrações, mobilidade e empregabilidade, entre muitas outras. Tudo áreas em que a UE tem interesse manifesto e de algum modo relacionadas com a segurança, conflitos e gestão de conflitos. Foi nesse quadro que surgiu a ideia de uma parceria em 2005.

De acordo com alguns autores citados por Stahl a parceria teria nascido como resposta à crescente influência da China em África²⁹. Essa não é, contudo, a única explicação. Na nossa opinião seria redutor olhar para o diálogo UE-África apenas desta forma. Haveria que ter em consideração a instabilidade que se vivia nos países do Médio Oriente (Síria, Iraque, Paquistão e Irão) e em África (vaga de refugiados acantonados em Ceuta e Melilla).

No seio da UE a ideia da parceria estratégica com a África não foi consensual. Por exemplo, alguns elementos da Câmara dos Lords (Reino Unido) chegaram a lançar duras críticas ao processo de implementação da parceria que seria rubricada em 2007, invocando três justificações: que dava pouca ênfase às necessidades da África; que estava muito focada na UE³⁰; que lhe faltava coerência. A Câmara dos Lords entendia então que a UE deveria assegurar harmonia entre o comércio e as relações externas que exacerbasse as desigualdades e o desenvolvimento de políticas que tivessem como objetivo a redução dessas desigualdades³¹. Outra crítica girava em torno de uma excessiva preocupação com a segurança e com a guerra contra o terrorismo que não deixava espaço a uma campanha efetiva contra a pobreza³². Criticava-se ainda o facto de, na rubrica da parceria relativa à paz e segurança, se focar muito nas crises, nos conflitos e resolução de conflitos de curta duração, olvidando por completo a dimensão preventiva que era considerada vaga. Nem

²⁸ Anna Katharina Stahl, *ob. cit.*, p. 108.

²⁹ Idem, p. 109.

³⁰ The EU and Africa: Towards a Strategic Partnership. Volume II, Evidence, House of Lords. European Union Committee, 34th Report of Session 2005-06, HL Paper 206-II, 2006., p. 141.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 141.

³² Idem, *ibidem*, p. 141.

a segurança humana, a prevenção de conflitos e a paz eram referenciados nos objetivos de longo prazo³³. O extenso documento ainda vai longe, censurando o facto de a parceria se concentrar no esforço militar e não no apoio a ações não militares.

Mas, a consensualidade (ou falta dela) não se resumia apenas ao que acaba de ser exposto. Havia sectores da UE a insistirem em negociações/parcerias com os países africanos individualmente considerados. Isto é, a nível bilateral. Outros, que as negociações não extravasassem o âmbito dos países da África (48 países subsaarianos), Caraíbas (16 países) e Pacífico (15 países), vulgarmente denominados ACP. Do lado africano também havia (e há) muitos sectores a defenderem acordos bilaterais ou de continente para continente. Recentemente Carlos Lopes ao referir-se à defesa que alguns sectores europeus fazem das parcerias UE e UA, através do acordo ACP, afirmou que na sua opinião esses acordos não favoreciam a África que comporta as suas próprias especificidades³⁴.

Daniela Securelli enumera, num outro estudo, as limitações das delegações da ACP e da UA nas negociações com a UE³⁵. Uma delas é a diversidade de países integrantes da organização. A outra é de ordem geográfica. É que de acordo com Securelli os países da ACP integram vários continentes e diferentes prioridades e necessidades, assumindo-se que era a cooperação com a UE que os unia³⁶.

Sendo indiscutível que nos últimos anos a relação UE-África tem sido estigmatizada por um diálogo de continente para continente, como sugere Pirozzi, vale a pena indagar, como esta autora, se essas relações já extravasaram “a europeização dos meios bilaterais de assistência e cooperação herdados do período pós-colonial”³⁷. Tudo aponta para que não. As cimeiras UE-África do Cairo (Egito) em 2000, a estratégia da UE para a África de 2005 e a Estratégia Conjunta África-UE adotada em Dezembro de 2007 na Cimeira de Lisboa³⁸ e nos anos subsequentes (2011-2013; 2014-2017; e 2017-2020) não deixam dúvidas sobre essa matéria. Há, efetivamente, uma excessiva “europeização” ou ocidentalização da cooperação. É a própria UE que impõe a sua lógica e o seu modelo de cooperação. Nessa medida é o seu próprio modelo que está gradualmente a penetrar as instituições e a mentalidade africanas. A verdade é que nunca se falou tanto de crescimento, investimento, governação democrática, emprego e respeito pelos direitos humanos em África como nos últimos anos. São temas que recorrentemente aparecem nas

³³ Idem, ibidem, p. 162.

³⁴ Próxima Cimeira UE-África pode “carimbar novo acordo” entre continentes. Entrevista de Carlos Lopes ao Jornal *Expresso das Ilhas* (Cabo Verde), 14 de Julho de 2019.

³⁵ MS Daniela Sicurelli, *The European Union's Africa Policies: Norms, interests and impact*, Ashgate, 2010, p. 30.

³⁶ Idem, ibidem, p. 30.

³⁷ Nicoletta Pirozzi, “EU support to African Security Architecture. ...”, p. 7.

³⁸ *Vide Africa and the European Union. A Strategic Partnership*, Edited by Jack Mangala, Palgrave, Macmillan, 2013, pp. 16 e ss.

Estratégias Conjuntas e nos Planos de Ação ao lado de outros: Paz e segurança; comércio, integração regional e infraestruturas; Energia; Mudanças climáticas; migrações; mobilidade; ciência, informação, sociedade e espaço³⁹. As questões da paz e da segurança surgem normalmente no topo, facto sublinhado por Stefan Mair e Kerstin Petretto⁴⁰. Nesse particular a própria UA tem feito o seu papel nesse domínio a nível continental ao criar a APSA e no envio de missões aos Comores, ao Burundi e Darfur, ou colaborando com as Nações Unidas, a NATO e o Comando Norte-Americano para a África (AFRICOM), como sublinham Mair e Petretto⁴¹.

Nicoletta Pirozzi também analisa os apoios que a UE tem dado à APSA focando-se na ajuda financeira e no treino do pessoal⁴². Registe-se o facto de lhe faltar simplesmente os meios adequados para sustentar as missões nos países afetados pelos conflitos no continente. É aqui que entra novamente a perspetiva de Pirozzi, para quem as relações no domínio da segurança ainda sofriam de uma série de paradoxos: 1) que a retórica da parceria entre iguais era desafiada pela desigualdade das capacidades da UA e pela necessidade de apoio material da parte da UE; 2) que a retórica da solidariedade, no que concerne ao continente africano, fica ensombrada pelo facto de os países da UE, individualmente considerados, perseguirem interesses económicos e de segurança próprios; 3) que a retórica do diálogo trouxe à colação a tendência da UE em projetar o seu poder normativo e de promover os seus próprios valores e agenda na sua relação com o continente africano⁴³.

Quanto a nós, é por via desse poder normativo e da agenda europeia que a África foi moldando as suas instituições continentais ao figurino europeu. Mas parafraseando Adriano Moreira a propósito da língua portuguesa, podemos dizer que as instituições não são só nossas, também são nossas. Devem é adaptar-se à nova realidade. E se cumprirem as funções para as quais foram debuxadas tanto melhor. A projeção do poder normativo e da agenda não representam nada diante do almejado desenvolvimento africano. E nessa matéria não deve haver complexos. O importante é saber aproveitar as circunstâncias e os meios para atacar as debilidades e fraquezas estruturais de modo a vencer a ausência de investimentos, de crescimento económico e de emprego. Sobretudo com o intuito de fixar a população juvenil que representa nos dias que correm um dos maiores ativos da África.

Daniela Sicurelli realça o engajamento da UE na promoção do princípio de integração regional, através de um diálogo aberto com outros atores e organizações regionais como a UA. Neste aspeto, Sicurelli cauciona ainda que a UE tem sido capaz de exportar o

³⁹ Andrew Sherriff with Patrícia Magalhães Ferreira, “Between the summits”, ..., p. 9.

⁴⁰ Stefan Mair and Kerstin Petretto, “Peace and Security Unremitting Challenges for African-European Relations”, in *Beyond Development aid. EU-Africa Political Dialogue on Global Issues of common concern*, Europe-Africa policy Research Network, Portugal, 2010, pp. 37.44.

⁴¹ Idem, ibidem, p.46.

⁴² Nicoletta Pirozzi, “EU support to African Security Architecture. ...”, p. 5.

⁴³ Idem, ibidem, p. 7.

seu modelo de integração regional, apresentando a sua estrutura institucional como capaz de ser absorvida pela organização continental africana⁴⁴. Ao analisar o diálogo UE-África aquela autora constatou mesmo que a estrutura adotada pela UA é semelhante a da UE⁴⁵. Sendo a UA de criação recente, Securelli afirma que por esta razão se ressentia ainda da falta de coordenação e tinha pouco *staff* (cerca de 500) comparativamente aos 25.000 da UE. Releva, igualmente, a dependência dos países ACP da ajuda da UE, principal doador. Nessa qualidade, de acordo com Securelli, a UE tem usado a pressão sobre os países africanos para que assumissem normas europeias⁴⁶. Evidentemente, ainda não se pode pedir a atual UA, sem uma estrutura consistente, que negocie com a UE em pé de igualdade. De resto, Securelli chamou a atenção para essa dura realidade ao afirmar que a UA contava com um *staff* reduzido e provavelmente sem uma preparação que lhe permitisse negociar de igual para igual. Mas, a verdade é que, ainda assim, parece que estamos em presença de uma África despida de complexos e decidido a defender os seus interesses essenciais.

Na estratégia conjunta África e UE e Plano de Ação 2011-2013, assentou o seu lema no “investimento, crescimento e criação de emprego”. Ao tempo, a cooperação económica e a integração regional, incluindo de sectores privados⁴⁷ era um dos objetivos. Mas era essencial para o funcionamento da estratégia conjunta que fossem observados os pré-requisitos incontornáveis para a atração do investimento e melhorar o uso dos recursos domésticos. A ideia central era gerar uma economia competitiva, mas que não poderia ser exequível sem assegurar as seguintes pré-condições: paz e segurança duradouras, entre muitos outros compromissos políticos e sociais.

Nas questões da segurança, o diálogo com a UE tem sido importante no que tange à partilha de informação, consultas e coordenação. É preciso relevar ainda o facto de, nesse âmbito, ter sido aprovado, em Maio de 2018, um programa de ação 2017-2018 da Africa Peace Facility (APF) organismo criada em 2004, que foi, igualmente, recuperado para 2019-2020 com financiamento destinado a apoiar as operações militares na região do Sahel, Somália, Gâmbia, entre outros⁴⁸.

Através de vários mecanismos de financiamento – Instruments Contributing to Stability and Peace (ICSP) – que veio substituir o Instrumento para a Estabilidade (IFS), pretendeu-se dar resposta às crises em termos globais e às ameaças trans-regionais e emergentes, através da prevenção. Abria-se assim, o caminho para uma intervenção da UE, por intermédio de múltiplos programas em execução na África subsaariana, mormente em países como a República Centro Africana, Sahel e Lago Chade, na Guiné,

⁴⁴ MS Daniela Sicurelli, *ob. cit.*, p. 2.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 30.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 31.

⁴⁷ Joint Africa-EU Strategy Action Plan 2011-2013, p. 1.

⁴⁸ European Commission Staff Working Document: Annual Report 2019, p. 129.

Congo, Quênia, Madagáscar, Somália e Zimbabuê⁴⁹. Convém insistir que a UE tem promovido ainda assistência em áreas como o cibercrime e a todas as formas de tráfico ilícito e terrorismo. É preciso não olvidar ainda a importância da ajuda financeira bilateral de alguns Estados-membros da UE. Nessa medida, Pirozzi sublinha os casos concretos do Reino Unido em 2001, da França, Itália e Bélgica na República Democrática do Congo ou de Portugal nos PALOP⁵⁰. Pirozzi já expôs, igualmente, os problemas de uma estrutura como a da APSA e os desafios e constrangimentos que levanta a nível do financiamento e dos recursos humanos, o que deixa o continente numa situação de dependência relativamente à comunidade internacional⁵¹.

Em 2014 os países africanos e a UE aprovaram o roteiro para o triénio 2014-2017, que fixou grandes prioridades. Mais uma vez a paz e a segurança apareciam no centro das preocupações nas relações entre a África e a UE no pós-2000, como defende Lola Raich⁵².

Sarah Wolf deixa antever que, depois da Primavera Árabe, em 2011, da instabilidade no Mali, no Corno de África e no Saara Ocidental a África transformou-se no novo “arco de instabilidade” para a UE⁵³, designadamente, pela proximidade geográfica com os seus Estados-membros mediterrânicos. Não é por acaso que Wolf sustenta que a nova fronteira da UE era a região do Saara-Sahel.

A questão da segurança marítima nas relações UE-África

Outra das questões que centraliza as preocupações da África e da UE na sua relação presente tem sido a da segurança marítima e dentro dela a segurança na região do Golfo da Guiné (GG), uma região que se debate com problemas de instabilidade devido à falta de controlo sobre a Zona Económica Exclusiva (ZEE) e nas próprias águas internacionais limítrofes. A atividade criminosa tem vindo a aumentar na região à custa do tráfico de droga, de seres humanos, de armas, diamantes, medicamentos de contrafação,

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 129.

⁵⁰ Nicoletta Pirozzi, “EU support to African Security Architecture. ...”, p. 23.

⁵¹ “Is African Peace and Security Architecture the solution? Analyzing the implications of Escalating Conflicts and Security Challenges for African Integration and Development” By Ernest Tooichi Aniche & Michael Umezurike Egbu Chulam. S Paper Delivered at the 30th Annual Conference of the Nigerian Political Science Association Southeast Chapter on the Theme: Elections, Security Challenges and African Development at University of PortHarcourt, Rivers State on June 26-28, 2016.

⁵² L. Raich, *Erratum to: security at the centre of Post 2000 EU-Africa Relations*. In: Frankowski P., Gruszczak A. (eds) *Cross-Disciplinary Perspectives on Regional and Global Security*. Palgrave Macmillan, Cham, 2018.

⁵³ Sarah Wolf, “The European Union and the challenges of trans-Saharan migrations in the European Boarder Neighborhood. Challenges and opportunities for cooperation beyond the European Neighborhood Policy. Edited by Sieglinde Gstöhl and Erwan Lannon, Routledge, 2018.

resíduos ilegais, pirataria e assaltos à mão armada no mar, além do roubo de petróleo e pesca ilegal. A UE perfilhou uma estratégia para o GG em 2014, na tentativa de ajudar os países integrantes a enfrentarem os desafios de segurança, chegando mesmo a abraçar um Plano de Ação. A atividade criminal na região representa uma ameaça séria aos interesses da UE e à segurança global. Não é por acaso que em Junho de 2013, numa reunião quadripartida UE, CEDEAO, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e CEEAC, realizada em Yaoundé (capital dos Camarões) todos assumiram um compromisso de combater a pirataria na região⁵⁴. Esta estratégia, que cobria uma área geográfica de 6000 km de costa (isto é, numa distância que vai do Senegal a Angola), incorporava também, pelo menos quatro PALOP: S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Poderíamos aqui incluir também a Guiné Equatorial, que apesar de integrar, de pleno direito, a CPLP, não podemos considera-lo um país lusófono. Todos os anteriores quatro países acima referidos e que nos interessam integram, por sua vez, pela menos três organizações sub-regionais: Angola (SADC e CEEAC); S. Tomé e Príncipe à CEEAC e Cabo Verde e Guiné-Bissau à CEDEAO. Com o acordo quadripartido relativamente ao qual fizemos alusão acima, o objetivo da UE era o de ajudar os países da região a consolidarem a paz, a segurança e a prosperidade em concordância com as linhas estabelecidas pela APSA, numa sub-região particularmente sensível e crucial para a UE do ponto de vista da segurança energética. É que cerca de metade das necessidades energéticas da UE vinham dessa região, sendo 10% do petróleo e 4% de gás natural. Angola, a Nigéria e o Gabão são os maiores fornecedores de óleo do crude e a Nigéria, novamente, a nível do gás natural⁵⁵. Não há a menor dúvida, como de resto se realça no documento que traça a estratégia da UE relativamente ao GG, de que a região dá mais garantias em termos de vantagens geograficamente do que o Médio Oriente. Acresce-se a isso, o facto de constituir um importante “íman”⁵⁶ para os investimentos europeus não só na área dos recursos naturais, mas também em bens de consumo e serviços e até de telemóveis. Além do mais, representava um bom mercado para as exportações europeias, tendo em consideração os níveis crescentes da economia e o número das populações envolvidas. Por outro lado, a UE também tinha interesse em proteger os investimentos dos seus cidadãos, o que só a segurança poderia garantir. Por isso esses países precisam de criar condições para reforçar a sua segurança em termos globais, uma vez que tem havido discrepâncias políticas, económicas e sociais entre os países da região que adotaram mecanismos institucionais robustos e aqueles que ainda se encontram em situação de fragilidade. Estamos a falar de Estados que não têm todos o mesmo nível de desenvol-

⁵⁴ Council of the European Union. EU Strategy on the Gulf of Guinea. Foreign Affairs Council meeting, Brussels, 17 March 2014, p. 1.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 2.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 3.

vimento e de estabilidade. Daí a imperiosidade de criar condições de segurança. E isso foi feito quer a nível das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança (CS) que chegou a votar uma Resolução contra a pirataria marítima e roubo à mão armada no GG. Nessa resolução de Março de 2012 o CS propunha mesmo a definição de uma estratégia regional de combate com a ativa participação das organizações sub-regionais (CEEAC, CEDEAO e CGG). O assunto mereceu a atenção do então Secretário Executivo da CGG, o santomense Miguel Trovoada, que chegou a reunir-se com George Chikoti, Ministro das Relações Exteriores de Angola, com o objetivo de convocar uma cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da África Central e Ocidental. A situação exigia cooperação regional, sub-regional e internacional. Diga-se de passagem, que as três organizações regionais (CEEAC, CEDEAO e CGG) adotaram, desde 2008, medidas políticas e ações preventivas de segurança marítima para enfrentar a questão do tráfico internacional de droga e do terrorismo. A CEDEAO e a CEEAC desenvolveram mesmo um plano integrado de estratégia marítima que passou pela criação de Centros Regionais de Segurança Marítima (CRESMAO e CRESMAC) sancionados pelos respectivos Chefes de Estado. A primeira tinha jurisdição sobre o espaço reproduzido na Figura 1. Trata-se de um espaço correspondente àquilo que é a CEDEAO e que vai da fronteira marítima norte dos Camarões à fronteira marítima norte do Senegal, divididos em três (3) zonas marítimas (Zona E, zona F e zona G), de que fazem parte a Guiné-Bissau e Cabo Verde como PALOP. A sede do CRESMAO localiza-se em Abidjan (Costa do Marfim). A segunda está associada à região que vai da fronteira marítima sul de Angola até à fronteira marítima norte dos Camarões. Isto é, cerca de 1 250 000 km² de zona operacional e 3 500 km de costa. Esta região foi dividida em duas zonas marítimas (Zona A e Zona D) da CEEAC de que fazem parte S. Tomé e Príncipe e Angola, além da Guiné Equatorial que, sendo membro da CPLP, não é, como já se disse, um país lusófono. Os limites da primeira zona marítima (a A) vão da fronteira marítima sul de Angola à fronteira marítima norte da República do Congo, enquanto os da segunda zona vão da fronteira marítima norte da República do Congo à fronteira marítima norte dos Camarões (*vide* Figura 2). É nessas regiões que a UE tem trabalhado no sentido de contribuir para a segurança e paz, sobretudo na área do desenvolvimento de capacidades locais dos Estados costeiros através do FED e do ICSP. Intercambio de informações e de coordenação entre os 19 países envolvidos, segurança dos portos, controlos marítimos conjuntos e cooperação judiciária são algumas das áreas integrantes desta parceria.

Na cimeira do GG, realizada em Junho de 2013, na capital dos Camarões (Yaoundé), os países participantes adotaram um código de conduta relativamente à prevenção e repressão da pirataria, roubo/sequestro de embarcações à mão armada e atividades marítimas na África Ocidental e Central.

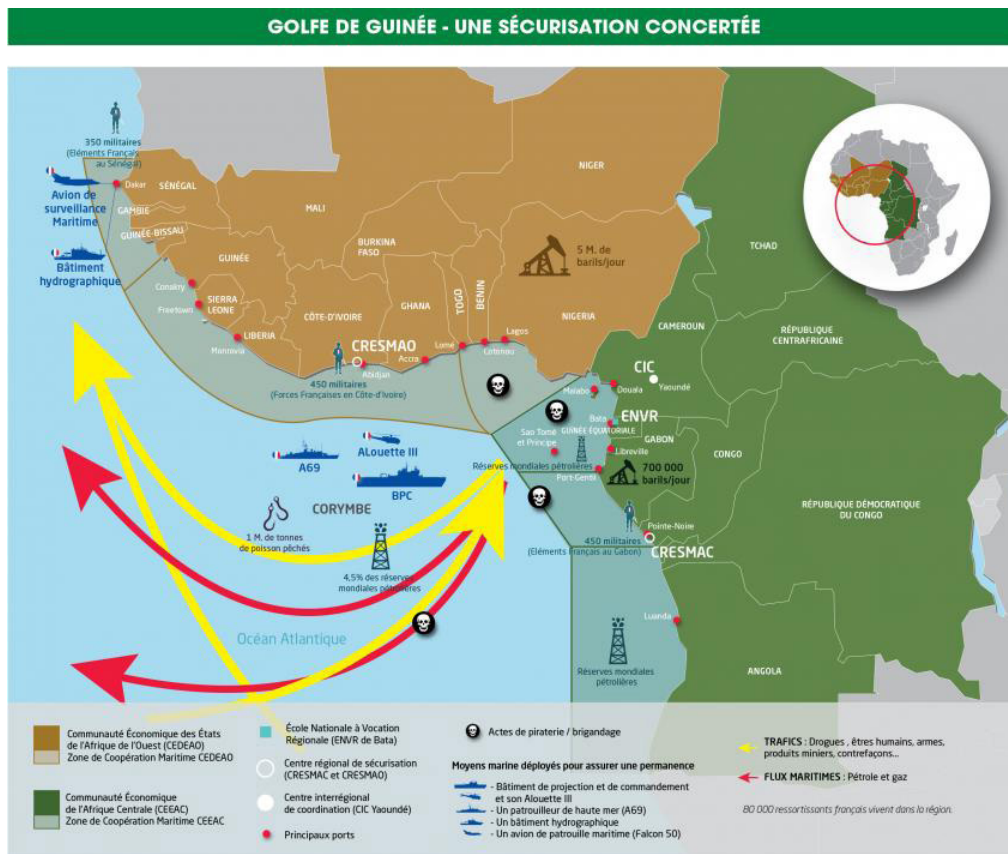


FIGURA 1. Fonte: <https://en.meretmarine.com/africans-take-control-gulf-guinea-security/175381>

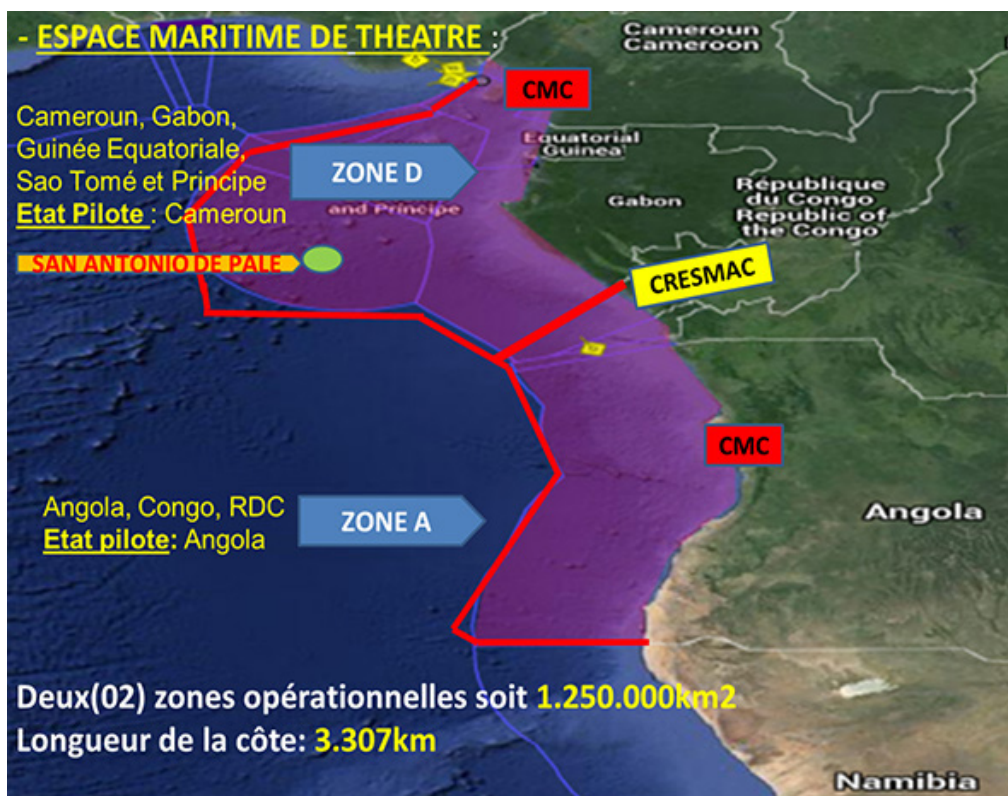


FIGURA 2. Fonte: <http://cresmacpointenoire.org/?lang=pt>

A própria UA adotou, em 2014, a Estratégia Integrada de Segurança Marítima Africana (EISMA) que paralelamente à Organização Marítima Internacional (OMI) tem desenvolvido um programa de segurança marítima. Além do mais existem ações dos países individualmente considerados com patrulhamentos conjuntos em terra e no mar⁵⁷.

Entre Março e Abril de 2018 vários países participaram em exercícios aeronavais no GG, incluindo quatro PALOP: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e S. Tomé e Príncipe, todos eles integrantes da CGG.

Além do mais, a UE e a Dinamarca também têm financiado a rede inter-regional do GG (GOGIN), de combate à criminalidade marítima na região que arrancou em 2017. A ideia era reprimir a pirataria. S. Tomé e Príncipe e Angola chegaram a pedir apoio internacional para combater a pirataria nas suas respetivas águas, muito associado ao desemprego que graça na região e em toda a África subsaariana. Em 2013, aquele país e a Nigéria ponderaram a criação de um comando naval conjunto para combater as ameaças da pirataria marítima e outros crimes.

Na 4.^a Cimeira UE-África realizada em Bruxelas no mês Abril de 2014 o tema já foi “Investir nas Pessoas, Prosperidade e Paz”. Para a concretização dos objetivos traçados foi estabelecido um roteiro para o período compreendido entre 2014-2017, abrangendo cinco (5) áreas: a paz e segurança, democracia, boa governação e direitos humanos, desenvolvimento humano e sustentabilidade, desenvolvimento inclusivo, crescimento e integração continental.

A paz e a segurança, bem como a criação de oportunidades económicas para os jovens, a mobilidade e migrações e cooperação em matéria de governação foram, igualmente, temas centrais da 5.^a Cimeira UE-África, que se realizou de 29 a 30 de Novembro de 2017 em Abidjan (Costa do Marfim) e que colocam a África como prioridade nas relações com a UE. É a proteção dos interesses da UE que determinam e justificam os dispositivos e os meios que se tem mobilizado para atacar as causas da insegurança e dos conflitos em África. Na região do GG, por exemplo, é a segurança energética que interessa à UE. Mas, nesse diálogo, também emergem outras ameaças que urge frenar: a pesca ilegal, a pirataria, a radicalização, o extremismo violento, o tráfico ilegal de armas⁵⁸ e o crime organizado⁵⁹. Daí a incorporação, cada vez mais, de novas dimensões nas parcerias, abrangendo áreas conexas à segurança como a boa governação, a educação, emprego, ciência e tecnologia e mobilização de investimentos para a transformação estrutural da sustentabilidade da África.

⁵⁷ Council of the European Union. EU Strategy on the Gulf of Guinea. Foreign Affairs Council meeting, Brussels, 17 March 2014, p. 6.

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 127.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 128.

A cooperação UE-PALOP

A cooperação dos PALOP com a UE começou, particularmente, desde a independência daqueles países em 1974/75, ano em que alguns deles integraram o acordo dos países ACP com a CEE. A Guiné-Bissau foi o primeiro país a aderir a esse acordo em 28 de Fevereiro de 1975. Tendo também participado no ato da assinatura da convenção de Lomé I, em 1977, conjuntamente com Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. Angola e Moçambique, abraços com inúmeros problemas internos, só adeririam 8 anos mais tarde (em Abril e Dezembro de 1985, respetivamente) à Convenção de Lomé III.

No ano seguinte (1986) os Governos dos PALOP organizaram iniciativas conjuntas, tendo em vista a identificação de programas comuns passíveis de articulação na cooperação com a CEE. A própria CEE chegou a organizar, em 1987, um seminário sobre aspetos da Convenção de Lomé. Todas estas movimentações culminariam na formulação do primeiro Quadro de Cooperação PALOP/CE, assinado a 29 de Junho de 1992, dando lugar ao Programa Indicativo Regional (PIR) com uma dotação orçamental de 25 milhões de euros. Entre as áreas contempladas figuravam a educação, o sector da saúde, o desenvolvimento institucional e a cooperação cultural⁶⁰.

O segundo PIR seria rubricado em Maputo, a 5 de Março de 1997, com uma verba de 30 milhões de euros⁶¹, destinados a áreas focais e não-focais. As três áreas focais foram: instituições e administração pública central e local; emprego e formação; cultura. Entre as não-focais, o destaque vai para as estatística, o sistema educativo, o turismo e ambiente⁶². Com estes programas, a ideia subjacente era reduzir o défice de desenvolvimento dos PALOP e Timor Leste⁶³ e contribuir para a sua integração nas respetivas regiões geográficas. A prioridade ia, igualmente, para a formação de recursos humanos e apoio às reformas. Este programa, correspondente ao 8.º FED, prosseguiria com o 9.º FED de 28,5 milhões de euros, muito centrado nos domínios económicos e sociais⁶⁴.

A partir de 2000, as parcerias entre a UE e os PALOP ancoraram-se no quadro dos Acordos de Cotonou, visando, no essencial, a redução da pobreza, a integração das economias dos PALOP no mercado global e nos fóruns regionais e multilaterais. O acordo assentava em 3 importantes eixos: 1) cooperação para o desenvolvimento; 2) cooperação económica e comercial; 3) vertente política. Como membros da CEDEAO, da SADC, da CDEAA e da CDEAC, todos beneficiam ainda dos acordos com a UE ao abrigo dos Programas Indicativos Regionais (PIR). Desta sorte a UE foi aproveitando as parcerias para

⁶⁰ <https://paloptl.eu/programas/7o-fed/>

⁶¹ <https://paloptl.eu/programas/8o-fed/>

⁶² <https://paloptl.eu/programas/8o-fed/>

⁶³ Juntou-se à cooperação EU-PALOP em 2007.

⁶⁴ <https://paloptl.eu/programas/9o-fed/>

promover valores que lhe eram caros como a democracia, boa governação e os direitos humanos. Mas para isso é obrigado a alocar recursos para apoiar os Estados envolvidos a cumprirem a sua função e a debelarem situações de instabilidade e crises que as afligiam. Nesta perspetiva, em Maio de 2008, foi assinado em Luanda, no quadro da VI Reunião dos Ordenadores Nacionais PALOP e TL com a UE, um Documento Orientador da Cooperação, assente na “Iniciativa de Governação” com verbas do FED de 33,1 milhões de euros. Pretendia-se com este programa a redução da pobreza, a democratização, a defesa dos direitos humanos e do Estado de Direito, bem como apoio à governação económica e à eficácia governamental. Igualmente, o FED 2014-2020 foi gizado no sentido de promover o emprego nas atividades geradoras de rendimento no sector cultural e desenvolvimento de capacidades de governação.

Convém salientar que a cooperação também se faz a nível bilateral, com os PALOP individualmente considerados. Com Cabo Verde a parceria para o desenvolvimento existe desde 2007, envolvendo as seguintes áreas: boa governação; segurança; integração regional; convergência técnica e normativa; sociedade do conhecimento; luta contra a pobreza e desenvolvimento; apoio orçamental; pescas, educação; ciência e tecnologia; comércio e relações políticas.

Com a Guiné-Bissau, depois da guerra civil que a devastou entre 1997/98, a UE engajou-se no projeto de reforma do sector de defesa e segurança⁶⁵, no apoio orçamental e a diversos projetos económicos e sociais, continuando operacional os acordos a nível das pescas. No que se refere à insegurança associada ao tráfico de droga, a Guiné-Bissau figura, de acordo com Saraiva⁶⁶, no topo da lista desde 2003. Este facto levou a UE a criar o Centro Marítimo de Análise e Operações-Narcóticos⁶⁷. Mas, as preocupações tinham a ver também com a segurança na própria África Ocidental, vista como uma região “volátil”, na opinião de Saraiva, por albergar Estados sem capacidade de resposta para os desafios globais.

Em Moçambique a presença da UE faz-se sentir na iniciativa *Spotlight* lançada em 2019, com a qual se pretendia combater a violência do género. Além do mais, em Agosto do mesmo ano apoiou com 60 milhões de euros o processo de paz entre a FRELIMO e a RENAMO e várias outras iniciativas na área dos direitos humanos, apoio humanitário por alturas dos ciclones Idai e Kenneth e contra a violência extremista no norte do país. Aguarda-se ainda a retoma, em 2021, do apoio orçamental que Moçambique viu suspenso em 2016, na sequência da revelação de dívidas ocultas do Estado no valor de 2, 2

⁶⁵ Panos Koutrakos, *The EU common security and defense policy*, Oxford University Press, EU Law Library, Oxford, 2013, p. 198.

⁶⁶ Luís Eduardo Saraiva, *Segurança e Desenvolvimento União Europeia-África. O caso da Guiné-Bissau*. Imprensa nacional-Casa da Moeda. Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 2014, p. 84.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 84.

mil milhões de dólares. Desde 2012 que Moçambique vinha recebendo apoio orçamental dos parceiros internacionais, com o objetivo de atingir um dos ODM (segurança alimentar). No que se refere ao Diálogo Político, é imperioso assinalar que se realizou-se, em Junho de 2019, em Manica (Sofala), a 27.^a sessão na qual se debateu as oportunidades de investimentos a nível da cooperação bilateral no contexto de novos desafios. Em 2018 a UE tinha adotado um Acordo de Parceria Económica com o bloco da CDEAA que previa a eliminação progressiva dos direitos aduaneiros para muitas exportações da UE. Moçambique poderia beneficiar deste acordo, deixando de pagar taxas alfandegarias na UE, depois de se ter juntado, a 5 de Fevereiro de 2018, ao Acordo de Parceria Económica⁶⁸ da CDEAA.

Em curso, com Angola, encontra-se em execução o Programa Indicativo Nacional para o período 2014-2020. Neste PALOP o auxílio da UE tem sido direcionado para a diversificação da economia, até aqui muito dependente do petróleo e da exportação de matérias primas. No âmbito do Programa Caminho Junto, cujo lema foi “Avançar no Diálogo e na Cooperação”, realizou-se, em Março de 2019, a IV Reunião Ministerial Angola-EU que contemplou três áreas prioritárias: “paz, segurança e questões globais”; “cooperação económico e desenvolvimento sustentável”; e “boa governação e direitos humanos”. Recordamos que o Programa Caminho Junto começou sete anos antes (Julho de 2012) e que ao longo da sua vigência já foram assinados três acordos de financiamento para programas em finanças públicas, ensino superior e mecanismos de diálogo. No ano de 2018, Angola tinha recebido financiamento para a promoção dos direitos humanos. Acreditamos que isso estaria por detrás da adesão do país, em Outubro de 2019, aos tratados ou convenções internacionais sobre a abolição da pena de morte, erradicação da tortura e eliminação de todas as formas de racismo. No âmbito da cooperação UE-PALOP-TL, Angola beneficiou ainda, entre 2008 e 2013 e 2014-2020, de 63 milhões de euros para programas na área da governação e emprego. Como moeda de troca a UE ficava com o livre acesso ao mercado angolano para as suas maquinarias, produtos químicos, isenção de taxas de exportação e livre acesso dos produtos angolanos ao mercado europeu. Nesta altura, Angola beneficia do acesso preferencial, o que mudará quando passar a ser país de rendimento médio em 2021. Ainda no capítulo da paz e segurança, o diálogo tem permitido troca de informações relativas aos conflitos em África e à situação na CDEAA e no GG. Recentemente (Janeiro de 2020), a UE, através da Presidente do Grupo de Trabalho encarregue dos Assuntos Africanos, Marie de la Pierre, voltou a reiterar em Luanda que apoiaria Angola financeira e tecnicamente com o objetivo de reforçar a segurança no GG que detém hoje o controlo de 8% dos recursos petrolíferos do mundo, além de intensa atividade pesqueira e tráfego marítimo.

⁶⁸ <http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=1554>.

Com outro PALOP – S. Tomé e Príncipe – foi assinado, em Abril de 2015, no quadro do 11.º FED, o Programa Indicativo Plurianual PALOP-TL para o período de 2014-2020 com dotação de 30 milhões de euros⁶⁹. O objetivo desse programa era o de promover o emprego, designadamente de grupos vulneráveis e reforço das capacidades institucionais.

Em Abril de 2017 a UE anunciou a sua pretensão de rubricar uma parceria alargada com S. Tomé e Príncipe que incluiria a China Popular. Tal como os restantes países, S. Tomé e Príncipe depende da ajuda externa para financiamento de projetos em várias áreas que envolvam a governação, sociedade civil e às ONG's. Recentemente (2019) o país insular avançou com possibilidade de um acordo de isenção de vistos com a EU, bloco com o qual mantém o mais antigo acordo na área das pescas (desde 2007). Este acordo foi revisto em Abril de 2019, tendo sido avaliado em 7 milhões de euros. Garantia-se, assim, que 34 embarcações e 28 cargueiros da UE pudessem pescar nas águas santomenses. Além do mais, ainda há um programa indicativo de cooperação avaliado em 35 milhões de euros, assinado em Addis-Abeba em 2019.

Há mais de um quarto de século que os PALOP e a UE têm vindo a cooperar no âmbito do programa de cooperação regional UE-Portugal. Isto é, desde 1992. Neste sentido a UE tem financiado vários programas como a PROPALOPISC para a área de Governação e Políticas Públicas. Igualmente, desde 2008, que um programa a nível da prevenção de conflitos vem sendo implementado. Além do mais, no que concerne à reforma do sector de defesa e segurança uma missão da UE foi enviada para a Guiné-Bissau, conforme assinala Ana Larcher Carvalho, e terminada em 2010, na sequência da tentativa de golpe de Estado de 1 de Abril daquele mesmo ano. Ao tempo, a questão da segurança ainda não tinha entrado na agenda internacional conforme defende Larcher. A Guiné-Bissau foi praticamente um teste a este respeito. Era a primeira experiência em África, ainda segundo Larcher⁷⁰.

Já em Abril de 2007 Portugal tinha proposto na IX reunião das chefias militares da CPLP, um Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), que deveria cooperar com organismos regionais africanos (UA, SADC e a CEDEAO).

Perspetivas para o futuro e considerações finais

Num texto publicado em 2009 Lukas Neubauer analisava as tendências das relações entre a África e a UE, nos anos subsequentes. Insistia que a ideia de cooperação com outros Estados não europeus vinha do Tratado de Roma, mormente nos seus artigos 135 a

⁶⁹ <https://paloptl.eu/programas/11o-fed/>.

⁷⁰ Ana Larcher Carvalho, “Intervenções externas no Sector da Segurança na Guiné-Bissau”, *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.º 4 (2010), p. 47.

139⁷¹. Assegura também que essa cooperação assentava no princípio da subsidiariedade, coerência e regionalização⁷², não deixando de apontar para as mudanças e os impactos operados nas relações Europa-África⁷³. Esta última, a sair, na perspectiva de Neubauer, da descolonização nominal. Desde o falhanço do Plano de Ação de Lagos para o Desenvolvimento da África (1980-2000), promovido pela OUA, e da Final Act, ambos em oposição aos Programas de Ajustamento Estrutural impostos pelo FMI e Banco Mundial, a África tem estado a mudar como sustenta ainda Neubauer. E com ela os PALOP. Mas essa mudança deve “desconstruir” também, como sugerem Adekeye e Whiteman, a economia herdada dos tempos do colonialismo⁷⁴ ou reduzir a dependência. Assim, apesar de a nova Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, atribuir toda a prioridade às relações com África, facto que Angela Merkel vem incentivado nos últimos anos, não acreditamos que as relações da África/PALOP com a UE mantenham os níveis de cooperação a que temos assistido num futuro próximo. O desejável era que se reforçasse o diálogo político⁷⁵. Mas, a África não oferece apenas um grande potencial (sobretudo geoestratégico) para a paz, estabilidade e desenvolvimento sustentável do continente e mesmo da UE que tem todo o interesse em patrocinar esse potencial⁷⁶. A África oferece o mesmo potencial para a China que é neste momento um dos maiores concorrentes da UE, depois do recuo da URSS/Rússia e dos Estados Unidos. Portanto, nos próximos tempos é possível que estes países que outrora recuaram voltem a entrar na disputa de um espaço nas relações com a África. Arnold H. Kammel⁷⁷ adiciona mesmo outros atores como o Brasil, que atravessa presentemente um momento introspectivo delicado, e a Índia, ambos interessados nas relações económicas. A pergunta que se impõem é se isso não poderia despoletar uma nova divisão/partilha da África como já aconteceu inúmeras vezes no passado. E aqui não estamos a pensar apenas na partilha da África pelas potências coloniais ocorrida em finais do século XIX, mas também nas sequelas da Guerra Fria e da Cisão Sino-Soviética. É nossa convicção de que a África de hoje tem mais argumentos para se defender de qualquer tentativa deste género, apesar das grandes divisões que a enfermam e que de alguma forma são uma sequela da sua herança colonial e da sua

⁷¹ Lukas Neubauer, “Africa Relationship. Development Strategies and Policies of the EU for Africa”, Seminar Paper, GrinVerlag, 2009, p. 3.

⁷² Idem, ibidem, p. 4.

⁷³ Idem, ibidem, p. 4.

⁷⁴ Adebajo Adekeye and Kaye Whiteman, *The EU and Africa. From EuroAfrica to Afro-Europa*, Hurst & Company, London, 2012, p. 86.

⁷⁵ *The EU and Africa: Towards a Strategic Partnership*. Volume II, Evidence, House of Lords. European Union Committee, 34th Report of Session 2005-06, HL Paper 206-II, 2006, p. 159.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 159.

⁷⁷ Arnold H. Kammel, “The EU-Africa Partnership. Another Lost Year?”, AIES, Austria Institut Für Europa-Und Sicherheitspolitik, Fokus/8/2014, p. 3.

própria historicidade, bem como outras situações que Nicoletta Pirozzi já identificou⁷⁸. Falamos de divisões relativas aos objetivos finais do processo de integração continental, como se evidenciou na cimeira de Accra (Gana) em Julho de 2007, ou nas que vieram à tona na cimeira da UA em Sharm-el-Sheikh (Egito) em 2008, por causa da crise zimbabueana. É que alguns países africanos não aceitavam criticar Robert Mugabe, então presidente do Zimbabué, ou que na Declaração Final se fizesse menção à crise política do Zimbabué. Mas a África é muito fértil nessas estórias. É possível ainda de acordo com Kammel e regressando à nossa análise, que as relações bilaterais entre os dois blocos (UE-UA) venham a ganhar espaço relativamente ao bloco ACP. Por isso, não nos parece que as relações UE-UA estejam a avançar para diálogos inter-regionais em detrimento das relações bilaterais como defende Securelli⁷⁹. Como sugere Kammel os dois continentes tinham uma agenda comum na área da paz e da segurança que ainda gerará consensos. Nessa articulação um assegurará a sua própria segurança (a UA) e o outro (a UE) continuará, em seu próprio interesse, a apoiar não só esse esforço, mas também o próprio desenvolvimento daquele para evitar fenómenos como as migrações para a Europa, o terrorismo, a pirataria num espaço vital como o GG ou as ameaças que pairam sobre os seus interesses nessa geografia.

O acordo do Cotonou expira em Fevereiro de 2020, estando já a ser aguardado o resultado da cimeira da UA que teve lugar recentemente em Addis-Abeba, seguida de um encontro ministerial com o intuito de definir as prioridades em áreas como a paz e segurança, o comércio e os investimentos, bem como as relações com a China e a promoção do multilateralismo. Ainda é cedo para se perspetivar o que acontecerá nesse domínio. Mas é mais do que certa a extensão do acordo até finais de 2020, pois a cimeira UE-UA deverá ter lugar, em princípio, no mês de Outubro do corrente ano em Bruxelas. O papel cimeiro que a UA tem estado a desempenhar à escala global, determinará não só o futuro da aliança ACP, no seio da qual o continente africano conta com a esmagadora maioria de países integrantes (48) de um total de 79, mas também o próprio futuro das relações com a UE. A UA (e os PALOP a reboque) têm vindo a reclamar para si mais autonomia nas negociações com a UE, o que quer dizer, literalmente, que reivindicam acordos parcelares e/ou bilaterais. E essas reivindicações têm estado a gerar novos paradigmas nessa relação. Certo é que a partir do momento que consolidem as suas posições a UA/PALOP se autonomizarão na sua conexão com outras geografias, exigindo cada vez mais equidade nas relações, sem complexos e ambiguidades, apesar dos interesses em jogo. Nesse particular, o desenvolvimento africano só deve interessar e engajar os próprios africanos.

⁷⁸ Nicoletta Pirozzi, *EU support to African Security Architecture: Funding and Training components*. European Union..., pp. 9-10.

⁷⁹ MS Daniela Sicurelli, *The European Union's Africa Policies: Norms, interests and impact*, Ashgate, 2010, p. 45.

Não depende (nem deve depender) do exterior. Este é o único caminho que pode evitar a ocidentalização da cooperação, a exportação de modelos ou as pressões para a assunção de normas, por mais que elas sejam universalmente aceites. A África deve resistir na defesa dos seus interesses essenciais conforme o sonho constante da Agenda 2063. Para isso, a UA e os PALOP deverão ultrapassar alguma falta de consensos sobre matérias de interesse geral.

Outras referências bibliográficas

“Quadro de Política da CEDEAO para a reforma e a Governação do Sector da Segurança” (2016), CEDEAO/ECOWAS, Feito em Dakar a 4 de Julho de 2016.

Africa and Fortress Europe – Threats and Opportunities, Edited by Belachew Gebrewod, University of Innsbruck, Austria. London: Routledge, 2016.

Africa and the European Union, European Commission Office for Official Publication of the European Community, 2003.

África-Europa. *Um diálogo perante os desafios do futuro*. Grupo Africano de Embaixadores. Actas do Colóquio. Lisboa: Centro Cultural de Belém, Dia de África, 2007.

Beyond Development aid. EU-Africa Political Dialogue on Global Issues of Common Concern, Europe/Africa Policy Research Network. Portugal, 2010.

Comunidade Europeia [CE]. *Livro verde sobre as relações entre União Europeia e os Países ACP no limiar do século XXI: desafios e opções para uma nova parceria*. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais das comunidades europeias, 1997.

European Union and New Regionalism. Regional Actors and Global Governance in a Post-Hegemonic Era, Second Edition Edited by Mário Telò. Ashgate, 2007.

FRANCO, Manuela (Coord.) *A UE e a África: Em busca de Parceria Estratégica*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, Dezembro de 2009.

HENRIQUES, I. C. – Os pilares da diferença. Relações Portugal – África. Séculos XV-XX. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

LANGAN, Mark – *The Moral Economy of EU Association with Africa*, Routledge. London, 2016.

Maritime Security cooperation in the Gulf of Guinea. Prospects and Challenges by Kamal – Deen Ali, Brill Nij Hoff. Leiden/Boston, 2015.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro – *A África na Política de Cooperação, 2.ª edição actualizada. O Novo acordo de Parceria assinado em Cotonou, Benim*. Lisboa: Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

RAMSANY, Rebecca, KNOLL, Anna, KNAEPEN, Hanne, VAN WYK, Lesley-Anne, “How Does Africa Speak with One Voice? Africa’s Evolving Positions on Aid Effectiveness, Climate Change and the Post-2015 Goals”, Briefing Notes, No. 74 – European Centre for Development Policy Management, November 2014.

Para onde caminha a Argélia?

Where is Algeria headed?

Carlos Alves Lopes

ORCID: 0000-0001-5924-3777

Resumo

A instabilidade política no Norte de África tem um impacto relevante na segurança do Sul da Europa. O caso da Argélia é um foco de instabilidade regional que poderá trazer consequências graves à segurança europeia e impacto no comércio mundial.

Palavras-chave: Terrorismo, Argélia, Europa, Defesa Marítima

Abstract

Political instability in North Africa has a significant impact on the security of southern Europe. The case of Algeria is a focus of regional instability that could have serious consequences for European security and impact on world trade.

Keywords: Algeria, Europe, Maritime Defense, Terrorism

Introdução

A contestação política que se tem observado contra o Governo argelino, em manifestações de rua desde finais de Fevereiro de 2019, teve como mote a existência de uma candidatura a um quinto mandato de presidência por parte de Abdelaziz Bouteflika, actualmente com 82 anos e fisicamente debilitado em consequência de um AVC em 2013.

Consequências políticas internas

A instabilidade social verificada nas ruas levou a que o processo eleitoral fosse adiado, mas em contrapartida os manifestantes progressivamente abriram o leque de reivindicações e começaram a exigir maiores mudanças políticas.

A Argélia não é um país qualquer, é um dos maiores países territorialmente de África e em reservas de hidrocarbonetos, o que os coloca numa posição económica estável. Politicamente é suportado por um sistema centralizado, em que a máquina do Estado tem o poder de nomear todos os cargos directivos, sejam em ministérios, tribunais, empresas públicas ou outras instituições estatais. Se bem que constitucionalmente seja um regime presidencial desde a sua independência de França em 1962, o poder de facto vem da chefia do Exército, que controla o sistema de nomeações de cargos políticos, os serviços secretos, ou seja controla a classe política no poder.

O poder político encontra-se fragilizado. O fim da contestação não aconteceu mesmo depois do Exército ter destituído o ex-presidente Abdelaziz Bouteflika, em Abril último, nem em Setembro após o Presidente interino Abdelkader Bensalah ter anunciado uma nova data do acto eleitoral, para 12 de Dezembro de 2019.

A orientação política dos manifestantes foi evoluindo. De uma contestação contra o processo de reeleição do presidente, para um processo de contestação contra o poder instalado, ou seja, o poder militar laico liderado pelo General Ahmed Gaid Salahé a fonte da contestação nas ruas.

Mas o que estará realmente em causa? Será que os manifestantes pretendem um processo de europeização política, com um sistema civil parlamentar de partidos laicos e democráticos, com a defesa dos direitos humanos e a igualdade de género, ou um processo de islamização da sociedade, baseado num estado teocrático e onde os princípios culturais europeus e ocidentais são estranhos.

A utilização de manifestações pacíficas, como se tem verificado, dificilmente se manterá por muito mais tempo, por simples reacção à repressão policial que as irá encaminhar para níveis de violência considerável.

O Governo argelino tem tentado algumas acções para desviar a atenção da população para outros problemas e para dividir os manifestantes, através de um discurso de fomentação de confronto étnico entre berberes e árabes, de sobrevalorização de questões de insegurança interna, e ainda em rotular os manifestantes como antipatriotas.

Mas o problema é que o poder militar pode não estar a compreender o contexto em que se encontra. Mesmo com cedências no processo eleitoral, mesmo com outras cedências políticas no sentido da democratização constitucional, a contestação não tem um fim à vista.

Do ponto de vista externo, a comunidade internacional poderá também vir a sofrer consequências vindas do resultado das manifestações de rua, se o poder militar não conseguir controlar internamente a situação, mesmo que reconheça que está em causa a sua sobrevivência. A falta de legitimação popular é na realidade o problema do poder na Argélia.

Consequências políticas externas

Para o Mundo a Argélia é vista como um país não seguro. É um território onde o perigo de actos terroristas têm uma probabilidade alta de acontecer, tanto contra alvos institucionais, como também contra civis e cidadãos estrangeiros.

Tanto Portugal, como outras nações europeias têm emitido avisos de segurança sobre a Argélia, onde existem notas sobre a existência de grupos terroristas activos. Como exemplo internacional o Counter Terrorism Policing, da Grã-Bretanha, refere que as acções terroristas na Argélia têm principal origem na Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQ-IM), mas também por grupos terroristas islâmicos locais como: Al Murabitun e outros menores subsidiários do Daesh, já identificados em diversas cidades da Argélia, incluindo na capital.

No entanto, a Argélia é um caso de sucesso na luta contra o terrorismo. Depois de uma década de ataques terroristas (1990-2000), comandados pela AQ-IM, o último grande ataque data de 2016, tendo existido apenas outras poucas e pequenas acções desde então.

Mas a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico não se encontra eliminada e mantém a pressão sobre a Argélia. A opção de tomar o poder na Argélia é um objectivo incontornável, tanto mais que a sua posição geoestratégica é superior à posição geoestratégica da Síria. Faz fronteira com a Tunísia, Líbia, Niger, Mali, Mauritânia, Sara Ocidental e Marrocos. Está mais próxima da Europa ocidental (Espanha e Portugal), é um Estado com grandes reservas de hidrocarbonetos e por este passa um gasoduto estratégico para o abastecimento de energia à Península Ibérica, o gasoduto do Magrebe-Europa.

A proclamação de um Estado Islâmico na Argélia seria um incidente internacional de enormes repercussões para a Europa, em especial para a Espanha e Portugal em face da proximidade geográfica e da dependência energética, mas também por uma eventual interrupção de navegação no Estreito de Gibraltar, em face de uma operacionalização de pirataria/terrorismo marítimo na zona a partir da costa argelina, ou no limita a utilização do poder naval argelino ao serviço da AQ-IM.

Em Janeiro de 2019, o Office of the Director of National Intelligence (ODNI), dos Estados Unidos da América, publicou informação onde regista a actividade de grupos terrorista na Argélia. Apesar de não se registar uma actividade significativa destes grupos, a situação pode ser interpretada de duas formas.

Em primeiro lugar, em face do sucesso das forças militares argelinas na luta anti-terrorista, e em segundo lugar por essas mesmas forças terroristas estarem a utilizar os territórios argelinos como retaguarda, onde mantêm bases para as acções sobre o Sahel. A informação da ODNI continua a assinalar geograficamente na Argélia a existência de grupos ligados ao crime organizado transnacional e ao terrorismo.

A acção de contenção de ataques terroristas contra o Estado Argelino obteve um sucesso total em 2018. O sucesso das forças de segurança argelinas foi tanto maior quanto

se compara com o que foi observado no país vizinho, Tunísia, onde as forças terroristas islâmicas Jund Al-Khilafa continuam a actuar, ou no caso de Marrocos onde em Dezembro de 2018 se verificou um ataque terrorista com sucesso.

O declínio do terrorismo na Argélia, de acordo com a ODNI, é resultado da forte repressão e de medidas de contra terrorismo que o Exército e outros serviços de segurança têm mantido desde o golpe de estado de 1991. Durante a Guerra Civil Argelina (1991-2002), as forças do Exército Nacional, com apoio interno de partidos políticos democráticos e externo de países ocidentais, combateram a Frente Islâmica de Salvação o qual era suportado por movimentos islâmicos armados com apoio externo alegadamente do Irão.

Retornando à questão das manifestações actuais contra o regime militar argelino, e se se pensar que em 1991 a Frente Islâmica de Salvação conseguiu aceder ao poder através de um acto eleitoral, então a contestação popular poderá estar a ser utilizada para abrir uma nova possibilidade de tentativa de tomada do poder da Frente Islâmica de Salvação na Argélia.

Mas talvez não seja tanto assim, o período após o final da Guerra Civil foi um período de intensa actividade terrorista na Argélia, especialmente entre 1993-1998. Este período ficou conhecido como a “década negra”, com um registo superior a 100.000 mortos, e certamente ainda estará na memória de muitos o terror islâmico. Mais que a propaganda do Governo argelino, será a memória colectiva que colocará em dúvida um apoio explícito dos cidadãos a movimentos terroristas islâmicos.

A Argélia não será uma nova Síria

Não é possível esquecer a importância que os eventos da Primavera Árabe trouxeram ao desenvolvimento de grupos jihadistas.

Em contrapartida a Argélia é um país respeitado internacionalmente, membro da Organização das Nações Unidas, da União Africana e da Liga Árabe. A nível económico e enquanto exportador de petróleo integra a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que lhe garante um importante apoio e colaboração internacional contra o terrorismo.

Outra explicação para a contenção da acção do Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, para além do sucesso das forças de segurança do Estado, poderá ter sido a emergência mediática do Estado Islâmico do Iraque, da Síria e de grupos em zonas subsarianas, que esvaziaram o recrutamento internacional para a Argélia. Parte dos membros terroristas que actuavam na Argélia acabaram por se deslocar para a Síria, como se reconheceu pela identificação de terroristas aí capturados.

Então, se a luta armada e o terror não estão a resultar na Argélia, será que a estratégia dos extremistas islâmicos para tomarem o poder vai ser diferente? Até que ponto as

manifestações anti-regime são uma das pontas do icebergue do radicalismo islâmico para a tomada do poder na Argélia.

Uma acção bem estruturada por detrás do controlo das manifestações, não só poderá levar a opinião pública europeia a simpatizar com o movimento de protesto, como quando o processo se descontrolar e o Exército perder o poder, a reacção do Mundo Ocidental não conseguirá travar as consequências sociais, humanas e económicas. A estabilidade política e o comércio com a Europa são do interesse interno, mas também do interesse internacional, em especial para os países do sul da Europa e em particular para os da Península Ibérica. A sua importância como fornecedor europeu e norte americano de energia fóssil tem tido cada vez maior notoriedade, o que se transformou num pólo de atracção para futuras acções terroristas dirigidas para a disrupção do fornecimento energético, através de eventuais ataques a instalações petrolíferas e a pipelines de exportação.

A transformação da Argélia num Estado Islâmico representará duas preocupações adicionais para a estabilidade social do Mundo Ocidental: por um lado o perigo da disrupção de fornecimento energético e consequentemente de instabilidade nos mercados de capitais internacionais, mas também um perigo militar, em face da capacidade naval argelina.

O diário online, Echorouk Online, na sua edição de 29 de Janeiro de 2019 fez o seguinte título “Espanha considera-se elegível para um ataque marítimo a partir da Argélia e de Portugal” de Hassan Houicha. O artigo é inteligente e coloca sub-repticiamente a questão da superioridade naval argelina perante as forças navais peninsulares, principalmente no que toca ao aumento da capacidade submarina da Argélia versus Espanha.

O aumento da capacidade submarina argelina ultrapassa a de Espanha, e esta está consciente que começa a perder o controlo das águas do sul da Península Ibérica, opinião expressa pelo Almirante Manuel Garat Caramé numa cerimónia naval de 18 de Janeiro 2019, no porto de Vigo.

A marinha argelina está a rearmar-se com dois novos submarinos russos, Classe Tipo 636M Kilo, o que virtualmente lhe dá a superioridade na zona do Estreito de Gibraltar, em especial pela capacidade de vir a negar o seu acesso. Esta opinião espanhola tem por base a capacidade operacional da Marinha Argelina, por esta possuir seis submarinos: dois convencionais Tipo 877 EKM Kilo (antiga geração), dois do mesmo tipo, mas modernizados e dois últimos do tipo referido 636M Kilo, com capacidade de ataque de superfície com mísseis cruzeiro 3M-54E com alcance de 275 Km.

A questão de segurança no sul da Península Ibérica coloca-se com a questão de uma eventual transformação do poder político na Argélia, de uma República Democrática Popular, de inspiração política soviética, institucionalmente laica, mas com o islamismo como religião oficial, numa República Islâmica da Argélia, de inspiração iraniana com um estado teocrático fundamentalista islâmico.

A posição geoestratégica da Argélia no Mediterrâneo é muito mais importante que a posição da Síria quanto a uma influência sobre o tráfego comercial marítimo. Esta poderá vir a ter um impacto muito superior ao verificado na zona geográfica do Golfo de Áden, caso a Marinha de Guerra Argelina venha a ser controlada por um poder fundamentalista islâmico.

Conclusão

O terrorismo na Argélia encontra-se controlado. No entanto este território continua a ser muito desejado pela Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, em face da sua posição geoestratégica junto à entrada do Estreito de Gibraltar, pelo vasto espaço territorial que domina no Norte de África e essencialmente pelo seu valor como exportador de hidrocarbonetos.

Tradicionalmente são remarcadas a luta antiterrorista em terra e a sua influência para a estabilidade do abastecimento energético, comércio e mercados de capitais, mas poderá vir a existir um novo problema a nível do comércio mundial se a Argélia for tomada por radicais islâmicos.

A situação é politicamente grave e a inexistência de reivindicações de cariz islâmica nas consecutivas demonstrações que perduram, desde Março de 2019, é estranho. É ainda mais estranho é a inexistência de um discurso radical islâmico em apoio das mesmas.

Actualmente está em jogo o futuro político da Argélia e nada contradiz um possível reaparecimento da Frente Islâmica de Libertação, como existiu na década de 80, mas também está em jogo a estabilidade internacional na zona ocidental do Mediterrâneo.

Referências

Foreign Policy (on-line)

SERRANO, Francisco, “After 8 Months on the Streets, Protesters in Algeria Aren’t Giving Up Citizens have been promised new elections”, edição de 3 de Outubro de 2019. (consultado em 10/10/2019).

Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/10/03/after-eight-months-on-the-streets-protesters-in-algeria-arent-giving-up/>

Ministério Negócios Estrangeiros (on-line)

Portal das Comunidades Portuguesas – Argélia. (consultado em 13/10/2019).

Disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/conselhos-aos-viajantes/a/argelia>

The Foreign and Commonwealth Office (on-line)

Foreign travel advice – Algeria. (consultado em 9/10/2019).

Disponível em: <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/algeria/terrorism>

Combating Terrorism Center, West Point USA (on-line)

Geoff d. Porter, “AQIM Pleads for Relevance in Algeria”, Março 2019, Vol. 12, n. 3. (consultado em 9/10/2019).

Disponível em: <https://ctc.usma.edu/aqim-pleads-relevance-algeria/>

Real Instituto Elcano (on-line)

Area: International Terrorism, ARI 25/2009. (consultado em 10/10/2019). Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/145554/ARI25-2009_Giroux_Energy_Infrastructure_Terrorist_Threat_North_Africa.pdf

(Página deixada propositadamente em branco)

Recensão

(Página deixada propositadamente em branco)

***Recensão do Livro de Isabel Baltazar,
Repensar Portugal e a Ideia de Europa.
Pensamento Contemporâneo,***

Lisboa, Theya Editores, 2019, 246 p. ISBN 978-989-8916-70-9

Maria Manuela Tavares Ribeiro

ORCID:0000-0001-7471-2164

Este livro resulta de uma longa e persistente investigação que a Autora, Isabel Baltazar, tem vindo a desenvolver há alguns anos. Ofereceu-nos já o ensejo da leitura de outros textos que tem dado a público. Outras publicações surgirão, pois são muitas as pistas que deixa nesta obra e que, por certo, virão a ocupar as suas horas de Investigadora.

Durante décadas o processo de construção dos Estados Unidos da Europa, depois a criação da Comunidade e da União Europeia foram, para alguns, um puro ideal. Mas não para outros. Recorde-se, por exemplo, que na conclusão do manifesto pan-europeu, Richard von Coudenhove-Kalergi escrevia: “C’est au combat que je vous appelle; vous pour qui la Paneurope n’est pas une utopie mais un programme, n’est pas un rêve mais une obligation”¹.

Sabemos bem que na Europa dos dois pós-Guerras Mundiais, o objectivo essencial era a construção da paz. Não é ela, a paz, a maior das utopias? Todavia, ela constituiu o verdadeiro motor do alor europeísta.

Na verdade, verifica-se a permanência do pensamento utópico que coexiste com a reactualização dos seus temas ao longo da história europeia.

Thomas More, à margem da sua *Utopia*, deixou-nos outros textos nos quais figura a ilha. Nela interagem a ficção geográfica, social, política e temporal, isto é, a *Outopia* (a Ilha de nenhuma parte), a *Eutopia* (a Ilha da Felicidade) e a *Oudetopia* (a Ilha do Nunca). Estas diferentes facetas estiveram presentes em três modernidades da Europa: a Europa

¹ Apud L. Marin, *Voyages en Utopie*, in *Lectures travoursières*, Paris, 1992, p. 46.

das descobertas (o novo Mundo como possível), a Europa do progresso (como caminho para a felicidade), a Europa de regresso a si mesma (a História como via para se escrever uma nova história). Ora, a Europa participa nessas três ficções.

A vontade de criar outros mundos possíveis, que caracterizou o século XX, não atingiu, por enquanto, a felicidade. Em nome dela, quantos horrores foram perpetrados! Tudo isto marcou, de forma indelével, a memória europeia e tem condicionado fortemente a sua forma de agir.

Então, como relançar o sonho europeu?

Mesmo que não se transformasse em realidade nem a esperança de Victor Hugo (Discurso Agosto, 1849), nem o sonho de Kant (Projecto de Paz Perpétua – 1795), nem a previsão de Ernest Renan (*Qu'est-ce qu'une nation?* – 1882), procurava-se uma união pacífica entre os Estados europeus.

Assim, essa união foi pensada como um projecto amplo, rico, fascinante, difícil, mas sem precedentes. Aspirava-se a um projecto de um espaço de justiça e de liberdade, de uma comum identidade internacional, de coesão social, um projecto fundado no respeito dos direitos humanos, nos valores como o de paz, justiça, liberdade, e porque se cria neles, tornavam-se potencialmente realizáveis. Estes valores expressam sobretudo uma forma de apreender o mundo e são parte integrante da utopia entendida como cultura de um projecto: projecto este que é a Europa.

A multiplicidade da Europa é, como bem se sabe, uma realidade. Há, de facto, várias Europas: a de Este, de Oeste, Central, Mediterrânica, Atlântica, a Europa dos Estados, das Nações, das Regiões...

Os estudos dos imaginários europeus reforçam essa ideia de diversidade, quer se pense nos meios económicos, políticos, intelectuais, institucionais, culturais. Há diferentes visões da Europa, até visões opostas, do seu passado, do seu presente, do seu futuro.

A consciência europeia favoreceu os inícios e a consolidação da construção da Europa. Poder-se-á dizer que não estimulou um forte patriotismo europeu. Poder-se-á dizer mesmo que esse défice sentimental, esse défice do imaginário, na opinião do historiador Robert Frank foi, é, a principal fraqueza do processo de integração europeia. Um fenómeno novo viria colmatar esse défice – a identidade plural. Ou seja, a consciência europeia não enfraqueceu o vigor dos sentimentos nacionais, mas sobrepôs às identidades nacionais a coabitação de diversas identidades. O que significa que a identidade europeia não é exclusiva de outras identidades colectivas, mas é inclusiva.

Antes de 1914, a identidade europeia e identidades nacionais não eram incompatíveis, porque se a primeira tinha mais uma dimensão cultural, as segundas tinham uma dimensão política. Já entre as Duas Guerras Mundiais, a nova consciência europeia, com a sua ambição política, entrava em confronto com as identidades nacionais. Depois de 1950, deseja-se a aprendizagem da coexistência europeia e identidade nacional.

Na primeira parte – *Portugal perante a Europa*, a Autora dá-nos os olhares de intelectuais portugueses sobre a Europa. Procura, no pensamento de alguns autores, a resposta à questão nodal: o que é a Europa? É possível a Europa? Para uns, que refere, ela, a Europa, é um Ente Moral, mais do que isso, para outros, é um corpo com alma. Os demoliberais, socialistas e republicanos oitocentistas definiram-na – como bem nos elucida. Eles sonhavam com a utopia dos Estados Unidos da Europa, que Victor Hugo anunciava no seu discurso, em Paris, em 1849.

O forte cepticismo e o sentimento de decadência – de crise – vividos nas últimas décadas do século XIX, e projectados nos discursos dos intelectuais – na literatura, na filosofia, na história, nas artes – puseram também em evidência os perigos que ameaçavam a Europa.

Relembre-se, como bem faz a Autora, a crise global, o trauma psicológico e a crise de identidade nacional, que se agudizou nas décadas finisseculares de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX. Analisa neste seu estudo, com a necessária contextualização, o posicionamento de Portugal perante a crise europeia através do ideário de vários autores. O tema da decadência, da crise da Europa, do declínio do Ocidente é coexistente com as primeiras manifestações realistas da construção europeia.

É de todo fundamental, como é objectivo deste livro, valorizar a efervescência intelectual e o papel activo dos intelectuais portugueses no período temporal, que define.

Para alguns, a ideia de Europa fundamenta-se no justo equilíbrio do espírito, da liberdade, da diversidade. Vemos como se exalta o cosmopolitismo, o humanismo fundado nos valores da cultura e o papel do homem ocidental no mundo e na história. Releva-se a identidade europeia por oposição a outras civilizações.

A Autora lembra, com pertinência, as afirmações de Rogério Martins e de João Ameal. O cosmopolitismo como essência europeia é uma ideia mestra do movimento modernista – bem explícita no *Orpheu* com Fernando Pessoa e com Almada Negreiros. É essa abertura à Europa, desejável e necessária, como afirma. De tal forma assim deveria ser que urgia criar um Centro de Estudos Europeus em Portugal (1948), por iniciativa de Pedro de Moura e Sá. Iniciativa esta que colheu a anuência de vários intelectuais, como bem demonstra – é o caso de Hernâni Cidade e de Augusto de Castro. Interesse que se comprova também no Colóquio sobre a Europa, coordenado por Adriano Moreira (1973), e em Conferências que foram realizadas.

Que sucesso ou insucesso tiveram estas iniciativas?

Dir-se-á que na Europa, na década de 20-30 do século passado, se procurava a reconciliação e, mais do que isso, indicavam-se os caminhos para consolidar a tão desejada paz. Todavia, perante a crise europeia, há autores que receiam a agudização da crise em Portugal. Que solução foi proposta por Sampaio Bruno? Que destino o da Europa? – Questiona-se Luís de Almeida Braga. Evidencia-se essa crise através do pensamento e obra de Paul Valéry, de Oswald Spengler. Nessa linha, a Autora ilustra o ideário de

António Sardinha e do Integralismo Lusitano. Abundam, como informa, os escritos sobre estes temas. É de particular interesse a análise pormenorizada que nos propicia através dos textos de Canavarro de Valladares e de Eduardo Freitas da Costa. Como é elucidativa a polémica entre Abel Salazar e Silva Dias nos anos 40, uma das raras polémicas sobre o tema, como escreve. Os títulos dos textos, então publicados, são, por si só, uma referência: *Testamento da Europa*, *Fronteiras da Europa*, *A Crise da Europa*, *O Problema da Europa*, entre outros.

Que dilema perante a velha Europa em crise e o sonho de uma nova Europa? Para alguns autores, a estratégia seria outra – a abertura ao Atlântico.

Questão fulcral, que problematiza neste seu estudo, é a da identidade portuguesa, melhor dito, a do paradigma europeu que pressupõe a análise profunda de Portugal, de portugalidade, o que faz na parte II – *A Identidade Portuguesa. Por uma identidade cultural portuguesa*. Por isso, seleccionou vários autores que, na sua opinião, bem fundamentada, cruzam o seu olhar sobre o ser e o destino de Portugal. Seriam visionários e profetas do futuro? Registe-se também a importância dos articulistas da *Renascença Portuguesa*, de *A Águia*, a que se deve acrescentar a *Seara Nova*.

Jaime Cortesão, António Sérgio, Teixeira de Pascoaes, como outros seareiros, contrapunham à panaceia da queda das fronteiras o internacionalismo e a solidariedade dos povos. Transmitiram uma interpretação da história nacional marcadamente europeísta, a que está subjacente um certo modelo europeu de evolução social e económica, à luz da qual perspectivaram a problemática nacional portuguesa.

O Portugal enigma, a identidade portuguesa, a identidade peninsular, o Portugal entre a terra e o mar – entre a Europa e o Atlântico – mereceram profundas reflexões de autores que nos traz à leitura nesta obra – Fidelino Figueiredo, Agostinho da Silva, Cunha Leão, Orlando Ribeiro, Eduardo Lourenço.

Este seu estudo faz jus ao pensador português que, como justamente afirma, é o que melhor faz a síntese entre *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Compreende-se, assim, que este seu livro se inicie com o Prefácio – um magnífico texto de Eduardo Lourenço. Logo no início da nossa leitura, ele conduz-nos à Reflexão de temas inquietantes ainda do nosso Hoje – *Repensar Portugal* – título bem escolhido para esta obra.

Na parte III – *Alma Ibérica. A Ibéria: Portugal entre Espanha e a Europa*, conduz-nos à análise de perspectivas luso-espanholas.

Geográficos, mas também de ordem étnica, linguística, histórica, religiosa, afinidades de tradições e naturalmente razões de ordem social, económica, política, racionalização do aproveitamento de recursos, são argumentos dos iberistas portugueses e espanhóis que fundamentam a sua persuasão na teoria democrática, contratualista e voluntarista da nação. Já os anti-iberistas questionavam e acentuavam as diferenças portuguesas naturais, históricas, étnicas, linguísticas. É de sublinhar que os anti-iberistas dramatizavam,

alguns, o perigo espanhol, mas outros havia que banalizavam o iberismo. Olhavam os iberistas como não existências.

Excluía-se os iberistas, porque não se lhes atribuía um valor ético. Eles eram considerados traidores, conspiradores, degenerados.

Sublinho a pertinente explicação da origem etimológica da palavra Ibéria. Lembre-se que para os iberistas o conceito de pátria é de pátria maior, de grande pátria da costa ocidental da Península aos Pirinéus. José Félix Henriques Nogueira, nos anos 50 de Oitocentos, defendia a Ibéria dos Povos, a “Jovem Ibéria” de marca mazziniana (Giuseppe Mazzini). Para D. Sinibaldo de Más e Latino Coelho, como bem se refere, os iberistas insistiam para além da cultura, da língua, da tradição histórica, da memória, nas afinidades étnicas entre os dois povos. Falam-nos de raça peninsular. A Ibéria era a grande nação, feita de nações em sintonia com o patriotismo ecuménico. Não era, porém, unânime a opinião respeitante à identidade étnica. Estes iberistas comungavam de um ideário ecuménico, humanitarista, assente na solidariedade.

Os intelectuais que participaram nas Conferências do Casino, iberistas, foram acusados de quererem aniquilar a pátria. Antero de Quental era um iberista, como Oliveira Martins. Acreditaram na federação ibérica. Porém, desiludidos, com o iberismo unitarista, com o republicanismo federal, pensavam um iberismo de cooperação entre as duas nações – como bem se explica nesta obra. E Oliveira Martins foi, da sua geração, o intelectual português que melhor conheceu a Espanha. Recorde-se a correspondência que manteve com Pi y Margall, Castelar, Menéndez y Pelayo. Como Teófilo Braga, entendia que o federalismo era um instrumento de harmonia política e que conferia um certo carácter messiânico ao ideal federalista projectado no porvir.

A influência de Proudhon, como sabemos, foi muito marcante nos federalistas portugueses, entre eles Sebastião de Magalhães Lima. Para este fervoroso republicano, só a federação ibérica poderia salvar Portugal e Espanha e reequilibrar o espaço político europeu e, até, mundial. A crise dos países ibéricos e a afirmação das novas potências (Alemanha, Áustria, Rússia, França, Inglaterra) deram um novo assomo ao ideário federalista. Também Magalhães Lima estreitou relações entre republicanos portugueses e espanhóis. Como anunciara em 1893, na obra *La Fédération Ibérique*, a futura federação deveria estender-se à América do Sul, ao Brasil, às colónias portuguesas africanas. A aliança federativa era imprescindível à defesa e consolidação da paz. Assim, deveria assegurar-se a autonomia de cada Estado, uma constituição, um poder executivo eleito, um tribunal regulador. Orgânica esta que, segundo Magalhães Lima, constituiria o alicerce da construção dos Estados Unidos da Europa.

Mas outros conceitos, para além de iberismo, se generalizaram das décadas finiseculares de XIX (1890) à instauração da II República em Espanha (1931), como *hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*. *Hispanismo* e *hispanidade* adquirem um sentido mais marcadamente histórico-cultural e identitário. O exemplo de António Sardi-

nha e da Aliança Peninsular, que a Autora nos apresenta neste estudo, é bem elucidativo. Aliança que é cooperação assente no que o ideólogo do Integralismo Lusitano chama reciprocidade peninsular ou hispanismo.

Outros intelectuais apoiavam o pan-lusitanismo. Era a dimensão atlântica que conferia prioridade ao pan-lusitanismo, ou seja, a afirmação de uma missão atlântica na história nacional. Disto é exemplo a comunidade luso-brasileira defendida, nomeadamente, pelo pedagogo João de Barros (lembre-se a importância da revista *Atlântida*, 1915-20).

Relembre-se a importância da estadia de intelectuais espanhóis em Portugal. Isabel Baltazar refere, muito especialmente, Miguel Unamuno, mas pode citar-se também Sixto Câmara, Ribera i Rovira – e a estadia de portugueses em Espanha – Oliveira Martins, Magalhães Lima, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo. Todos eles muito contribuíram para estreitar laços culturais e para fomentar ideias iberistas e hispanistas, como bem demonstra nos seus estudos Sérgio Campos Matos. Houve iniciativas de cooperação. Refiram-se Congressos Científicos, Jogos Florais, Exposições (anos 20), Acordos (1926-30)... A Associação dos Amigos de Portugal em Espanha, a Sociedade dos Amigos de Espanha, a revista *Contemporânea* foram veículos de abertura cultural.

Iberismo, hispanismo, hispanidade foram ideias que coexistiram. Uns olhavam para o futuro numa atitude prospectiva. O hispanismo enformou-se num nacionalismo defensivo face aos nacionalismos expansionistas (alemão, britânico, pan-americanismo).

Um outro autor que privilegia nesta sua obra é Miguel Torga. É marcante, sem dúvida, a sua ideia de Ibéria como terra Mãe – a *Mátria*, como Portugal incarna a terra-pai – *Pátria*. O destino de Portugal, para Torga, não se confina à Ibéria. Vai mais longe, pelo mar, numa contínua viagem.

A Alma Ibérica segundo Teixeira de Pascoais e o patriotismo peninsular de Unamuno comprovam, na análise da Autora, o conhecimento profundo da essência do iberismo. Sublinhe-se a importância da leitura da correspondência entre Pascoais e Unamuno (31 cartas) de teor não apenas literário, mas também político, que permite uma interpretação mais profunda do pensamento destes intelectuais.

E volta a Eduardo Lourenço. Assim a Autora termina o seu texto: a Ibéria, “que mais ecuménica e fraterna revelação?” (*Nós e a Europa ou as Duas Razões*).

As Reflexões Finais da obra sintetizam, com muita clareza, os temas que analisou nas 230 páginas, que preenchem 3 partes, cada uma com 2 capítulos e acentuam as questões que permitem ao leitor o prazer da leitura mas, sobretudo, a inquietante problematização sobre o tema que preocupou a Autora e que nos deve preocupar – *Repensar Portugal e a Ideia de Europa*.

(Página deixada propositadamente em branco)

